

PODER EXECUTIVO
SECRETARIA DA FAZENDA
ALAGOAS ATIVOS

RELATÓRIO DE GESTÃO
EXERCÍCIO DE 2018



AlagoasAtivos

PODER EXECUTIVO
SECRETARIA DA FAZENDA
ALAGOAS ATIVOS S.A.

RELATÓRIO DE GESTÃO DO EXERCÍCIO DE 2018

Relatório de Gestão do exercício de 2018, apresentado aos órgãos de controle interno e externo e à sociedade como prestação de contas anual a que esta empresa pública está obrigada nos termos do art. 8º, inciso IX da Lei nº 13.303, de 30 de junho de 2016.

Maceió, 06 de dezembro de 2019
Alagoas Ativos S.A.
CNPJ nº 29.218.037/0001-72
Assessoria de Compliance e Auditoria Interna

Lista de Siglas e Abreviações

ABDE – Associação Brasileira de Desenvolvimento
ADI – Ação Direta de Inconstitucionalidade
ANEEL – Agência Nacional de Energia Elétrica
BID – Banco Interamericano de Desenvolvimento
BNDES – Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social
CCERC – Centro Cultural e de Exposições Ruth Cardoso
CEASA – Central de Abastecimento
CGE – Controladoria Geral do Estado
CNPJ – Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas
CPP – Companhia Paulista de Parcerias
CP³P – Certified PPP Professional
CPPP – Complexo Prisional Público Privado
CVM – Comissão de Valores Mobiliários
DFC - Demonstrativo de Fluxo de Caixa
DLPA - Demonstração de Lucros ou Prejuízos Acumulados
DVA - Demonstração do Valor Adicionado
e-OUV – Portal de Ouvidoria do Estado de Alagoas
e-SIC – Portal de Serviço de Informação ao Cidadão
FAP – Fundo Alagoano de Parcerias
FGBP – Fundo Garantidor Baiano de Parcerias
FGV – Fundação Getúlio Vargas
FISCO – Autoridade Fazendária
FPE – Fundo de Participação dos Estados
FPM – Fundo de Participação dos Municípios
GP – Goiás Parcerias
GPA – Gestores Prisionais Associados
IN – Instrução Normativa
IP – Iluminação Pública
IRRF – Imposto de Renda Retido na Fonte
ISO - International Organization for Standardization
MGI – Minas Gerais Participações S.A.
NBR ISO – Norma Brasileira da Organização Internacional de Normatização
PCMSO - Programa de Controle Médico de Saúde Ocupacional

PDEG - Programa de Desmobilização de Ativos do Estado de Goiás
PGE – Procuradoria Geral do Estado
PPP – Parceria Público Privada
PPRA - Programa de Prevenção de Riscos Ambientais
RJ – Rio de Janeiro
SEFAZ – Secretaria de Estado da Fazenda
S.A. – Sociedade Anônima
SPE – Sociedade de Propósito Específico
STF – Supremo Tribunal Federal
SEI - Sistema Eletrônico de Informações
SUPARC - Superintendência de Parcerias e Concessões Piauí
SEGES/MP - Secretaria de Gestão - Ministério do Planejamento
SEPLAG - Secretaria de Estado do Planejamento e Gestão
SEF - Secretaria de Estado da Fazenda
SP – São Paulo
SPDA - Companhia São Paulo de Desenvolvimento e Mobilização de Ativos
SEDETUR - Secretaria de Estado do Desenvolvimento Econômico e Turismo
UAI – Unidade de Atendimento Integrado
UNOPS - Escritório das Nações Unidas de Serviços para Projetos

Lista de Figuras

Figura 1 - Organograma	12
Figura 2 - Modelo de Governança.....	17
Figura 3 - Fluxo de PPPs.....	42

Lista de Quadros

Quadro 1 - Mapa estratégico	15
Quadro 2 – Carta de Serviços	24
Quadro 3 - Mapa de Riscos	26
Quadro 4 - Gerenciamento de Riscos	29
Quadro 5 - Monitoramento de Metas	51
Quadro 6 - Quadro geral de lotação de vagas.....	53

Lista de Gráficos

Gráfico 1 - Orçamento 2018.....	43
Gráfico 2 - Orçamento Anual Utilizado	43
Gráfico 3 - Pessoal por Trimestre.....	44
Gráfico 4 - Evolução Trimestral de Pessoas por Gastos	44
Gráfico 5 - Custeio por Trimestre	45
Gráfico 6 - Evolução Trimestral de Custeio por Gastos.....	45
Gráfico 7 - Evolução Trimestral do Capital por Gasto.....	46
Gráfico 8 - Capital por Trimestre	46
Gráfico 9 - Rendimento Vs. Disponibilidade	47
Gráfico 10 - Disponibilidade	47
Gráfico 11 - Inexigibilidade	54
Gráfico 12 - Inexigibilidade	54
Gráfico 13 - Emergencial	55
Gráfico 14 - Emergencial	55
Gráfico 15 - Adesão à Ata.....	56
Gráfico 16 - Licitações	56
Gráfico 17 - Dispensa de Licitação	57
Gráfico 18 - Contratos de Locação.....	57
Gráfico 19 - Relatório Geral - Com Consultoria	58
Gráfico 20 - Relatório Geral - Sem Consultoria.....	58
Gráfico 21 - Disponibilidade	60
Gráfico 22 - Índices de Liquidez.....	61
Gráfico 23 - Ativo não Circulante	61
Gráfico 24 - Imobilização do Patrimônio Líquido	62
Gráfico 25 - Passivo Circulante.....	63
Gráfico 26 - Grau de Endividamento	63
Gráfico 27 - Patrimônio Líquido	63
Gráfico 28 - Despesas Administrativas	64
Gráfico 29 - Resultado Financeiro	64

Sumário

MENSAGEM DO DIRETOR PRESIDENTE	10
1. VISÃO GERAL ORGANIZACIONAL E AMBIENTE EXTERNO	11
1.1 IDENTIFICAÇÃO E DECLARAÇÃO DE MISSÃO E VISÃO DA UNIDADE.....	11
1.2 ESTRUTURA ORGANIZACIONAL.....	12
1.3. MISSÃO INSTITUCIONAL DOS ÓRGÃOS DA EMPRESA.....	12
2. PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO E GOVERNANÇA	14
2.1 PRINCIPAIS OBJETIVOS ESTRATÉGICOS DA UNIDADE E PLANOS PARA IMPLEMENTAR AS PRIORIDADES ESTRATÉGICAS DA GESTÃO.....	14
2.2 MODELO E ESTRUTURA DE GOVERNANÇA.....	16
2.2.1 INFORMAÇÕES SOBRE DIRIGENTES E COLEGIADOS	17
2.2.2 ATUAÇÃO DA UNIDADE DE AUDITORIA INTERNA.....	19
2.2.3 INFORMAÇÕES SOBRE A EMPRESA DE AUDITORIA INDEPENDENTE CONTRATADA	19
2.2.4 ATIVIDADES DE CORREIÇÃO E APURAÇÃO DE ILÍCITOS ADMINISTRATIVOS	20
2.2.5 MEDIDAS ADMINISTRATIVAS PARA APURAÇÃO DE RESPONSABILIDADE POR DANOS AO ERÁRIO	20
2.2.6 POLÍTICA DE DESIGNAÇÃO DE REPRESENTANTES NAS ASSEMBLEIAS E NOS COLEGIADOS DE CONTROLADAS, COLIGADAS E SOCIEDADES DE PROPÓSITO ESPECÍFICO	20
2.2.7 MODELO DE GOVERNANÇA DA ENTIDADE EM RELAÇÃO ÀS EMPRESAS DO CONGLOMERADO	20
2.2.8 PARTICIPAÇÃO ACIONÁRIA DE MEMBROS DE COLEGIADOS DA ENTIDADE.....	20
2.3 CARTA ANUAL DE POLÍTICAS PÚBLICAS	21
2.4 CARTA ANUAL DE GOVERNANÇA CORPORATIVA	21
2.5 PRINCIPAIS CANAIS DE COMUNICAÇÃO COM A SOCIEDADE E PARTES INTERESSADAS	22
3. GESTÃO DE RISCOS E CONTROLES INTERNOS	25
3.1 PRINCIPAIS RISCOS	25
3.1.1 PERSPECTIVA CLIENTES.....	26
3.1.2 PERSPECTIVA PROCESSOS INTERNOS	27
3.1.3 APRENDIZADO E CONHECIMENTO	27
3.1.4 PERSPECTIVA FINANCEIRA	27
3.2 MODELO DE GESTÃO DOS RISCOS	27
4. RESULTADO DA GESTÃO.....	30
4.1 RESULTADOS ALCANÇADOS FRENTE AOS OBJETIVOS ESTRATÉGICOS E ÀS PRIORIDADES DE GESTÃO.....	30
4.1.1 PERSPECTIVA APRENDIZADO E CRESCIMENTO.....	30

4.1.2 PERSPECTIVA PROCESSOS INTERNOS	35
4.1.3 PERSPECTIVA CLIENTES.....	36
4.1.4 PERSPECTIVA FINANCEIRA	42
.....	43
4.2 PRINCIPAIS PROGRAMAS E PROJETOS OU INICIATIVAS.....	47
4.2.1 AVALIAÇÃO DO CENTRO CULTURAL E DE EXPOSIÇÕES RUTH CARDOSO – CCERC .	48
4.2.2 AVALIAÇÃO DO ABATEDOURO DE VIÇOSA.....	48
4.2.3 SUPERINTENDÊNCIA DE PARCERIAS E CONCESSÕES PIAUÍ - SUPARC	49
4.2.4 COMPLEXO PRISIONAL PÚBLICO PRIVADO – CPPP – RIBEIRÃO DAS NEVES - MINAS GERAIS	49
4.2.5 PAVILHÃO DE EXPOSIÇÕES PARQUE BARIGUI.....	50
4.3 MONITORAMENTO DE METAS E JUSTIFICATIVAS PARA O RESULTADO.....	50
5. ALOCAÇÃO DE RECURSOS E ÁREAS ESPECIAIS DE GESTÃO.....	52
5.1 ESTRATÉGIAS PARA ALCANÇAR OS PRINCIPAIS OBJETIVOS DA UNIDADE.....	52
5.2 GESTÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA.....	53
5.3 GESTÃO DE PESSOAS.....	53
5.4 GESTÃO DE LICITAÇÃO E CONTRATOS	54
5.5 GESTÃO PATRIMONIAL E INFRAESTRUTURA.....	58
5.6 GESTÃO DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO.....	59
5.7 SUSTENTABILIDADE AMBIENTAL	59
6. DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS.....	60
6.1 OPINIÃO DOS AUDITORES EXTERNOS	60
6.2 DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS.....	60
6.3 NOTAS EXPLICATIVAS	60
6.3.1 NOTA 1 – BALANÇO PATRIMONIAL	60
6.3.2 NOTA 2 – DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO DO EXERCÍCIO	64
6.3.3 NOTA 3 – DEMONSTRAÇÃO DO LUCRO E PREJUÍZO ACUMULADO.....	64
6.3.4 NOTA 4 – DEMONSTRAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA - DFC.....	65
6.3.5 NOTA 5 – DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO.....	65
7. CONCLUSÃO E APROVAÇÃO	66
8. ANEXOS E APÊNDICES	67
ANEXO I - CARTA DE POLÍTICAS PÚBLICAS E GOVERNANÇA CORPORATIVA	67
ANEXO II - RELATÓRIO DE AUDITORIA INDEPENDENTE.....	90
ANEXO III – DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS.....	112

MENSAGEM DO DIRETOR PRESIDENTE

A Alagoas Ativos S.A., empresa pública vinculada à Secretaria de Estado da Fazenda de Alagoas, apresenta o Relatório de Gestão que versa sobre os atos de gestão praticados no exercício de 2018, de forma a atender às determinações do art. 8º, IX da Lei nº 13.303, de 30 de junho de 2016, que determina que as empresas públicas e sociedades de economia mista deverão divulgar relatório integrado ou de sustentabilidade, de forma a obedecer ao postulado da transparência.

O presente relatório está estruturado em três seções, quais sejam:

I – Apresentação (introdução);

II – Desenvolvimento (visão geral organizacional e ambiente externo, planejamento estratégico e governança, gestão de riscos e controles internos, resultados da gestão, alocação de recursos e áreas especiais de gestão, demonstrações contábeis e outras informações relevantes);

III – Anexos

Tendo em vista a sua criação ter sido autorizada somente em junho de 2017, esse é o primeiro Relatório de Gestão apresentado pela Alagoas Ativo e 2018 se caracterizou por ser um ano voltado para a organização interna da empresa, de forma a possibilitar a persecução de seus objetivos institucionais.

A primeira medida foi desenvolver os manuais internos da empresa, como Regimento Interno, Manual de Licitação e Código de Ética, cujas disposições deverão ser revisadas e aprimoradas em 2019.

A empresa também criou sua estrutura interna, com a finalização de sua sede definitiva e melhoria das condições físicas de trabalho, além de outras aquisições e contratações, diretas ou por licitação, que possibilitaram a estruturação da empresa, todos formalizados em Processos Administrativos e devidamente documentados.

Outra marca de 2018 foi a capacitação técnica da equipe que compõe a Alagoas Ativos. A Diretoria e a Assessoria foram capacitadas tecnicamente nas atividades fim da empresa, através da participação em treinamentos, cursos, congressos e eventos que possibilitaram o aprofundamento do conhecimento necessário para que a equipe esteja apta a executar a finalidade específica para a qual a empresa foi criada.

Nesse sentido, a equipe fez diversas visitas técnicas a empresas similares em outros Estados, de forma a realizar benchmark e trazer para a Alagoas Ativos as melhores práticas desse mercado em relação à modelagem de concessões e Parcerias Público Privadas e estruturação do Fundo Garantidor de Parcerias do Estado.

Por fim, no que se refere às suas finalidades institucionais, em 2018 a empresa voltou seus esforços em três aspectos principais:

I - Constituição do Fundo Alagoano de Parcerias – FAP, que viabilizará que um maior número de concessões e Parcerias Públicos Privados sejam efetivadas no Estado de Alagoas;

II – Desenvolver a modelagem de concessões e Parcerias Público Privadas no Estado de Alagoas, em conjunto com outros órgãos estaduais interessados; e

III – Definir sua abrangência enquanto entidade competente para gerir os ativos patrimoniais do Estado de Alagoas.

O Relatório de Gestão 2018 da Alagoas Ativos apresenta as ações executadas em suas principais áreas de atuação e seus resultados, mostrando como a empresa desenvolveu as ações de seu planejamento e enfrentou os desafios de consolidar-se como a empresa alagoana de gestão dos ativos patrimoniais e responsável pelas Parcerias Público Privadas do Estado de Alagoas.

1. VISÃO GERAL ORGANIZACIONAL E AMBIENTE EXTERNO

1.1 IDENTIFICAÇÃO E DECLARAÇÃO DE MISSÃO E VISÃO DA UNIDADE

A Alagoas Ativos é uma empresa pública do Estado de Alagoas, constituída sob a forma de Sociedade por Ações de capital fechado, vinculada à Secretaria de Estado da Fazenda (SEFAZ), com sede e foro em Maceió, e tem como missão “Garantir a qualidade da prestação dos serviços públicos em parceria com a iniciativa privada, atraindo investimentos para o Estado e fomentando um ambiente de negócios seguro e competitivo para o mercado”.

A visão da empresa é “Ser referência no fomento de investimentos para os serviços públicos de excelência prestados à população e o melhor ambiente de negócios do Brasil para os investidores privados”.

Sua criação foi autorizada pela Lei Estadual nº 7.893, de 23 de junho de 2017, que, juntamente com seu Estatuto Social, instrumentalizado pelo Decreto Estadual nº 58.861, de 03 de maio de 2018, define seu fim específico, quais sejam:

I – colaborar, apoiar e viabilizar a implementação do Programa de Parcerias Público-Privadas, e outras parcerias de interesse do desenvolvimento econômico e social e das finanças públicas do Estado de Alagoas;

II – gerir os ativos patrimoniais do Estado ou de entidades da administração indireta, ou que tenham sido adquiridos a qualquer título;

III – gerir os ativos financeiros, mobiliários, imobiliários e fiduciários que integrem o Fundo Alagoano de Parcerias – FAP; e

IV – estruturar e implementar operações para obtenção de recursos junto ao mercado de capitais.

Ainda, ambas as normas identificam os objetivos sociais da empresa, cujas atividades serão realizadas em nome próprio e por sua responsabilidade:

I – administrar e explorar economicamente ativos estaduais;

II – auxiliar o Tesouro Estadual na captação de recursos financeiros;

III – estruturar e implementar operações que visem à obtenção de recursos junto ao mercado de capitais;

IV – auxiliar o Estado na realização de investimentos em infraestrutura e nos serviços públicos estaduais em geral;

V – auxiliar o Estado na atividade de conservação e manutenção de seus bens;

VI – colaborar, apoiar e viabilizar os projetos de concessão, de parcerias público-privadas, de locação de ativos e de outros instrumentos similares podendo, para tanto, assumir obrigações ou prestar garantias;

VII – participar de outras sociedades cujo objeto social seja compatível com suas finalidades; e

VIII – realizar quaisquer atividades que sirvam de instrumento para a conquista dos objetivos enunciados nos incisos anteriores.

Além das referidas normas, a empresa também é regida pela Lei nº 13.303, de 30 de junho de 2016, pelo Decreto Estadual nº 52.555, de 14 de março de 2017, pela Lei nº 6.404, de 15 de novembro de 1976 e demais legislações aplicáveis.

A composição acionária da Alagoas Ativos é formada essencialmente pelo Estado de Alagoas, que integralizou seu capital social subscrito de R\$ 10.000.000,00 (dez milhões de reais), divididos em 10.000 (dez mil) ações ordinárias nominativas, sem valor nominal, cabendo a cada uma o direito a um voto nas deliberações da assembleia. Não houve mudanças na composição acionária da Alagoas Ativos em 2018 e a empresa não possui participação em outras sociedades.

1.2 ESTRUTURA ORGANIZACIONAL

A Alagoas Ativos, em 2018, possuiu a seguinte estrutura organizacional:

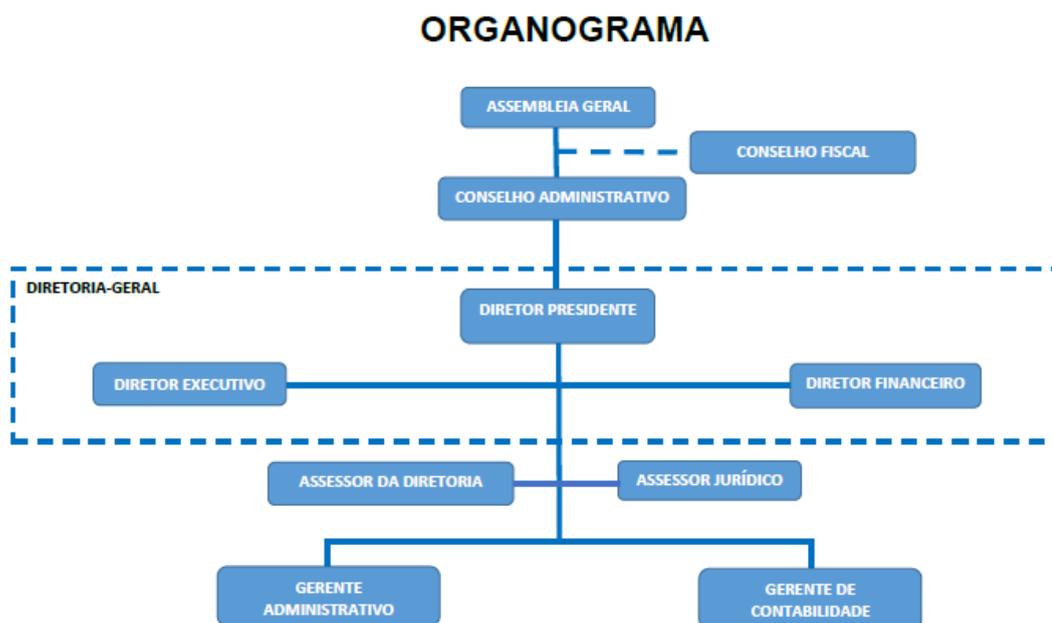


Figura 1 - Organograma

1.3. MISSÃO INSTITUCIONAL DOS ÓRGÃOS DA EMPRESA

A. A ASSEMBLEIA GERAL

É o órgão composto pelo único acionista da Alagoas Ativos, o Estado de Alagoas, que tem poderes para decidir todos os negócios relativos ao objeto da companhia e tomar as decisões necessárias para a sua defesa e desenvolvimento.

De acordo com Estatuto da empresa, a Assembleia Geral tem poderes para tomar as contas anuais dos seus administradores e deliberar sobre as demonstrações financeiras apresentadas, deliberar sobre a destinação do lucro líquido de exercício e a distribuição dos dividendos, eleger os membros do Conselho Fiscal e do Conselho de Administração, estabelecer e supervisionar a política de remuneração da diretoria, incluindo verbas salariais, remuneração variável, benefícios de qualquer natureza e verbas de representação e aprovar a correção da expressão monetária do capital social.

B. CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

É o órgão de deliberação colegiada responsável, juntamente com a Diretoria, pela administração da empresa, sob a fiscalização do Conselho Fiscal, composta por quatro membros escolhidos pela Assembleia Geral, observados os requisitos constantes no art. 5º, do Decreto Estadual nº. 52.555, 2017, que regulamenta a Lei nº. 13.303/2016.

O Conselho de Administração tem por missão institucional principal cumprir e fazer cumprir o Estatuto e as deliberações da Assembleia Geral, além de competências gerenciais da empresa, como eleger e destituir os Diretores da Companhia Auditores independentes, aprovar regimentos, políticas e códigos internos da empresa e práticas de governança corporativa e de controle de orçamento, informações contábeis e financeiras da empresa.

Quanto à missão estratégica da companhia, o Conselho de Administração tem a atribuição de fixar a orientação geral dos negócios da Companhia e deliberar sobre as modelagens técnicas, econômico-financeiras e jurídicas dos projetos de Concessões e Parceria Público-Privadas, para posterior encaminhamento ao Conselho Gestor de Parceria Público-Privada, que se manifestará nos termos da legislação vigente.

C. CONSELHO FISCAL

É o órgão competente para controlar e fiscalizar os atos da empresa, dos seus administradores e verificar o cumprimento dos seus deveres legais e estatutários, opiando sobre o relatório anual da administração e sobre as propostas dos órgãos da administração, a serem submetidas à assembleia-geral, relativas a modificação do capital social, emissão de debêntures ou bônus de subscrição, planos de investimento ou orçamentos de capital, distribuição de dividendos, transformação, incorporação, fusão ou cisão, denunciar os erros, fraudes ou crimes que descobrirem, e sugerir providências úteis a companhia e analisar, ao menos trimestralmente, o balancete e demais demonstrações financeiras elaboradas periodicamente pela companhia.

D. DIRETORIA

Conforme seu Estatuto Social, a Diretoria da Alagoas Ativos é composta por um Diretor-Presidente, um Diretor Executivo e um Diretor Financeiro, a quem cumpre a missão institucional de cumprir as metas e resultados estabelecidos pelo Conselho de Administração, observados os fins específicos da companhia, além de ser o órgão competente para elaborar, realizar e cumprir as políticas, códigos, regimentos e relatórios internos da empresa, realizar aquisições, representar a companhia ativa e passivamente e deliberar sobre as modelagens técnicas, econômico-financeiras e jurídicas dos projetos de Concessões e Parceria Público-Privadas, e submetê-las à deliberação do Conselho de Administração.

2. PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO E GOVERNANÇA

2.1 PRINCIPAIS OBJETIVOS ESTRATÉGICOS DA UNIDADE E PLANOS PARA IMPLEMENTAR AS PRIORIDADES ESTRATÉGICAS DA GESTÃO

Tendo em vista a sua criação ter sido autorizada somente em junho de 2017, a Alagoas Ativos fundamentou seu planejamento estratégico da Alagoas Ativos para o ano de 2018, principalmente, na organização interna da empresa, sem deixar de lado os objetivos relacionados diretamente com sua missão institucional, de acordo com os seguinte Mapa Estratégico:

MAPA ESTRATÉGICO

Perspectiva	Objetivos Estratégicos	Indicadores Estratégicos	Meta Estratégica	Ações Estratégicas da Unidade
Clientes	Realizar a modelagem de concessões e PPPs	100% da modelagem da concessão pronta e entregue	Realizar a modelagem para a concessão do Centro de Convenções para fins de decisão da Secretaria Responsável até nov/2018	
	Viabilizar garantias para as PPPs em curso no Estado	100% dos valores de garantia aceitos pela instituição que financia o consórcio	Viabilizar garantia hábil para a PPP de saneamento do consórcio SANAMA até set/2018	
Processos Internos	Mapear os processos principais e operacionais da Alagoas Ativos adequando a ISO 9001:2015	100% dos processos mapeados e descritos	Mapear todos os processos principais e operacionais até agosto/2018	Elaborar mapa de perfil da empresa
				Elaborar mapa dos processos
				Descrever os processos principais e de apoio

Aprendizado e Crescimento	Capacitar tecnicamente a equipe	100% dos colaboradores capacitados	Viabilizar 2 cursos técnicos para cada colaborador até dezembro de 2018.	Elaborar plano de treinamento individual e por equipe para todos os colaboradores.
Financeira	Repor o capital social	100% do previsto em relação ao realizado	Reduzir 10% do gasto do orçamento até dezembro de 2018	Elaborar planilha de planejamento financeiro
		100% do orçamento reestruturado de 2019, com base no orçamento de 2018.	Reestruturar 80% das contas orçamentárias para 2019, até dezembro de 2018	Elaborar a planilha orçamentária de 2019.

Quadro 1 - Mapa estratégico

Na perspectiva Aprendizado e Crescimento foi definido o objetivo estratégico de “Capacitar Tecnicamente a Equipe”, cuja estratégia foi elaborar um plano de treinamento, tanto em relação às necessidades individuais de cada colaborador, como em relação à missão institucional da empresa.

Já na perspectiva Processos Internos estabeleceu o objetivo estratégicos de “Mapear os Processos Principais e Operacionais adequando a ISO 9001:2015”, cujas estratégias definidas foram elaborar mapa de perfil e de processo da empresa e descrever os processos principais e de apoio.

Na perspectiva Clientes, a empresa definiu dois objetivos estratégicos principais: “Realizar a Modelagem de Concessões e PPPs” e “Viabilizar Garantias para as PPPs em Curso no Estado”, que tiveram como ações estratégicas visitas de benchmarking e criação do Fundo Alagoano de Parcerias – FAP.

Por fim, na Perspectiva Financeira, foi identificado como o principal objetivo estratégico a “Reposição do Capital Social da Empresa”, cujas ações estratégicas são a Elaboração de Planilha de Planejamento Financeiro e Planilha Orçamentária de 2019.

Os objetivos traçados para 2018 na Perspectiva Clientes se alinham diretamente com a missão da Alagoas Ativos, uma vez que se voltaram prioritariamente para a criação, desenvolvimento e consolidação de um modelo de concessões e PPPs que possa atrair investimentos da iniciativa privada para a prestação

de serviços públicos de qualidade, inclusive através um mecanismo garantidor que reduza os riscos para o investidor privado.

Nesse mesmo sentido, os objetivos estratégicos traçados nas Perspectivas Aprendizado e Crescimento, Processos Internos e Financeiro se voltaram a apoiar a empresa, capacitando seus colaboradores em sua atividade-fim, criando processos ágeis e em conformidade com o ordenamento jurídico aplicável e definindo metas financeiras que motivem a empresa a alcançar sua missão institucional.

2.2 MODELO E ESTRUTURA DE GOVERNANÇA

A Alagoas Ativos S.A. foi criada através da Lei 7.893, de 23 de junho de 2017, com a finalidade de dotar o Estado de mecanismos modernos de gestão e adequados à Lei federal 13.303/2016, otimizando desta forma a eficiência na gestão de ativos, visando o melhor atendimento ao interesse público.

Nesse sentido, entendeu-se a necessidade de contratação de empresa de serviços técnicos especializados, com experiência no desenvolvimento de modelos institucionais com foco no objetivo da Estatal.

Tal contratação se deu conforme Termo de Referência de 13/07/2017, anexado ao Ofício GSEF nº 677/2017 e proposta da contratada – FGV Projetos nº 187 de 15/08/2017, cujo trabalho seria desenvolvido em módulos, de acordo com as demandas previamente estabelecidas pelo Governo do Estado de Alagoas.

A partir de um diagnóstico da documentação apresentada pela Alagoas Ativos (Lei de criação, Estatuto, Regimento Interno, Atas, etc.), a contratada desenvolveu um Plano de Trabalho, em que a contratada apresentou a estrutura analítica do projeto e um planejamento detalhado das etapas e entregas a serem seguidas e cumpridas.

Por ser uma empresa pública, a Alagoas Ativos S.A deve operar nos moldes da Lei Federal 13.303/2016, no tocante às exigências estatutárias, treinamento de pessoal, compliance, controle interno e demais providências legais. Nesse sentido, foi apresentado a Alagoas Ativos um relatório fundamentado na forma da sociedade escolhida pelo Estado de Alagoas e possibilidades de atingimento dos fins por ela pretendidos, considerando o Estatuto Social, Regimento Interno, a necessidade de concurso público, estruturação do Conselho de Administração e Código de Conduta a ser implantado.

Dessa forma, a Alagoas Ativos apresenta, em 2018, a seguinte estrutura de Governança:

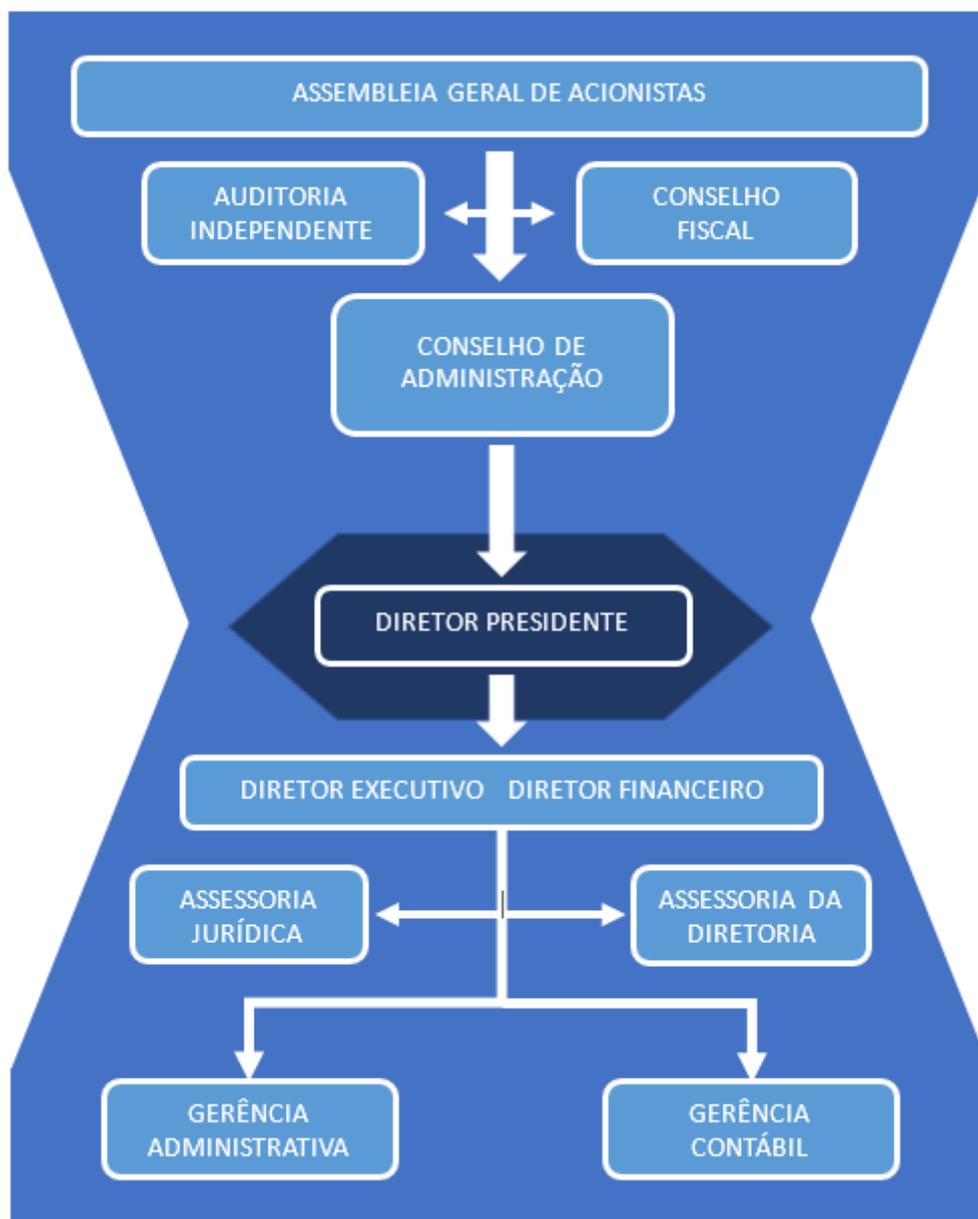


Figura 2 - Modelo de Governança

Em sua estrutura de Governança, hoje, a Alagoas Ativos mantém a Assembleia Geral, o Conselho de Administração e o Conselho Fiscal, além da Diretoria Geral, formada pela Diretoria Presidência, Diretoria Executiva e Diretoria Financeira. Como órgãos internos de apoio à Governança existem a Assessoria da Presidência, Assessoria Jurídica e as Gerências Administrativa e Contábil, que também funcionam como órgão de apoio à Gestão.

Por exigência legal, a empresa deve manter um órgão de Auditoria Interna e um órgão de controle interno, gestão de riscos e conformidade, ambos em procedimento de implantação em 2018.

2.2.1 INFORMAÇÕES SOBRE DIRIGENTES E COLEGIADOS

Foi realizada em 15 de janeiro de 2018, a 1ª Assembleia Geral da Alagoas Ativos, com a presença Procurador do Estado Dr. Ômar Coelho de Mello, especialmente designado pelo Procurador Geral do Estado para representar o Governador do Estado de Alagoas naquele ato. Estavam presentes também o Diretor-Presidente e a Diretora Executiva da Alagoas Ativos, cuja a convocação foi realizada através do Ofício nº 002/2018, enviado em 13/12/2018 à PGE e de publicação da convocação no Diário Oficial do Estado nos dias 08, 09 e 10 de janeiro de 2018, em obediência ao caput e § 1º do Art. 9º, do Estatuto Social da empresa. Na ocasião foi deliberado e aprovado o orçamento anual da empresa para o exercício de 2018.

De acordo com seu Estatuto, a Alagoas Ativos, além da Assembleia Geral, dispõe de Conselho de Administração, Conselho Fiscal e Diretoria Geral como órgãos colegiados estatutários.

A Diretoria Geral é composta pelo Diretor Presidente, um Diretor Executivo e um Diretor Financeiro, escolhidos entre cidadãos de reputação ilibada e de notório conhecimento, devendo ser atendidos os requisitos constantes no art. 5º do Decreto Estadual nº 52.555, de 2017.

Os critérios de elegibilidade de administradores, prazos de gestão e atribuições são fixados pelo Estatuto Social da Alagoas Ativos.

Em 2018, ocorreu a substituição do Diretor Presidente e da Diretora Executiva, em face do afastamento temporário do então Diretor Presidente.

Adicionalmente, seguem as informações individuais dos dirigentes, retratando a composição da Diretoria da Alagoas Ativos em 2018:

Helder Gonçalves Lima, Presidente de 01/01/2018 a 06/08/2018 e 09/10/2018 a 31/12/2018.

Emilly Leite Pacheco, Diretora Executiva de 01/01/2018 a 06/08/2018 e 09/10/2018 a 31/12/2018 e Diretora Presidente de 06/08/2018 a 09/10/2018.

Cybele Silva Wanderley, Diretora Executiva de 06/08/2018 a 09/10/2018.

A. CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

O Conselho de Administração é o órgão deliberativo da Companhia e é constituído por quatro membros escolhidos pela Assembleia Geral entre cidadãos de reputação ilibada e de notório conhecimento, devendo ser atendidos os requisitos constantes no art. 5º do Decreto Estadual nº 52.555, de 14 de março de 2017.

Ao longo do ano de 2018 foram realizadas 12 (doze) Reuniões Ordinárias e 4 (quatro) Reuniões Extraordinárias. As Reuniões Ordinárias aconteceram mensalmente conforme previsão do Estatuto Social da empresa, com a presença dos Conselheiros eleitos.

De janeiro a abril de 2018 as Reuniões do Conselho contaram com todos os membros eleitos no ano de 2017 quando da abertura da empresa, mas na Reunião Ordinária de 23 de abril de 2018 o Conselheiro Fábio Luiz Araújo Lopes de Farias apresentou carta de renúncia ao cargo, ficando o Conselho com 3 membros até 31 de dezembro de 2018.

O Conselho prestou um papel essencial nas decisões estratégicas da empresa, sempre alinhadas com as diretrizes do Governo do Estado, proporcionando suporte à Diretoria e direcionando a empresa a trabalhar com segurança e com as melhores práticas.

Adicionalmente, segue a composição do Conselho de Administração em 2018:

George André Palermo Santoro, conselheiro de 01/01/2018 a 31/12/2018.

Helder Gonçalves Lima, conselheiro de 01/01/2018 a 31/12/2018.

José Ernesto de Sousa Filho, conselheiro de 01/01/2018 a 31/12/2018.

Fábio Luiz Araújo Lopes de Farias, conselheiro de 01/01/2018 a 23/04/2018.

B. CONSELHO FISCAL

No ano de 2018 foram realizadas 6 (seis) Reuniões Ordinárias do Conselho Fiscal da Alagoas Ativos, realizadas bimestralmente conforme preceitua o Estatuto Social da empresa, com a presença dos 3 Conselheiros eleitos.

Na ocasião das reuniões foram aprovados os balancetes relativos ao bimestre anterior à reunião, que apresentavam as movimentações relativas aos gastos com pessoal, custeio e capital da empresa, os quais foram todos aprovados pelo Conselho.

Adicionalmente, segue a composição do Conselho Fiscal em 2018:

Adrualdo de Lima Catão, Presidente do Conselho de 01/01/2018 a 31/12/2018.

Renata dos Santos, Conselheira de 01/01/2018 a 31/12/2018.

José Ediberto de Omena, Conselheiro de 01/01/2018 a 31/12/2018.

2.2.2 ATUAÇÃO DA UNIDADE DE AUDITORIA INTERNA

A atuação da auditoria interna é regulada pelo Estatuto Social do Alagoas Ativos, que prevê que a empresa deve ter uma estrutura administrativa que contenha área de compliance e área de auditoria interna, sem prejuízo do controle interno pela Controladoria Geral do Estado – CGE, previsto no art. 2º, § 2º, II, b, do Decreto Estadual nº 50.817, de 31 de outubro de 2016, sendo que:

No que se refere à área de auditoria interna, prevê o Estatuto que deverá ser vinculada diretamente ao Conselho de Administração e é responsável por aferir a adequação do controle interno, a efetividade do gerenciamento dos riscos e dos processos de governança e a confiabilidade do processo de coleta, mensuração, classificação, acumulação, registro e divulgação de eventos e transações, visando ao preparo de demonstrações financeiras e pela elaboração de relatórios sobre as conclusões de todas as suas atividades, sempre visando a transparência e ao interesse público, assegurado o necessário sigilo durante a coleta e análise de dados e informações.

No entanto, tendo em vista que a autorização legislativa para a criação da empresa somente ocorreu em 23/07/2017, por meio da Lei Estadual nº 7.893 e seu Estatuto Social somente foi publicado através do Decreto Estadual nº 58.861, em 03/05/2018, a empresa ainda se encontra em fase de organização de sua estrutura interna e a ainda não implantou a Unidade de Auditoria Interna.

2.2.3 INFORMAÇÕES SOBRE A EMPRESA DE AUDITORIA INDEPENDENTE CONTRATADA

Em atendimento às disposições da Lei nº 11.638/07, da Lei nº 6.404/76, da Lei nº 13.303/16 e das instruções, normas e procedimentos expedidos pela Comissão de Valores Mobiliários - CVM, sobre escrituração e elaboração de demonstrações financeiras inclusive a obrigatoriedade de auditoria

independente por auditor registrado nesse órgão, a Alagoas Ativos S.A. contratou em fevereiro de 2019 o serviço de auditoria independente para avaliação de suas Demonstrações Contábeis da empresa.

Nesses termos, as Demonstrações Contábeis da Alagoas Ativos referentes ao exercício de 2018, foram avaliadas pela empresa BDO RCS Auditores Independentes SS, inscrita no CNPJ sob o nº 54.276.936/0001-79, contratada por meio de dispensa de licitação, e entregou seu relatório contendo avaliação sobre o balanço patrimonial, demonstrações do resultado, demonstrações do resultado abrangente, demonstrações das mutações do patrimônio líquido e demonstrações dos fluxos de caixa.

2.2.4 ATIVIDADES DE CORREIÇÃO E APURAÇÃO DE ILÍCITOS ADMINISTRATIVOS

De acordo com o art. 20, X e XI do Regimento Interno da Alagoas Ativos, é de competência da Diretoria Executiva, a verificação do cumprimento de obrigações, da conduta, integridade, gestão de riscos, prevenção de conflito de interesses e vedação de atos de corrupção e fraude dentro da empresa, além de cuidar da implementação e cumprimento do Código de Conduta e Integridade da Companhia.

Nesse sentido, não houve ilícitos administrativos a serem apurados no ano de 2018, não havendo atividade de correção nesse período.

2.2.5 MEDIDAS ADMINISTRATIVAS PARA APURAÇÃO DE RESPONSABILIDADE POR DANOS AO ERÁRIO

Do mesmo modo que o item anterior, em 2018 não houve condutas por parte dos colaboradores da empresa que dessem causa à apuração de responsabilidade por danos ao erário.

2.2.6 POLÍTICA DE DESIGNAÇÃO DE REPRESENTANTES NAS ASSEMBLEIAS E NOS COLEGIADOS DE CONTROLADAS, COLIGADAS E SOCIEDADES DE PROPÓSITO ESPECÍFICO

A Alagoas Ativos é uma empresa pública que não possui subsidiárias e não está conglomerada ou coligada a nenhuma outra empresa estatal. Não há, portanto, política de designação de representantes de Assembleias e Colegiados de controladas e coligadas ou de Sociedades de Propósito Específico.

2.2.7 MODELO DE GOVERNANÇA DA ENTIDADE EM RELAÇÃO ÀS EMPRESAS DO CONGLOMERADO

Conforme item anterior, como a empresa não possui subsidiárias, controladas ou coligadas, não fazendo parte de conglomerado, não existe modelo de governança dessa natureza.

2.2.8 PARTICIPAÇÃO ACIONÁRIA DE MEMBROS DE COLEGIADOS DA ENTIDADE.

A Alagoas Ativos é uma empresa pública que tem o Estado de Alagoas como seu único acionista. Dessa forma, não há participação acionária de qualquer membro dos colegiados da entidade.

2.3 CARTA ANUAL DE POLÍTICAS PÚBLICAS

Em relação às metas que dizem respeito ao cumprimento de políticas públicas do Estado de Alagoas, a empresa definiu dois objetivos estratégicos principais: Realizar a Modelagem de Concessões e PPPs e Viabilizar Garantias para as PPPs em curso no Estado, que tiveram como ações estratégicas visitas de benchmarking e a criação do Fundo Alagoano de Parcerias – FAP.

Apesar de ter cumprido ações e metas intermediárias, como visitas de benchmarking em empresas similares à Alagoas Ativos, a outros Estados que já possuem PPPs operacionais e fundos de garantia em funcionamento, tendo levantado informações relevantes para sua atuação, nenhum dos dois objetivos foram cumpridos em 2018, em face de fatores externos à empresa, e foram reprogramados para 2019.

Quando do início das atividades da Alagoas Ativos, identificou-se a necessidade de realização de benchmarking com órgãos que atuassem, dentro dos governos dos estados, na gestão de ativos públicos, bem como que realizassem trabalhos relativos à Parcerias Público-Privadas e concessões e estruturação de garantias para esses contratos.

As visitas técnicas se iniciaram nos Estados com maior know how nessas atividades, como o Estado da Bahia, que já possuía uma estrutura de garantias para Parcerias Público-Privadas e um case de sucesso em PPP na área da saúde, a cidade de Belo Horizonte com uma agência gestora de ativos e de estruturação de PPPs e Concessões, o Estado de São Paulo, dentre outros, onde já existem PPPs em andamento e uma carteira de projetos consolidada, como Goiás, Brasília e Teresina.

A partir de todas as informações e dados levantados nessas visitas técnicas sobre a estruturação de PPPs e concessões, mecanismos de contraprestação e garantia para os investidores privados, funcionamento e remuneração da empresa, foram criados fluxos provisórios tanto da modelagem das PPPs do Estado, quanto do mecanismo de garantias desses projetos. Ao final de 2018, tiveram início discussões com os órgãos interessados do Estado de Alagoas sobre o fluxo padrão de concessões e PPPs, mas que não foram concluídas em 2018.

Em relação aos principais programas e projetos, a empresa concentrou suas ações no levantamento de informações sobre potenciais projetos de PPPs e concessões para o Estado de Alagoas, avaliando diversas demandas dos órgãos estaduais e analisado a sua viabilidade enquanto projeto de PPP e concessão, em conjunto com a consultoria contratada para auxiliar nessa atividade.

Nesse mesmo sentido, a empresa iniciou estudos de viabilidade sobre O Centro Cultural e de Exposições Ruth Cardoso – CCERC e sobre o Abatedouro de Viçosa, além de iniciar estudos sobre a estruturação do Fundo Alagoano de Parcerias, que resultou na definição preliminar de seu fluxo de financiamento, e sobre o Fundo Imobiliário de Alagoas.

A Carta Anual de Políticas Públicas e Governança Corporativa detalhada consta do Anexo I deste relatório.

2.4 CARTA ANUAL DE GOVERNANÇA CORPORATIVA

A Estrutura de Governança da Alagoas Ativos é composta por sua Assembleia Geral de Acionistas, um Conselho de Administração, integrado por quatro membros escolhidos pela Assembleia Geral, observados os requisitos constantes no art. 5º, do Decreto Estadual nº. 52.555, 2017, que regulamenta a Lei nº. 13.303/2016, e uma Diretoria Geral, constituída por três Diretores, sendo um Diretor Presidente, um Diretor Executivo e um Diretor Financeiro, eleitos pelo Conselho de Administração. Em 2018, a

empresa contou somente com o Diretor Presidente e a Diretoria Executiva, que acumula também as funções da Diretoria Financeira.

Como órgãos operacionais da empresa estão a Gerência Contábil, subordinada diretamente à Diretoria Financeira, a Gerência Administrativa, subordinada diretamente à Diretoria Executiva e a Assessoria da Diretoria, que dá suporte diretamente à Diretoria Geral.

A Alagoas Ativos conta, ainda, com órgãos de controle, sendo o principal o Conselho Fiscal, composto por três membros eleitos pela Assembleia Geral. A empresa mantém, ainda, uma Assessoria Jurídica, responsável por dar apoio à Diretoria Geral e ao Conselho de Administração em matérias jurídicas e de governança.

A empresa também contou com uma auditoria independente que examinou suas demonstrações contábeis referentes ao balanço patrimonial e demonstrações de resultado do exercício de 2018.

No que se refere ao controle externo, a empresa está subordinada ao controle da sociedade, à Secretaria da Fazenda do Estado de Alagoas, a qual a Alagoas Ativos está vinculada, à Controladoria Geral do Estado de Alagoas e ao Tribunal de Contas do Estado de Alagoas, que são responsáveis pela fiscalização externa da Empresa.

Em relação à rotina operacional, cada unidade possui seus próprios controles internos em relação às suas atividades, como licitações, contratos, processos administrativos, pagamentos, fornecedores, entre outros.

No que se refere à perspectiva de Processos Internos, a Alagoas Ativos estabeleceu o objetivo estratégico de Mapear os Processos Principais e Operacionais adequando a ISO 9001:2015 e, como estratégias, definiu a elaboração de mapa de perfil e de processo da empresa e a descrição dos processos principais e de apoio, com a meta de mapear todos os processos principais e operacionais até agosto, cujo cumprimento atingiu, em 2018, 50% do previsto, ainda faltando o mapeamento e a padronização dos processos principais da empresa.

Por fim, a empresa desenvolveu seu planejamento estratégico em 2018, a partir da análise do ambiente em que se encontra, através da ferramenta Análise SWOT, em que avaliou seus aspectos internos e as oportunidades e desafios de seu negócio, além de levantar os riscos presentes em sua atuação.

A Carta Anual de Políticas Públicas e Governança Corporativa detalhada consta do Anexo I deste relatório.

2.5 PRINCIPAIS CANAIS DE COMUNICAÇÃO COM A SOCIEDADE E PARTES INTERESSADAS

A Alagoas Ativos, pautada em seus valores Ética, Transparência, Competitividade, Responsabilidade Socioambiental e Compromisso com a Sociedade, tem como um de seus princípios de atuação a clareza de sua atuação e publicidade de suas informações e tem, como seus principais canais de comunicação, o site da empresa, o contato telefônico, contato via e-mail institucional, o canal de denúncias disponibilizado no site da empresa, além de visita presencial a sua sede.

Por sua vez, ainda não dispõe de dados sobre participação cidadã em seus processos decisórios, nem possui resultados de satisfação dos seus usuários, tendo em vista ainda não ter os procedimentos implantados para aferir esse grau.

No que se refere a mecanismos, a empresa possui uma seção específica de Transparência em seu site, onde disponibiliza todas as informações cabíveis e necessárias, tanto internas, quanto em relação à sua atividade fim, para acesso fácil e rápido por todos os interessados.

Dessa forma, e em conjunto com a infraestrutura de sua sede adequada à acessibilidade de todos os cidadãos, tem o objetivo de manter a transparência e de seus dados, documentos e informações a todos que tenham interesse.

Em observância aos requisitos legais da Lei de Acesso à Informação, Lei nº 12.527/11, e da Lei Estadual nº 8.087/19, a Alagoas Ativos possui sua Carta de Serviços ao Cidadão, que possui as seguintes informações:

<p><u>DESCRIÇÃO DO ÓRGÃO/ENTIDADE (NOME, FINALIDADE, LEGISLAÇÃO)</u></p> <p>Empresa pública integrada à administração indireta do Estado de Alagoas, criada pela Lei Estadual nº 7.893, de 23 de junho de 2017, tendo sua estrutura disciplinada pelas normas internas definidas pelo Conselho de Administração e pela Diretoria Geral da empresa.</p> <p>É responsável pela viabilização da implementação do Programa de Parcerias Público-Privadas e outras parcerias de interesse do desenvolvimento econômico e social e das finanças públicas do Estado, gerir os ativos patrimoniais do Estado e de entidades da administração indireta, além dos ativos financeiros, mobiliários e fiduciários do Fundo Alagoano de Parcerias – FAP e estruturar e implementar operações para obtenção e recursos junto ao mercado de capitais.</p>
<p><u>COMPROMISSOS E PADRÕES DE QUALIDADE</u></p>
<p><u>Prioridade de Atendimento</u></p> <ul style="list-style-type: none">• A Alagoas Ativos S.A. se compromete a atender aos usuários dos serviços públicos que comparecerem à Sede da empresa por ordem de chegada, ressalvados os casos de urgência e prioridade legal;• A Alagoas Ativos S.A. se compromete a atender com prioridade, às pessoas com deficiências e/ou necessidades especiais, aos idosos, às gestantes, às lactantes e às pessoas com criança de colo;• A Alagoas Ativos S.A. se compromete a garantir a acessibilidade às pessoas com deficiências e/ou necessidades especiais.
<p><u>Previsão do Tempo de Espera para Atendimento</u></p> <ul style="list-style-type: none">• A Alagoas Ativos S.A. se compromete a atender aos usuários dos serviços públicos que comparecerem à Sede da empresa por ordem de chegada, ressalvados os casos de urgência, em até 10 (dez) minutos;• A Alagoas Ativos S.A. se compromete a atender a atender as ligações telefônicas em até 05 (cinco) toques.• A Alagoas Ativos S.A. se compromete a responder e-mails em até 48 (quarenta e oito) horas úteis.• A Alagoas Ativos S.A. se compromete a respeitar os prazos legais de resposta a solicitações via Sistema de Informações ao Cidadão ou via Ouvidoria.
<p><u>Mecanismo de Comunicação com os Usuários</u></p> <ul style="list-style-type: none">• A Alagoas Ativos S.A. se compromete a disponibilizar mecanismos de comunicação com os usuários dos serviços públicos, como e-mail, número de telefone, número de celular, atendimento presencial, formulários impressos e sistemas eletrônicos.

Procedimentos para Receber e Responder as Manifestações dos Usuários

- A Alagoas Ativos S.A. se compromete a disponibilizar meios de comunicação ao usuário do serviço público para apresentar eventual manifestação sobre a prestação do serviço público, seja pela via presencial na sede da Empresa ou via sistema de solicitação de informações e de manifestação de informações, como e-mail, número de telefone, número de celular, atendimento presencial, formulários impressos e sistemas eletrônicos.

Mecanismos de Consulta por Parte dos Usuários, Acerca do Andamento do Serviço Solicitado ou de Eventual Manifestação

- A Alagoas Ativos S.A. se compromete a disponibilizar aos usuários dos serviços públicos o andamento do serviço solicitado e de eventual manifestação presencialmente ou por meio dos canais eletrônicos e-SIC e e-Ouv.

QUADRO GERAL DE SERVIÇOS (2)

1. Serviço de Informação ao Cidadão
2. Ouvidoria

<u>INFORMAÇÕES</u>	<u>HORÁRIO DE FUNCIONAMENTO</u>	
Endereço: Edf. Delman Empresarial, Rua Sampaio Marques, 25, sala 608, Pajuçara, Maceió/AL, CEP 57030-107	Segunda-feira	Início 08:00 Fim 17:00
Telefones:	Terça-feira	08:00 17:00
Dirigente: Helder Gonçalves Lima	Quarta-feira	08:00 17:00
Diretor Presidente	Quinta-feira	08:00 17:00
Site oficial do Órgão:	Sexta-feira	08:00 17:00
www.alagoasativos.com		
E-mail oficial do Órgão:		

Esta é a Carta de Serviços ao Usuário do(a) Alagoas Ativos - Alagoas Ativos, gerada automaticamente a partir dos Dados Abertos do Guia de Serviços do Governo de Alagoas (<http://servicos.al.gov.br>), disponibilizados em cumprimento ao Art. 8º, § 3º, III da Lei Federal 12.527/2011 (Lei de Acesso à Informação) e ao Art. 5º do Decreto Estadual 58.690/2018. A Carta de Serviços ao Usuário é uma obrigação legal determinada pelo Art. 7º da Lei Federal 13.460/2017 e pelo Art. 5º do Decreto Estadual 58.690/2018.

Quadro 2 – Carta de Serviços

3. GESTÃO DE RISCOS E CONTROLES INTERNOS

3.1 PRINCIPAIS RISCOS

Mapa de Riscos

Perspectiva	Objetivos Estratégicos	Tipo de Risco	Principais riscos
Clientes	Realizar a modelagem de concessões e PPPs	Estratégico	Demora em definir processo de concessões e PPPs no Estado
		Operacional	Demora nos processos advindos da cadeia de valor
		Estratégico	Modelo de negócio estar na mão de terceiros (consultoria)
		De crédito	Decisão do STF (ADI 553) sobre inconstitucionalidade de vinculação de receitas do FPE e FPM a fundos
		Operacional	Não ter pessoa capacitada para operar FAP no Estado de Alagoas
Processos Internos	Mapear os processos principais e operacionais da Alagoas Ativos adequando a ISO 9001:2015	Operacional	Não conseguir desenvolver os processos principais da empresa
		De conformidade	Não ter todas as estruturas internas de governança exigidas pela legislação
Aprendizado e Crescimento	Capacitar tecnicamente a equipe	Estratégico e Operacional	Não ter pessoal capacitado para atuar na atividade fim da empresa

		Operacional	Desatualização e desconhecimento do PPRA/PCMSO pela equipe
Financeira	Repor o capital social	Estratégico	Utilização do capital social
		Estratégico	Não gerar receitas

Quadro 3 - Mapa de Riscos

3.1.1 PERSPECTIVA CLIENTES

Em relação à perspectiva Clientes, a Alagoas ativos tem como principais riscos:

- Demora em definir processo de concessões e PPPs no Estado – risco estratégico que afeta diretamente a atividade fim da empresa, uma vez que a demora na definição do fluxo padrão de concessões e PPPs impacta no início da operacionalização da empresa.
- Demora nos processos advindos da cadeia de valor – risco operacional que impacta diretamente na missão institucional na empresa, tendo em vista que a atuação da empresa depende de processos anteriores advindos dos órgãos demandantes das concessões e PPPs e a demora nessa cadeia de valor pode interferir nas atividades da empresa e em sua sustentabilidade de longo prazo.
- Modelo de negócio estar na mão de terceiros (consultoria) – risco estratégico que impacta na perenidade do negócio, tendo em vista que o conhecimento elementar sobre o negócio está concentrado na empresa de consultoria contratada para dar suporte à implantação das atividades na Alagoas Ativos.
- Decisão do STF (ADI 553) sobre inconstitucionalidade de vinculação de receitas do FPE e FPM a fundos – risco de crédito que afeta diretamente o mecanismo de garantia das concessões e PPPs a serem desenvolvidas e operacionalizadas pela empresa, uma de suas atividades principais da empresa. A decisão final já publicada pelo Supremo Tribunal Federal considera inconstitucional a vinculação de receitas do FPE a quaisquer espécies de fundo, independentemente de sua finalidade. Tendo em vista que esse mesmo procedimento foi utilizado como fonte de receitas para o Fundo Alagoano de Parcerias – FAP, a declaração de inconstitucionalidade inviabilizaria, a priori, seu funcionamento.
- Não ter pessoa capacitada para operar FAP no Estado de Alagoas – risco operacional que se refere à dificuldade de encontrar, no Estado de Alagoas, pessoa capacitada tecnicamente para gerir o Fundo Alagoano de Parcerias, tendo em vista sua complexidade, o que leva à dependência de mão-de-obra externa.

3.1.2 PERSPECTIVA PROCESSOS INTERNOS

- Não conseguir desenvolver os processos principais da empresa – risco operacional que configura a dependência da empresa em um processo de desenvolvimento dos fluxos padrão de concessões e PPPs que envolve diversos órgãos governamentais da esfera estadual, prolongando a sua definição e, por conseguinte, a operacionalização da empresa.
- Não ter todas as estruturas internas de governança exigidas pela legislação – risco de conformidade, tendo em vista que a Lei nº 13.303/16 e o Decreto Estadual nº 52.555/17 exigem que as empresas públicas tenham estruturas internas de governança específicas para o seu funcionamento e a Alagoas Ativos ainda não possui todas essas estruturas, devendo se adequar o quanto antes à legislação pertinente.

3.1.3 APRENDIZADO E CONHECIMENTO

- Não ter pessoal capacitado para atuar na atividade fim da empresa – risco estratégico que se funda na dependência da Alagoas Ativos no conhecimento e na mão de obra de terceiros, uma vez que não tem pessoal capacitado para modelar e gerir contratos de grande porte de concessão e PPPs.
- Desatualização e desconhecimento do PPRA/PCMSO pela equipe – risco operacional que impacta na saúde e segurança das atividades internas da empresa, tendo em vista desconhecerem os documentos e práticas laborais.

3.1.4 PERSPECTIVA FINANCEIRA

- Utilização do capital social - risco estratégico que se funda na sustentabilidade da empresa, tendo em vista estar utilizando seu capital social porquanto não possui fontes de renda capazes de manter sua estrutura e repor o capital já utilizado.
- Não gerar receitas – risco estratégico que impacta na própria existência e utilidade da empresa.

Por fim, em relação aos riscos referentes a ações trabalhistas, em 2018 a empresa não foi surpreendida com nenhuma demanda do gênero, tendo em vista não ter desligado nenhum colaborador com vínculo trabalhista. Portanto, não há informações pertinentes a esse tema.

3.2 MODELO DE GESTÃO DOS RISCOS

A gestão do risco da empresa é realizada semestralmente em Reunião de Análise de Riscos, momento em que a situação da empresa é analisada criticamente, assim como todos os riscos relacionados as suas atividades internas e externas, principais e de apoio, são avaliados e são definidas as ações e metas para monitoramento e controle dos principais riscos que podem interferir na persecução dos objetivos institucionais da empresa.

Em relação aos riscos relacionados especificamente aos seus objetivos estratégicos, elenca-se os seguintes:

GERENCIAMENTO DE RISCO			
PROBLEMA	CAUSA	SOLUÇÃO	TIPO DE RISCO
Demora em definir processos de concessões e PPPs no Estado	Demora em consenso dos envolvidos	Definir o processo	ESTRATÉGICO
Demora no processo advindo da cadeia de valor	Falta de conhecimento do processo	Apresentação para todos os envolvidos do funcionamento processo de PPP	OPERACIONAL
Modelo de Negócio estar nas mãos de terceiros (consultoria)	Falta de expertise para desenvolvimento do fluxo	Capacitar os colaboradores para operação do processo	ESTRATÉGICO
Decisão do STF (ADI553) sobre inconstitucionalidade de vinculação de receitas do FPE e FPM a fundos	Única fonte de custeio	Encontrar fontes alternativas de custeio	CRÉDITO
Não ter pessoa capacitada para operar FAP no Estado de Alagoas	Falta de expertise para operar FAP	Contratar pessoa fora do Estado para operar FAP	OPERACIONAL
Não conseguir desenvolver os processos principais da empresa	Demora em consenso dos envolvidos	Definir o processo	Estratégico
Não ter todas as estruturas internas de governança exigidas pela legislação	Falta de estrutura	Criação do mínimo exigido	CONFORMIDADE
Não ter pessoal capacitado para atuar na atividade fim da empresa	Não ter pessoa com expertise em PPP	Contratar pessoa que conheça de PPP	ESTRATÉGICO E OPERACIONAL

Desatualização e desconhecimento do PPRA/PCMSO pela equipe	Falta de palestra	Apresentação para toda a equipe sobre PPRA/PCMSO	OPERACIONAL
Utilização do capital social	Não ter iniciado as operações	Gerar receita	ESTRATÉGICO
Não gerar receitas	Não ter iniciado as operações	Iniciar as operações	ESTRATÉGICO

Quadro 4 - Gerenciamento de Riscos

O controle interno da empresa é realizado principalmente com base em planilhas de controle financeiro e contábil, além de planilhas de controle de licitações, contratos e processos administrativos. Ainda, a empresa possui boa parte de seus procedimentos internos mapeados e padronizados, além de protocolos de movimentação interna e externa de processos administrativos e relatórios de atividades de cada setor da empresa.

Por fim, a empresa possui um sistema de gerenciamento de projetos online em que cada área monitora, juntamente à Diretoria Executiva, os projetos relacionados as suas atividades, como os principais da empresa, processos internos ligados ao administrativo e procedimentos referentes ao controle financeiro da empresa.

No que se refere às demandas judiciais, a empresa possui um departamento jurídico, representado pela Assessoria Jurídica, responsável pelas demandas jurídicas internas, em relação aos processos administrativos essenciais para o desenvolvimento das atividades diárias da empresa.

A Assessoria Jurídica também é responsável pela gestão e controle de demandas judiciais que envolverem os interesses da empresa. No entanto, no ano de 2018 a Alagoas Ativos não sofreu nem demandou judicialmente, não havendo necessidades dessa gestão, nem existindo números ou dados que representem os resultados do departamento.

4. RESULTADO DA GESTÃO

4.1 RESULTADOS ALCANÇADOS FRENTE AOS OBJETIVOS ESTRATÉGICOS E ÀS PRIORIDADES DE GESTÃO

4.1.1 PERSPECTIVA APRENDIZADO E CRESCIMENTO

A Alagoas Ativos definiu como o objetivo estratégico específico na perspectiva Aprendizado e Crescimento “Capacitar Tecnicamente a Equipe” e, para alcançá-lo, estabeleceu a estratégia de elaborar um plano de treinamento em que planejou viabilizar pelo menos dois cursos para cada colaborador.

Nesse sentido, durante o ano de 2018, seguindo a orientação de governança corporativa da Alagoas Ativos S.A. em prestar os serviços concernentes aos seus objetivos com excelência, todos os diretores e demais colaboradores da empresa participaram de capacitações nas suas respectivas áreas de atuação. Também nesse sentido, tornou-se imprescindível a capacitação dos administradores da Companhia, ressaltando que essa demanda está alinhada à Lei nº 13.303/2016, que estabelece a obrigatoriedade de treinamento, na posse e anualmente, sobre legislação societária e de mercado de capitais, divulgação de informações, controle interno, código de conduta, Lei Anticorrupção, e demais temas relacionados às atividades da empresa.

Dessa forma, é possível afirmar que a empresa cumpriu com esse objetivo estratégico, tendo conseguido viabilizar capacitações para toda a equipe, como será demonstrado a seguir.

A. INVESTIMENTOS EM PARCERIAS PÚBLICO-PRIVADAS - INSPER

Em parceria com a Católica Lisbon School of Business & Economics e com a Radar PPP, o Inesper ministrou o curso de Educação Executiva chamado Investimentos em Parcerias Público Privadas. O programa apresentou a lógica de estruturação e gestão dos contratos de PPP, e proporcionou uma maior autonomia aos participantes para avaliar oportunidades de negócio, riscos e rentabilidade, além de suas particularidades normativas e regulatórias. O aprendizado foi consolidado por meio de diversos estudos de caso, e análise de experiências exitosas e malsucedidas. O curso objetivou avaliar as oportunidades e os riscos de investimento privado em serviços de utilidade pública, apresentar o panorama dos principais players envolvidos no mercado brasileiro de PPP e compreender a lógica de estruturação e gestão de contratos de PPP. Foram capacitados 3 colaboradores da empresa.

B. COMPLIANCE - INSPER

A Alagoas Ativos sendo uma empresa estatal deve ter implantadas em seu âmbito regras de governança, dentre as quais o compliance, que é parte da governança corporativa e, basicamente, um conjunto de regras, padrões e procedimentos éticos e legais que deve orientar o comportamento da empresa e de seus empregados, devendo ir além dessa definição inicial, definido como um mecanismo preventivo e um instrumento para criar, manter e atualizar a cultura da organização, alinhando os valores éticos dela.

O Compliance faz parte da tendência mundial que consiste em repensar e desenvolver mecanismos de controle interno nas companhias, aumentando a transparência dos procedimentos e diminuindo os riscos de práticas indesejadas nas empresas brasileiras. Visando otimizar a governança corporativa, o compliance

é um mecanismo para orientar a empresa e os seus colaboradores a seguir um comportamento baseado em regras e padrões éticos.

A lei Anticorrupção do Brasil foi destaque nas aulas, e ao longo do curso expandiu-se o campo do conhecimento dos atos ilícitos previstos nesta lei e suas consequências. Foram capacitados 3 colaboradores da empresa.

C. COMO ELABORAR PLANILHA DE FORMAÇÃO DE PREÇOS DE ACORDO COM A NOVA IN Nº 05/17 E COMO JULGAR A LICITAÇÃO PARA A CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS CONTÍNUOS - ZÊNITE

Hoje a contratação de serviços é regulamentada pela IN nº 05/17 SEGES/MP, que revogou a IN nº 02/08, trouxe alterações substanciais, especialmente para as fases de planejamento da contratação e de gestão e fiscalização do contrato, a nova IN também disciplinou a estrutura da planilha de custos, com inovações nos módulos e submódulos e na composição de custos. Além disso, a entrada em vigor da Lei nº 13.467/17 (reforma trabalhista) impacta em vários itens da formação dos custos e do preço dos serviços contínuos com dedicação exclusiva de mão de obra, tema sempre gera muitas polêmicas, pois ele é multidisciplinar: envolve regime de licitações e direitos trabalhistas, previdenciários e tributários. O curso possibilitou a análise da planilha de custos da IN nº 05/17, no que diz respeito às principais novidades da fase de planejamento, da elaboração da planilha e do julgamento no pregão, apresentando um passo a passo detalhado e o memorial de cálculo de acordo com a nova estrutura. Proporcionou ainda o conhecimento das principais novidades da IN nº 05/17 sobre a fase de planejamento, a elaboração da planilha e seu julgamento no pregão, o exercício do passo a passo da formação dos custos da planilha de preços e os encargos previdenciários, trabalhistas e tributários de acordo com a nova estrutura da IN nº 05/17 e com os impactos da reforma trabalhista, bem como a compreensão dos principais entendimentos do TCU e dos tribunais trabalhistas que impactam no estudo da formação de preços dos serviços comuns e contínuos. Foram capacitados 2 colaboradores.

D. ENCONTRO NACIONAL DE ESTATAIS – O NOVO REGIME DE CONTRATAÇÃO DAS ESTATAIS – AS GRANDES MUDANÇAS COM A LEI Nº 13.303/2016 NAS LICITAÇÕES E NOS CONTRATOS - ZÊNITE

Considerando a alteração legislativa no tocante a contratação de serviços pelas empresas públicas estatais através da Lei 13.303/2016, trazendo alterações significativas, especialmente para as fases de um novo regime de licitações e contratos estabelecidas pela chamada “Lei da Responsabilidade das Estatais” ou simplesmente de “Lei das Estatais”, disciplina a exploração direta de atividade econômica pelo Estado por intermédio de suas empresas públicas e sociedades de economia mista, conforme previsto no art. 173 da Constituição Federal, estabelecendo uma série de mecanismos de transparência e governança a serem observados pelas estatais, como regras para divulgação de informações, práticas de gestão de risco, códigos de conduta, formas de fiscalização pelo Estado e pela sociedade, constituição e funcionamento dos conselhos. Um dos pontos mais importantes trazidos pela nova Lei e que foram debatidos no curso são as normas de licitações e contratos específicas para empresas públicas, englobou detalhadamente as aquisições de bens e contratações de serviços, as obras e os serviços, foram interpretadas as suas disposições e respondidas as indagações que estão surgindo a respeito da aplicação dos novos dispositivos legais. Foi capacitado um servidor nesse curso.

E. CURSO DE SECRETARIADO EXECUTIVO E ASSESSORIA

Com o objetivo de contribuir para a formação de profissionais responsáveis pelo assessoramento, planejamento, organização e execução de serviços nas instituições públicas, o curso proporcionou o desenvolvimento das funções de secretariado e assessoria, objetivando a máxima excelência na realização dos procedimentos internos inerentes à função exercida, a melhoria do clima organizacional e o progresso contínuo do relacionamento interpessoal interno e externo da empresa. O curso proporcionou o desenvolvimento das seguintes habilidades técnicas: atitude para liderar, planejar, organizar e dirigir as tarefas de secretariado executivo e assessoria, sistematização das rotinas de trabalho, gestão inteligente do tempo, solução de problemas, tomada de decisão, técnicas de negociação na solução de conflitos, atendimento a clientes externos e internos, o profissional de secretariado e assessoria e a tecnologia da informação, organização de reuniões e eventos. Foi capacitada uma colaboradora.

F. CURSO PREPARATÓRIO ANCORD

Atendendo à decisão tomada na 1ª Reunião do Conselho de Administração desta empresa, realizada em 28/11/2017 (fls. 03/04), de que a Diretora Executiva fica autorizada a cumular as funções do Diretor Financeiro, previstas no Art. 25 do Estatuto Social da empresa, até que este seja eleito, o curso em questão teve como objetivo a capacitação para a compreensão das atividades de agente autônomo de investimentos, fornecendo conhecimentos de ampla gama de material na área de economia, setor financeiro, sistema financeiro nacional, mercado de capitais, habilitando-o para a compreensão, orientação e intermediação na venda de produtos financeiros quer sejam mercado futuro ou à vista, derivativos, renda variável e renda fixa, norma de conduta, ética profissional, aspectos comportamentais, bem como preparando-o para a execução do exame de certificação da Ancord. Participaram do curso 2 colaboradores da empresa.

G. EVENTO IP'18 – SERVIÇOS DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA

Os serviços de iluminação pública (IP) vêm ganhando projeção nos debates sobre políticas públicas, impulsionado por diversos fatores, mas principalmente pelas alterações normativas da Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL). O relacionamento público-privado por meio de contratos de longo prazo para gestão do serviço de iluminação pública é muito recente e cresce a cada ano, uma vez que a Resolução Normativa da ANEEL nº 414/10, entre outras disposições exigiu a transferência do sistema de IP à pessoa jurídica de direito público competente, e ainda, com os posteriores ajustes e alterações da normativa, ficou estabelecido que no início de 2015 todos os ativos já deveriam ter sido transferidos para as concessionárias de energia para a gestão municipal, tornando-se de suma importância o conhecimento e atualização pelos Diretores desta Alagoas Ativos sobre o mercado atual e panorama das concessões referentes ao setor de Iluminação Pública. O evento foi realizado pela Radar PPP na cidade de São Paulo, em maio de 2018, e tiveram a participação dos nossos 2 Diretores.

H. GOVERNANÇA CORPORATIVA PDC – PROGRAMA DE DESENVOLVIMENTO DE CONSELHEIROS – FUNDAÇÃO DOM CABRAL

O Programa de Desenvolvimento de Conselheiros oferecido pela Fundação Dom Cabral é voltado ao desenvolvimento das competências fundamentais para o exercício eficaz do papel de Conselheiro de Administração, promovendo a compreensão profunda sobre a função e as responsabilidades do Conselho de Administração, permitindo que o participante tenha a compreensão da relevância, a complexidade e o alcance do Conselho na dinâmica atual dos negócios da empresa. Participou do curso nosso Diretor-Presidente que além de atuar como Conselheiro nesta empresa, também faz parte do Conselho de vários órgãos de grande importância para o Estado de Alagoas, sendo necessário o seu aprimoramento na atuação como Conselheiro, a fim de levar aos colegiados dos órgãos em que atua a expertise necessárias nas tomadas de decisões e fiscalização das empresas.

I. CURSO DE CAPACITAÇÃO DIRECIONADO PARA A OBTENÇÃO DA CERTIFICAÇÃO INTERNACIONAL CP³P

A Certificação CP³P foi concebida pelo Banco Mundial, junto com outros multilaterais e é implementada pela APMG International, uma das principais certificadoras profissionais do mundo, com sede em Londres e escritório em 13 países. A certificação CP³P foi desenhada para profissionais que pretendem consolidar seu conhecimento especializado no mercado de investimentos privados em infraestrutura e que desejam entender melhor as boas práticas internacionais, especialmente especialistas do governo e equipes de unidades de PPP e profissionais que atuam diretamente na estruturação de projetos. Além disso, a certificação permite o desenvolvimento de uma linguagem e de práticas comuns entre gestores do setor privado que possuem interface com o governo, e os gestores públicos a frente dos projetos. Como a Alagoas Ativos é uma empresa pública que objetiva fomentar os contratos de Parcerias Público-Privadas no Estado de Alagoas, os profissionais do seu quadro atuam na estruturação de projetos, necessitando observar o quanto as práticas são diferentes entre os setores, entre os governos e mesmo entre os projetos. Além disso, apesar da enorme experiência do Brasil em investimento privado em infraestrutura pública, ainda não se consolidou uma linguagem comum, com conceitos claros, que viabilize uma discussão eficiente entre governos, entre agências do mesmo governo e entre o governo e a iniciativa privada. Assim, a certificação profissional permitiu o acesso a boas práticas e a conhecimentos-chave exigidos profissionalmente em diversos países do mundo, o alinhamento de conceitos com as principais agências que atuam no mercado (incluindo de financiamento) no mundo (e.g. Banco Mundial), a possibilidade de uma harmonização entre a linguagem necessária para as discussões entre os órgãos públicos e entre eles e os operadores e investidores, bem como o reconhecimento da especialidade profissional em um campo que tem sido foco de esforços do governo federal e de governos subnacionais para implementação de infraestrutura econômica e social no país. Foram certificados 2 colaboradores da empresa.

J. CURSO DE PREGOEIROS

A contratação de serviços das empresas estatais é regulamentada pela Lei 13.303/16 que normatiza a contratação por licitação, preconizando o art. 32, inciso IV, a adoção preferencial do pregão eletrônico para aquisição de bens e serviços comuns, com isso identificamos a necessidade de capacitação de um colaborador desta Alagoas Ativos no curso, a fim de adquirir conhecimentos gerais nos procedimentos e

orientações acerca de licitações com ênfase em pregão – presencial e eletrônico. A capacitação objetivou ao colaborador exercer a atividade de Pregoeiro nos termos do Decreto 3.555/00, com conhecimentos técnicos, diretrizes e normas gerais de licitação (Lei 8666/93) e Lei 10529/02 normas específicas (Decreto 3555/00) e demais Decretos, Resoluções. Foi capacitado 1 colaborador, que atual como pregoeiro nas licitações da empresa.

K. PARTICIPAÇÃO NO 2º ENCONTRO NACIONAL DE PPP'S MUNICIPAIS – NOVA VISÃO DAS PPPs

Visando o desenvolvimento e atualização sobre o tema, foram apresentados e debatidos temas como resultado das eleições presidenciais e as consequências para as Concessões e PPPs, a gestão e compartilhamentos de riscos nos projetos de concessões e PPPs, o ambiente jurídico para as PPPs municipais e a interpretação e o papel dos órgãos de controle em um cenário de crescimento de projetos de PPPs e Concessões no Brasil. O encontro aconteceu em novembro de 2018, em Salvador na Bahia, e foi realizado pela empresa TOTEM Consultoria Empresarial. Participaram do encontro 2 colaboradores da empresa.

L. SEMINÁRIO INSTRUMENTOS GARANTIDORES EM PARCERIAS PÚBLICO-PRIVADAS – ABDE DESENVOLVIMENTO PROFISSIONAL

As estruturas regulatórias e jurídicas das parcerias público-privadas (PPP) estão entre os maiores desafios das políticas econômicas do país. Como debate inescapável para o desenvolvimento do Brasil, no próximo dia 14 de maio, acontecerá o Seminário Instrumentos Garantidores em Parcerias Público-Privadas. O evento reunirá gestores públicos e especialistas que apresentarão as perspectivas de garantias públicas em projetos de PPP no Brasil e no mundo; a atuação para estimular a estruturação de arranjos de garantias e de unidades de PPP nos estados e nos municípios e o papel das instituições financeiras como fontes de captação de recursos para os projetos de PPP.

Por reunir instituições integradoras do Sistema Nacional de Fomento (SNF), a Associação Brasileira do Desenvolvimento (ABDE), junto com Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) e o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), está à frente da iniciativa que visa a contribuir para o debate acerca do planejamento e da execução de projetos de infraestrutura, fundamentais para a provisão de serviços públicos de qualidade à população, sob o enfoque das PPPs.

O Seminário, idealizado pelo o Grupo de Trabalho de Parcerias Público-Privadas (PPP) ABDE-BNDES e do acordo de cooperação com o BID de PPP, trará ao centro das discussões questionamentos relativos à estruturação de garantias públicas para estimular os projetos em PPP no Brasil, por meio da diminuição de riscos e estabelecimento de segurança jurídica e do retorno dos investimentos das instituições privadas, considerando como referências, modelos internacionais. Neste cenário, também será apresentado o papel dos gestores públicos como subsidio para a análise das necessidades e dos arranjos de garantias, em relação a participação dos tradicionais financiadores.

O evento foi realizado na cidade de Brasília e teve coordenação científica do renomado jurista Marçal Justen Filho, e teve como finalidade promover o debate sobre os desafios jurídicos à implementação, ampliação e modernização da infraestrutura no Brasil. Além de se refletir sobre possíveis soluções aplicáveis ao desenvolvimento de projetos nesse setor, com ênfase às parcerias entre o Poder Público e a iniciativa privada, as PPPs. As palestras objetivaram permitir o acesso a diferentes pontos de vista ao público participante, principalmente das agências reguladoras de serviços. Foram capacitados 2 colaboradores.

4.1.2 PERSPECTIVA PROCESSOS INTERNOS

No que se refere à Perspectiva Processos Internos, a Alagoas Ativos estabeleceu o objetivo estratégico de “Mapear os Processos Principais e Operacionais adequando a ISO 9001:2015” e, como estratégias definidas definiu a elaboração de mapa de perfil e de processo da empresa e a descrição dos processos principais e de apoio da empresa, com a meta estratégica de Mapear todos os processos principais e operacionais até agosto de 2018.

Nesse sentido, a implantação de um sistema de gestão de qualidade proporciona a possibilidade de ampliar mercados, aumentar o nível de organização interna, o controle da administração e a produtividade, a redução de custos e do número de erros e melhora a credibilidade junto aos clientes. Pensando neste ganho, a Alagoas Ativos, contratou em fevereiro de 2018 uma consultoria para implantação da gestão da qualidade, adequação para certificação da NBR ISO 9001:2015 e implantação de programa de compliance.

O trabalho iniciou com um diagnóstico onde foi levantado o atendimento aos requisitos da norma NBR ISO 9001:2015 e um relatório com os pontos de melhoria e cronograma de implantação do programa. Foram elaboradas as diretrizes organizacionais com missão, visão, valores e o código de ética. Como direcionamento da gestão da qualidade foi elaborada a política da qualidade. Para o norteamento e desenvolvimento da empresa, foi elaborada a análise de swot, como estudo do ambiente ao qual a empresa se encontra, e a partir desta análise montado o planejamento estratégico, com os objetivos estratégicos, suas metas, os indicadores e o plano de acompanhamento dos mesmos. Para que os objetivos do negócio estejam em crescente e sejam atendidos conforme solicitação da alta direção, foi realizado o mapeamento dos processos, com desenho dos fluxos e descrição dos procedimentos, para acompanhamento e controle da gestão da empresa. Durante a descrição dos procedimentos foi observada a necessidade de elaboração de alguns documentos, como ata, lista de presença, relatório de viagens, despacho, formulários de prestação de contas, de solicitação de passagens e diárias e formulários para abertura de processos. O programa de compliance está na fase inicial, com a elaboração do planejamento para a implantação.

Nesse sentido, é possível afirmar que o objetivo estratégico de Mapear os Processos Principais e Operacionais adequando a ISO 9001:2015 está em 50% de cumprimento, ainda faltando o mapeamento e a padronização dos processos principais da empresa, além de alguns processos internos da Gerência Administrativa e do programa de compliance, tendo sido realizadas as ações estratégicas de Elaborar mapa de perfil da empresa e Elaborar mapa de processos, faltando somente o cumprimento total da ação estratégica de Descrever os processos principais e de apoio.

4.1.3 PERSPECTIVA CLIENTES

Em relação à perspectiva Clientes, a empresa definiu dois objetivos estratégicos principais: “Realizar a Modelagem de Concessões e PPPs” e “Viabilizar Garantias para as PPPs em Curso no Estado”, que tiveram como ações estratégicas visitas de benchmarking e criação do Fundo Alagoano de Parcerias – FAP.

Apesar de ter cumprido ações e metas intermediárias, como visitas de benchmarking em empresas similares à Alagoas Ativos, a outros Estados que já possuam PPPs operacionais e fundos de garantia em funcionamento, tendo levantado informações relevantes para sua atuação, nenhum dos dois objetivos foram cumpridos em 2018, em face de fatores externos à empresa, como será explicado a seguir, tendo sido reprogramados para 2019.

No entanto, muita informação foi levantada pela equipe sobre a estruturação de PPPs e concessões, mecanismos de contraprestação e garantia para os investidores privados, funcionamento e remuneração da empresa, tendo a empresa crido fluxos provisórios tanto da modelagem das PPPs do Estado, quanto do mecanismo de garantias desses projetos. Ao final de 2018, iniciou-se as discussões com os órgãos interessados do Estado de Alagoas sobre o fluxo padrão de concessões e PPPs, que ainda se encontra em curso.

A. REALIZAR MODELAGEM DE CONCESSÕES E PPPS

Quando do início das atividades da Alagoas Ativos, identificou-se a necessidade de realização de benchmarking com órgãos que atuassem, dentro dos governos dos estados na gestão de ativos públicos, bem como que estivessem realizando trabalhos relativos à Parcerias Público-Privadas e Concessões e estruturação de garantias para esses contratos.

Iniciamos as visitas técnicas nos Estados com maior know how nessas atividades, o Estado da Bahia que já possuía uma estrutura de garantias para Parcerias Público-Privadas e um case de sucesso em PPP na área da saúde; a cidade de Belo Horizonte com uma agência gestora de ativos e de estruturação de PPPs e Concessões, e o Estado de São Paulo, onde já existem muitas PPPs em andamento e uma carteira de projetos consolidada.

A partir de todas as informações e dados levantados nessas visitas técnicas, foi possível desenvolver um primeiro esboço do fluxo padrão de concessões e PPPs no Estado de Alagoas, que ainda se encontra em avaliação e validação com as partes interessas no processo.

1) DESENBÁHIA

Em fevereiro iniciamos as visitas técnicas em Salvador, na Agência de Fomento do Estado da Bahia – DESENBÁHIA que possui uma estrutura de garantias para contratos de PPPs semelhante à da Alagoas Ativos, o Fundo Garantidor Baiano de Parcerias – FGBP.

Nos reunimos com o Presidente Otto Filho, o Diretor de Operações Paulo Costa e sua equipe, conversamos sobre a estrutura de garantias para PPPs e o mecanismo de pagamento das mesmas.

A Analista Econômico-Financeira da Secretaria Executiva de Fundos Estaduais da Desenhahia, Adelaide Motta de Lima, nos apresentou o fluxo do mecanismo de pagamento das contraprestações e das garantias, quando necessárias, bem como os órgãos que pelos quais o processo passa.

Esclareceu sobre o mecanismo do Fundo Garantidor Baiano de Parcerias – FGBP, os requisitos para que seja dado em garantia e como e quando se dá a transferência dos 18% do FPE para o Fundo, sua Lei, e a conta que é movimentada exclusivamente pelo Banco do Brasil, que é o agente de pagamento, nomeado através de um Contrato de Nomeação de Agente de Pagamento e Administração de Contas.

Na ocasião também fizemos uma visita técnica ao Hospital do Subúrbio, premiado internacionalmente como um dos melhores projetos de parcerias público-privadas. É o primeiro do Brasil a funcionar com uma PPP com um modelo de gestão em que o setor privado projeta, constrói e assume a operação, além da administração da unidade. Fomos recebidos pela Diretora da unidade, Dra. Lícia Cavalcanti.

2) PBH ATIVOS – BELO HORIZONTE – MINAS GERAIS

Já em Belo Horizonte, com o intuito de absorver as experiências em empresas públicas que estruturam projetos de PPPs e concessões, visitamos a PBH Ativos, empresa estatal constituída sob a forma de sociedade anônima de capital fechado, que oferece suporte técnico especializado ao Poder Executivo Municipal na execução das políticas públicas, por meio da estruturação de operações de captação de recursos e modelagens de concessões e PPPs, viabilizando projetos de infraestrutura nas áreas de saúde, educação, dentre outros de interesse da população. Embora controlada pelo Município de Belo Horizonte, a PBH Ativos não conta com repasses do orçamento municipal, suas receitas são próprias, provenientes das atividades que exerce.

A visita contou com a presença do Diretor Presidente Otto Filho, da Diretora Executiva Soraya Mourthé e o Assessor Técnico Gustavo, quando conversamos sobre a modelagem das PPPs e Concessões, o processo de contratação e os reequilíbrios financeiros solicitados ao longo dos contratos. Na oportunidade fizeram uma apresentação sobre a PPP de iluminação pública já em operação em Belo Horizonte, bem como da PPP do Hospital, também já em operação. Fizemos uma visita guiada pelas escolas que foram construídas e são geridas através de PPPs, onde os custos fixos são de responsabilidade do parceiro público e os investimentos de engenharia são assumidos integralmente pelo parceiro privado.

3) SECRETARIA DE ESTADO DE PLANEJAMENTO E GESTÃO - MINAS GERAIS

A fim de conhecer o funcionamento da PPPs das UAIS – Unidades de Atendimento Integrado - Centros de Atendimento ao Cidadão, no Estado de Minas Gerais, nos reunimos com a equipe da SEPLAG, o Superintendente das UAIS, Itaner Debossan e a Assessora Ana Carolina Abrantes. A PPP prevê a concessão administrativa e a implantação, gestão, operação e manutenção de 6 Unidades de Atendimento Integrado (UAI), com prazo de concessão até o ano de 2030, e previsão legal de prorrogação da vigência do contrato até 2045.

As novas unidades geridas inteiramente pela SEPLAG já apresentam melhores resultados que as concedidas através da PPP, cabendo ao poder concedente fiscalizar e monitorar a gestão do serviço e garantir a permanente satisfação do usuário. Já a contraprestação pecuniária envolve um pagamento mensal proporcional ao número de atendimentos efetivamente realizados, bem como a previsão de uma parcela anual caso o número real de atendimentos em determinado ano não atinja o percentual mínimo de 70%. A

SEPLAG conta com uma sala de situação que monitora em tempo real os atendimentos das UAIS em todo o Estado, inclusive o tempo de atendimento aos cidadãos e sua satisfação.

4) SECRETARIA DA FAZENDA DE MINAS GERAIS – DIRETORIA CENTRAL DE GESTÃO DOS CONTRATOS DE PARCERIAS PÚBLICO-PRIVADAS - MINAS GERAIS

Nossa primeira visita na SEF ocorreu no início de abril de 2018 com o intuito de falarmos sobre as PPPs em funcionamento no Estado de Minas Gerais, e o mecanismo de pagamento das mesmas. Fomos recebidos pelo Diretor Ramon Neres e sua equipe, que nos apresentou um panorama geral das PPPs do Estado, falando rapidamente sobre cada contrato, o pagamento das contraprestações e as garantias para cada contratação. Também fez referência ao marco regulatório mineiro atual. Hoje o Estado de Minas Gerais possui 7 concessões administrativas e 2 concessões patrocinadas, sendo mais de R\$ 15 bilhões em contratos de PPPs e mais de R\$ 350 milhões estimados para 2018.

Já em outubro de 2018, fomos novamente à SEF de Minas Gerais, desta vez com o intuito de saber como é feita a administração dos ativos imobiliários pertencentes ao Estado de Minas Gerais. A Diretora Patricia Mara Souza Silva, fez uma explanação sobre essa gestão que antes era feita na Secretaria de Planejamento, através de um contrato com a Minas Gerais Investimentos – MGI, mas com a última reforma administrativa a competência dos imóveis passou para a Secretaria de Fazenda, bem como a gestão do contrato com a MGI.

5) COMPANHIA PAULISTA DE PARCERIAS - CPP

A visita à CPP em São Paulo, nos reunimos com o Presidente da empresa, Mário Engler, com o Assessor Imobiliário Bruno Lopes Correia e a Assessora Jurídica Denize Cardoso. Iniciamos a conversa falando sobre garantias para os contratos de PPPs e os contratos no Estado de São Paulo, e após, ouvimos sobre o Fundo Estadual Imobiliário que a CPP está estruturando a fim de otimizar e melhor gerir os ativos imobiliários do Estado. No Estado de São Paulo cada ente é responsável pela guarda e conservação de cada imóvel, mas o patrimônio é da SEPLAG. A pretensão é realizar a alienação dos imóveis diretamente para o Fundo, através de uma lei específica para a desafetação. Dentro do Fundo estão contemplados imóveis comerciais, residenciais, terrenos, barracões, oficinas e ginásios incorporados pelo Estado ao longo do tempo. O fundo possui um portfólio de 264 imóveis de um estoque de mais de 5 mil, presentes em todas as regiões do Estado e avaliados inicialmente em R\$ 972 milhões.

Por conta dessa expertise, a Alagoas Ativos e CPP firmaram um Acordo de Cooperação Técnica em 11 de setembro do corrente ano para o compartilhamento de informações e procedimentos necessários à contratação de serviços técnicos especializados para estruturação, administração, custódia e operação de fundo de investimento imobiliário, pelo prazo de 04 (quatro) meses, que deu origem a um grupo de trabalho com encontros mensais. Os trabalhos se encerram em janeiro de 2019, mas com os trabalhos já realizados a Alagoas Ativos já possui toda a documentação necessária a orientar a estruturação de um Fundo Imobiliário no Estado de Alagoas, caso venha a ser necessário.

Com a finalidade de iniciarmos os estudos e a elaboração da documentação relativa à gestão dos ativos imobiliários no Estado de Alagoas, celebramos com a CPP, em setembro de 2018, o Acordo de Cooperação Técnica para o compartilhamento de experiências, informações e procedimentos necessários à contratação de serviços técnicos especializados para estruturação, administração, custódia e operação de fundo de investimento imobiliário, com vistas à gestão de parte dos imóveis de propriedade do Estado de

Alagoas, nos moldes realizados pela CPP e o Estado de São Paulo, no âmbito do Pregão Presencial nº 02/2017, com vigência de 04 (quatro) meses.

O Acordo deu origem a uma Grupo de Trabalho formado por 2 técnicos da CPP e 2 técnicos da Alagoas Ativos, que se encontram mensalmente a fim de analisar a documentação cedida pela CPP e direcionar os conhecimentos obtidos ao cenário do Estado de Alagoas, objetivando trilhar o melhor caminho para a gestão de ativos imobiliários e a estruturação de um Fundo de Imóveis, através das boas práticas já estabelecidas pela CPP.

Através do Acordo, A CPP já compartilhou com a Alagoas Ativos os seguintes documentos:

- Modelo de convênio entre CPP e o estado de São Paulo que tem por objeto a conjugação de esforços para constituição do fundo de investimento imobiliário;
- Relatório da Consulta Pública realizada pelas secretarias de governo e da fazenda sobre as diretrizes para estruturação e seleção de prestadores de serviços do fundo de investimento imobiliário do Estado de São Paulo;
- Relatório de Respostas nº 1 aos pedidos de esclarecimentos ao edital de Pregão Presencial 02/2017;
- Relatório de Respostas nº 2 aos pedidos de esclarecimentos ao edital de Pregão Presencial 02/2017;
- Edital do Pregão Eletrônico nº 001.1/2018-SPP e seus anexos;
- Tabela para estabelecimento do cronograma e definição do plano de trabalho para a estruturação e implementação do fundo pela empresa vencedora do certame SOCOPA;
- Estudo elaborado pelo consórcio SOCOPA TG CORE em atendimento ao item 1.1.1 (b) do termo de referência que integra o anexo I do edital do Pregão Presencial nº 02/2017 (“edital”), promovido pela CPP, apresentando os principais aspectos jurídicos, tributários e econômico financeiro relacionados à estruturação do fundo imobiliário do Estado de São Paulo.

O Fundo de Investimento Imobiliário do Estado de São Paulo está em fase de registro na Comissão de Valores Mobiliários – CVM. A CPP submeterá ainda em dezembro de 2018 a versão final do Regulamento do Fundo à CVM, versão essa que será compartilhada com a Alagoas Ativos tão logo seja aprovada pela Procuradoria Geral do Estado de São Paulo.

O próximo e encontro final do Grupo de Trabalho está previsto para meados de janeiro de 2019, quando os trabalhos serão encerrados e um relatório será emitido com toda a informação e documentação coletada e compartilhada.

6) SÃO PAULO PARCERIAS – SP PARCERIAS

A SP Parcerias S/A é uma sociedade de economia mista, vinculada à Secretaria Municipal de Desestatização e Parcerias da cidade de São de Paulo, que atua na estruturação e desenvolvimento de projetos de concessão, privatização e parcerias. Nossa reunião aconteceu na sede da empresa na cidade de São Paulo, com o Diretor Thiago Toscano e a Diretora Soraya Vallillo e sua equipe, onde falamos sobre Fundo Garantidor, e eles estão trabalhando com a possibilidade da receita das outorgas formarem o fundo garantidor.

Nos apresentaram projetos de PPPs em infraestrutura urbana, parques, ginásios e o projeto da PPP do Mercado de Santo Amaro com edital já publicado, para a realização dessa modelagem eles foram atrás de benchmarkings no Brasil e no mundo. Dois modelos de sucesso são os mercados de Niterói – RJ e o Mercado Cruzeiro em Belo Horizonte. Deram preferência para a utilização de apoio técnico especializado em vez de contratação de auditor externo para os indicativos. Contratos menores com poucos indicadores. O município já publicou a lei para a concessão do mercado de Santo Amaro, do Mercado de São Paulo e do mercado Kinju (em frente ao Mercado).

Uma experiência importante compartilhada é a modelagem de concessão em “pacotes”, juntar dois ou mais mercados, um com VPL maior outro com VPL menor para equilibrar a conta e tornar o projeto atrativo.

A cidade de São Paulo já possui um Plano Municipal de Desestatização – através de lei foram elencados os projetos de concessões prioritários, nos apresentaram o fluxo das PPPs, bem como o sistema de garantias utilizados para esses contratos, que são realizadas através da SPDA - Companhia São Paulo de Desenvolvimento e Mobilização de Ativos – ligada à Fazenda.

Em relação à gestão de ativos imobiliários, a SP Parcerias está contratando através de licitação uma empresa para estruturar um Fundo Imobiliário, realizar as pesquisas, matrículas, etc, indicar a viabilidade e a melhor destinação para cada imóvel. Já possuem um bloco inicial de 390 imóveis, através de uma análise da SP Parcerias, dentro de um universo de imóveis apresentado pela SEPLAG. O leilão dos imóveis será feito pela SEPLAG.

7) GOIÁS PARCERIAS

Em reunião com Álvaro Chaves, Diretor Financeiro da empresa e com o Diretor Técnico, Marlius Machaddo, conversamos sobre a gestão de ativos do Estado. Os ativos da GP hoje são ações do CEASA, da Cia de Saneamento e de pequenas empresas, também possui ativos imobiliários que o Estado quer se desfazer.

Estão desenvolvendo um Programa de Desmobilização de Ativos do Estado de Goiás (PDEG) que deve apresentar propostas para reordenamento da posição estratégica do Estado com relação a avaliação e modelagem de seus ativos, que poderá ocorrer com a alienação de bens móveis e imóveis, concessões de serviços e obras públicas, Parcerias Público-Privadas (PPP) ou fusão e extinção de empresas estatais, com consultoria da FGV.

8) MINAS GERAIS INVESTIMENTOS – MGI E EMPRESA MINEIRA DE PARCERIAS S/A – EMIP

Em reunião com o Diretor-Presidente Antonio Eustáquio da Silveira e com o Gerente de Controladoria MGI, Flávio Menezes, e com o Gerente de Imóveis, Ricardo Lopes de Alvarenga, procurávamos complementar as informações já obtidas na reunião da SEF sobre a gestão dos ativos imobiliários do Estado e projetos de PPPs, realizados pela MGI.

Quanto à gestão imobiliária nos informaram que os acertos mensais dos ressarcimentos, e os acertos semestrais sobre o êxito das vendas. São realizados pela MGI os serviços de gerência de administração imobiliária, convênios com municípios, recuperação de créditos – carteira de ativos dos bancos vendidos e emissão de debentures. A gerência de imóveis é realizada através de contrato firmado

com a SEF, e são remunerados de acordo com a taxa de performance por imóvel licitado, vendido ou não, para se trabalhar com perspectiva de liquidez.

9) ESCRITÓRIO DE PARCERIAS PÚBLICO-PRIVADAS DE BRASÍLIA-DF

A fim de conversar sobre a concessão do Centro de Convenções Ulysses Guimarães e demais projetos de PPP, realizamos visita técnica com o Chefe do Escritório de Parcerias Público Privadas, Daniel Evaldt, com o Chefe de Gabinete Marcos Calado, e com a Secretária Raquel Melo.

O DF contratou a UNOPS para o desenvolvimento de uma ferramenta para avaliação inicial de PPPs, a fim de verificar a viabilidade e impacto daquele projeto específico, isto se reverte em maior embasamento e justifica no desenvolvimento da PPP, também estão trabalhando na integralização da área urbana.

10) UNOPS – ESCRITÓRIO DAS NAÇÕES UNIDAS DE SERVIÇOS PARA PROJETOS

Nossa reunião na UNOPS foi realizada com a Diretora Geral no Brasil, Claudia Valenciara, com Davi, Marcelo Perez e Bernardo, que são especialistas em PPPs da UNOPS.

A UNOPS presta consultoria para PPPs em infraestrutura, visando melhorar a qualidade em infraestrutura urbana. Atuam com planejamento estratégico para os próximos 30 anos – energia limpa e saneamento, com atuações no Rio de Janeiro em ações de prevenção à violência contra a mulher, junto aos IPHANS para melhores metodologias e práticas nos orçamentos e também realizando capacitações.

Com a UNOPS pretendemos firmar um Acordo de Cooperação Técnica para trocar informações acerca de projetos de PPPs em infraestrutura urbana, bem como deixamos alinhada a contratação do órgão para a realização de um workshop para o Governo de Alagoas, com o tema PPPs em infraestrutura.

A UNOPS também atua na modelagem de PPPs, atuando conjuntamente com o órgão contratante, e está realizando junto ao Ministério do Planejamento uma pesquisa sobre como as unidades governamentais de PPP estão sendo estruturadas no Brasil.

B. VIABILIZAR GARANTIAS PARA AS PPPS

O surgimento da Lei nº 11.079/2004 trouxe o instituto das parcerias público-privadas, que harmoniza o interesse da administração pública em desenvolver projetos públicos com o interesse do setor privado em realizar investimentos seguros e rentáveis, indicando parâmetros para a obtenção desses recursos privados.

Uma grande preocupação da referida lei é oferecer ao parceiro privado a segurança necessária no intuito de atrair recursos e investimentos para setores de atuação de responsabilidade do Estado. Essa segurança pode ser refletida de diversas maneiras, e uma delas é a criação de garantias conferidas pela administração pública aos parceiros privados, a fim de mitigar os riscos de inadimplemento das contraprestações assumidas pelo parceiro público.

Com este objetivo e no sentido de atrair investimentos com segurança para o parceiro privado, aliado à satisfação das necessidades de interesse público, foi apresentado relatório para estruturação do Fundo Garantidor de PPP com os ativos elencados pelo Estado de Alagoas, indicando sua composição de receitas e estudo econômico-financeiro, possibilidades de substituição de garantias anteriormente prestadas pelo FAP e os modelos de atos legais, societários e regulamentares.

Estes estudos culminaram na Minuta do Estatuto do Fundo Alagoano de Parcerias - FAP, seu Regulamento e nota técnica que fundamentou sua criação, assim como seguinte fluxo de provisório de funcionamento:

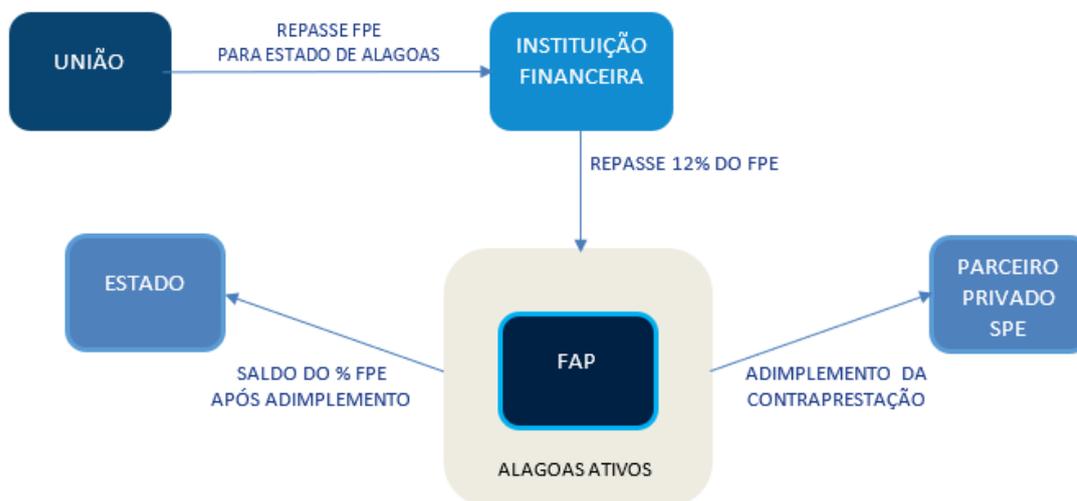


Figura 3 - Fluxo de PPPs

Insta salientar, no entanto, que, em face de decisão definitiva na Ação Declaratória de Inconstitucionalidade nº 553, proferida pelo Plenário do Supremo Tribunal Federal, o referido fluxo está em reavaliação, tendo em vista que a Corte Suprema declarou inconstitucional a vinculação de receita do Fundo de Participação dos Estado – FPE à fundos, justamente o mecanismo previsto para financiamento do Fundo Alagoano de Parcerias – FAP.

4.1.4 PERSPECTIVA FINANCEIRA

Perspectiva Financeira, foi identificado como o principal objetivo estratégico a “Reposição do Capital Social da Empresa”, cujas metas estratégicas definidas foram “Reduzir 10% do gasto do orçamento até dezembro de 2018” e Reestruturar as contas orçamentárias para 2019, até dezembro de 2018”, cujas respectivas ações estratégicas definidas foram Elaboração de Planilha de Planejamento Financeiro e Planilha Orçamentária de 2019.

Tendo em vista 2018 ter sido o primeiro ano de funcionamento da Alagoas Ativos, seu principal objetivo foi a estruturação interna da empresa, principalmente com a contratação de consultoria externa para auxiliar nessa estruturação, a capacitação técnica da equipe diretamente relacionada com a atividade-fim da empresa e a construção de sua sede definitiva.

Por conta disso, não foi possível reduzir os gastos do orçamento, porém foi possível reestruturar as contas orçamentárias para 2019, tendo cumprido as ações estratégicas definidas pela Gerência Contábil, conforme se verá a seguir.

A. ORÇAMENTO 2018

Em quinze de janeiro de dois mil e dezoito, ocorreu a primeira reunião ordinária da Assembleia Geral da Alagoas Ativos S.A., teve como pauta análise e aprovação do orçamento do exercício de 2018, o qual perfaz o total de R\$ 8.262.851,16 (oito milhões, duzentos e sessenta e dois mil, oitocentos e cinquenta e um reais e dezesseis centavos), estiveram presentes a esta reunião o Presidente da Assembleia Dr. Omar Coelho de Mello, Presidente da Alagoas Ativos S.A. Dr. Helder Gonçalves Lima, convidada Diretora Executiva Dra. Emilly Carolinne Leite Lisboa Pacheco e como Secretária Dra. Cybele Silva Wanderley.

B. COMPORTAMENTO ORÇAMENTÁRIO DE 2018

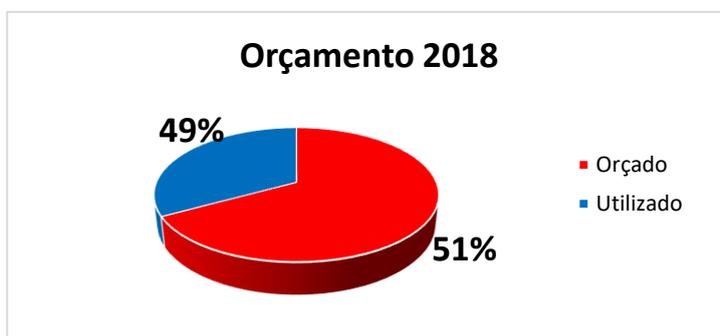


Gráfico 1 - Orçamento 2018

Após o encerramento do exercício de 2018, constatamos apenas a utilização de 49% do orçamento aprovado foi utilizado, conforme Gráfico 1, fato este provocado pela necessidade de viabilizar alteração de alguns produtos de estudos da FGV, que representava 68% de todo orçamento.

Examinando o orçamento utilizado, podemos projetar a realização com o que foi previsto de todos os recursos da Alagoas Ativos S.A., conforme Gráfico 2, constatamos a utilização de 88% na categoria de pessoal, 37% na categoria de Custeio e 95% na categoria de Capital. Demonstrando assim que permanecemos dentro do que foi orçado.

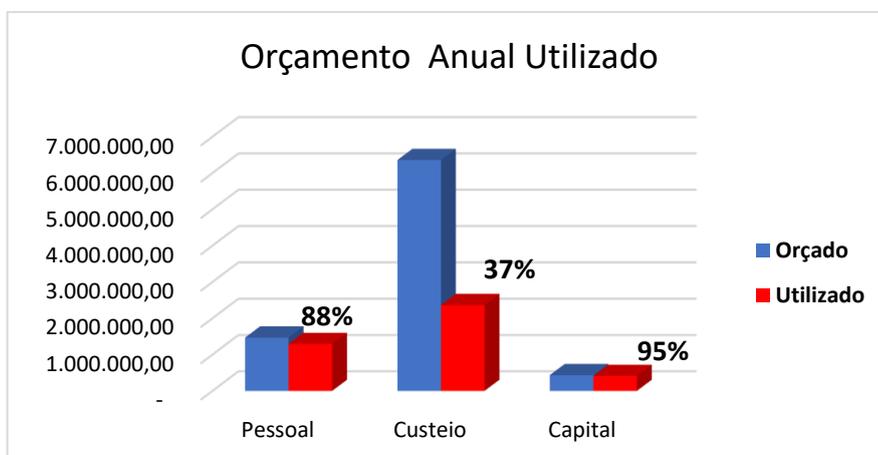


Gráfico 2 - Orçamento Anual Utilizado

Para podermos ter uma visão melhor do acontecido no exercício de 2018 na Alagoas Ativos S.A., iremos verificar trimestralmente os gastos em cada categoria.

Pessoal por Trimestre

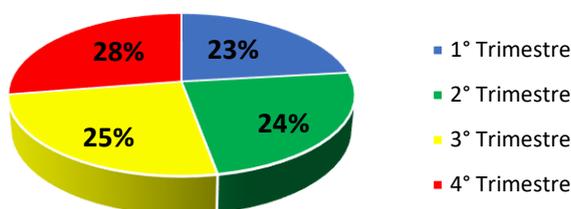


Gráfico 3 - Pessoal por Trimestre

C. PESSOAL

Com base no Gráfico 3, podemos analisar a fluidez a qual ocorreu de forma simétrica no decorrer de cada trimestre.

Ao detalharmos os trimestres por categoria de gastos, podemos verificar a evolução ocorrida conforme Gráfico 4, e assim constatamos que em cada trimestre teve sua particularidade na oscilação de gastos.

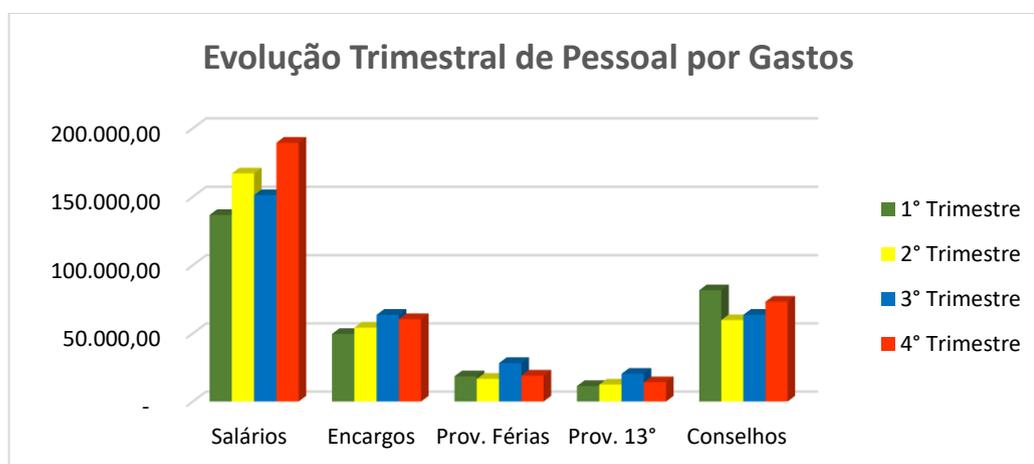


Gráfico 4 - Evolução Trimestral de Pessoas por Gastos

D. CUSTEIO

Ao que tange ao custeio, analisando a Gráfico 5 podemos verificar que os trimestres 1º, 2º e 3º, tiveram suas variações mais atenuantes pelo fato de ter ocorrido pagamento relativo a consultoria FGV. Tal circunstância, reflete de forma mais nítida ao se analisar a Gráfico 6, o qual demonstra de forma trimestral o gasto por categoria realizado no exercício findo.

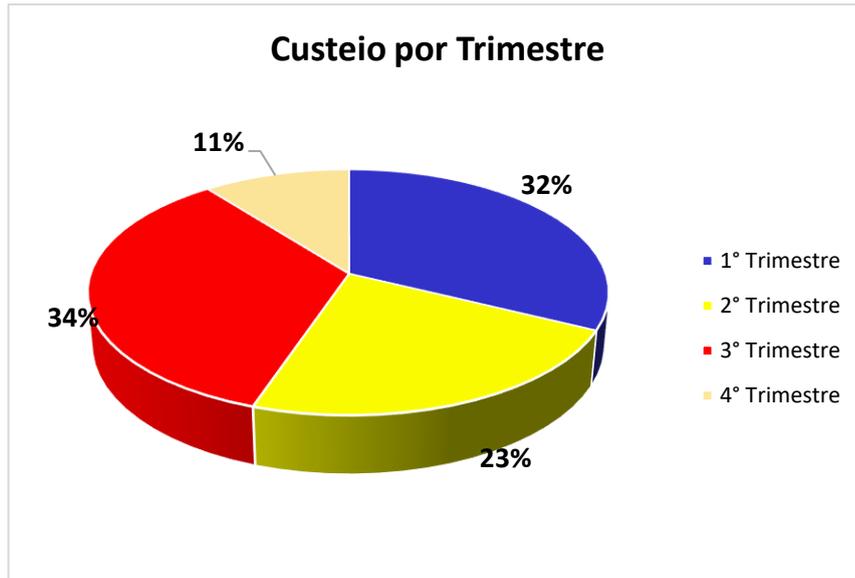


Gráfico 5 - Custeio por Trimestre

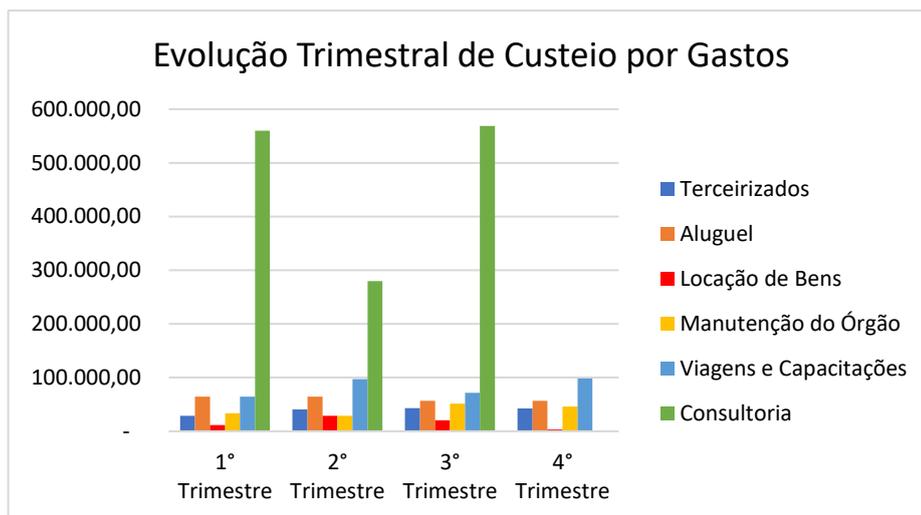


Gráfico 6 - Evolução Trimestral de Custeio por Gastos

E. CAPITAL

Ao abordamos o gasto com capital, podemos constatar que é um ano atípico, de muitas mudanças e adaptações, conforme Gráfico 7, no primeiro trimestre tivemos gastos com bens, para que pudéssemos executar as atividades da Alagoas Ativos S.A., já a partir do segundo trimestre iniciaram os gastos com a sede definitiva, contratando todos serviços e aquisições de bens necessários para adaptação do novo local.

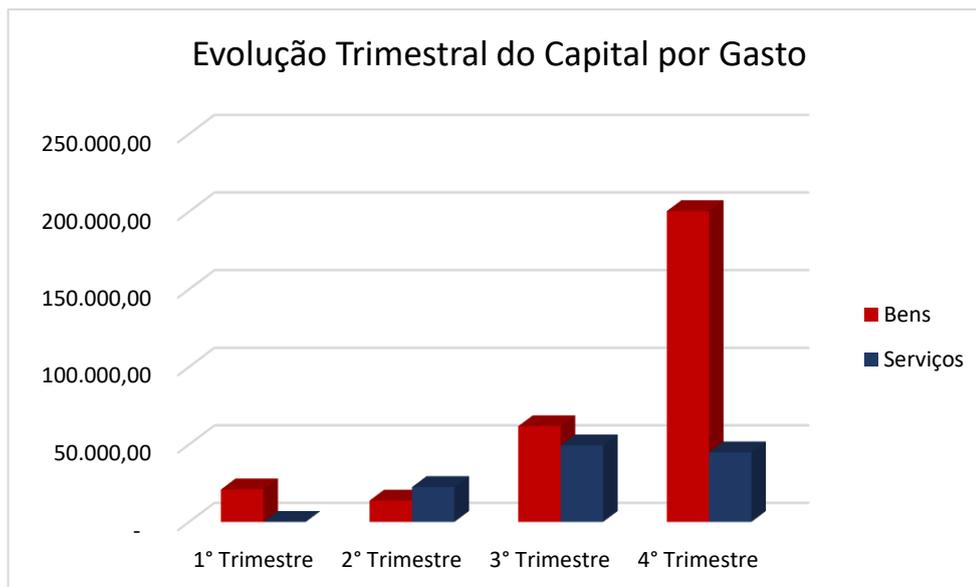


Gráfico 7 - Evolução Trimestral do Capital por Gasto

Já tomando como base a Gráfico 8, podemos verificar que a obra de reforma da nova sede teve seu início no terceiro trimestre efetivamente, o qual seu gasto perfaz um total de 86% de todo gasto realizado com capital.

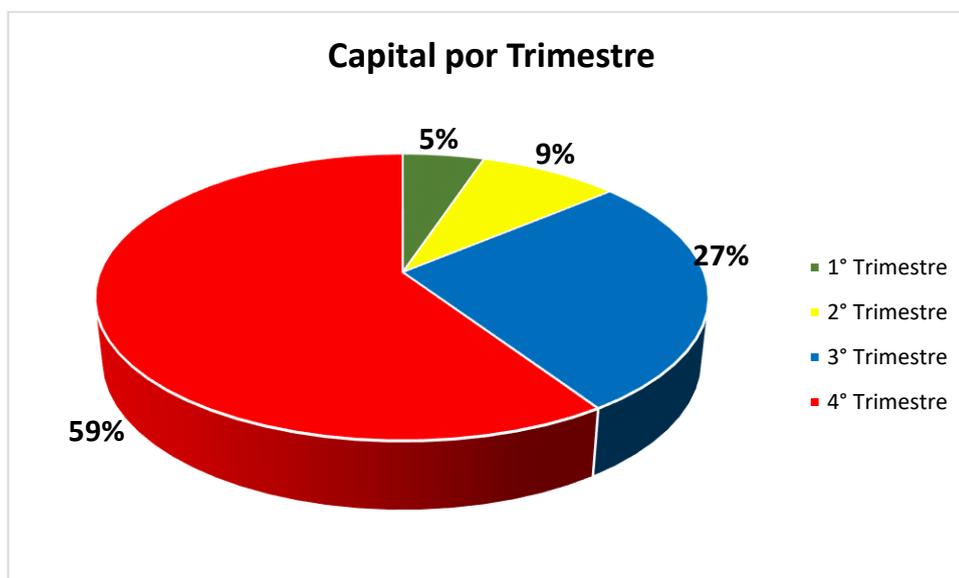


Gráfico 8 - Capital por Trimestre

F. COMPORTAMENTO FINANCEIRO DE 2018

Tendo a Alagoas Ativos S.A. chegado ao seu primeiro ano de atividades, foi realizado a aplicação dos recursos, o qual teve suas variações de rendimentos no decorrer dos meses, conforme demonstra a Gráfico 9. Desta forma, conseguimos verificar o comportamento ocorrido em nossas aplicações – público supremo e público absoluto – e de nossa disponibilidade financeira. Podemos constatar um melhor

resultado nos rendimentos, devido ao estudo realizado durante o primeiro trimestre, e assim, obtivemos melhores formas de aplicações de nossos recursos aplicado junto ao Banco do Brasil.

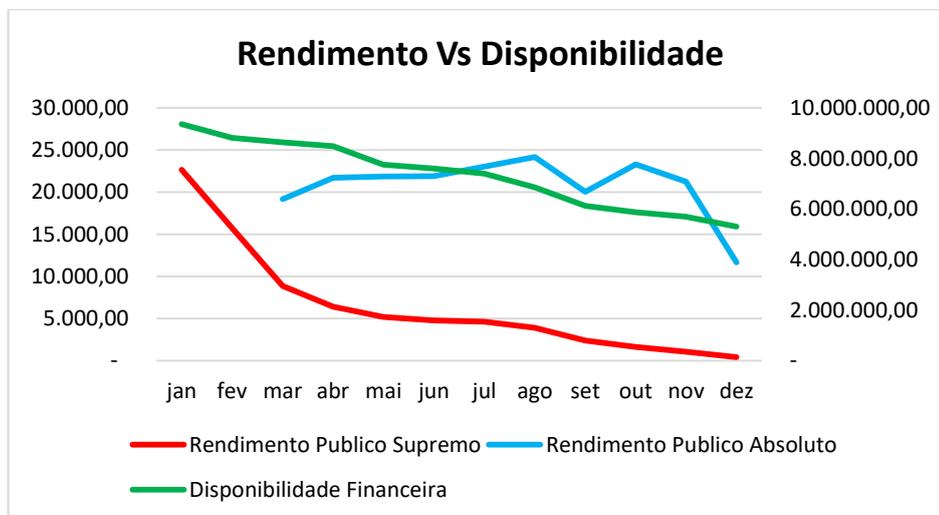


Gráfico 9 - Rendimento Vs. Disponibilidade

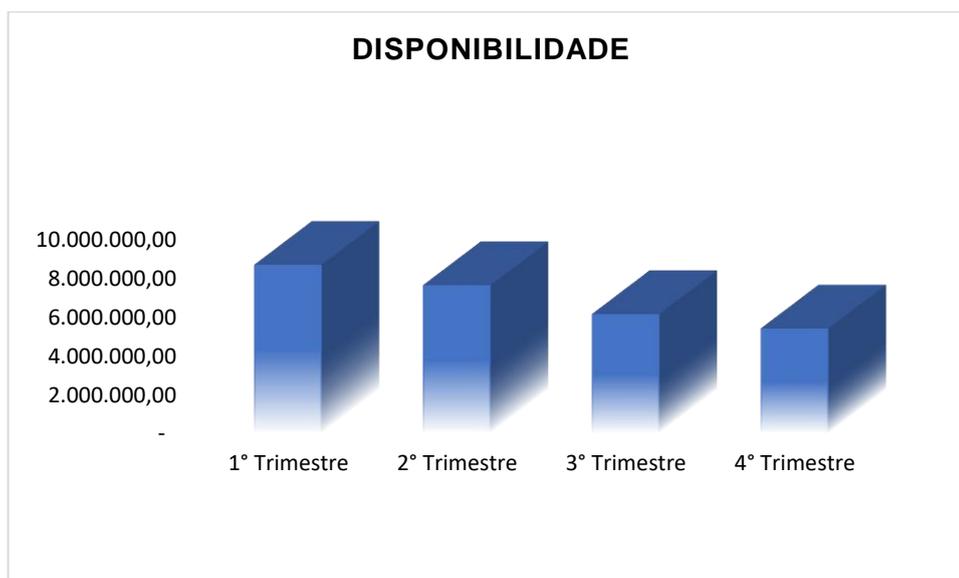


Gráfico 10 - Disponibilidade

Após toda exposição de fatos ocorridos no exercício de 2018, podemos extrair um saldo positivo, em todos os aspectos, orçamentário, financeiro e de capital. Ano de aprendizado e crescimento. E com muitas expectativas para o ano de 2019, uma vez que finalizamos 2018, com a criação do FAP – Fundo Alagoano de Parcerias, o que proporcionará vários trabalhos e crescimento para o Estado de Alagoas.

4.2 PRINCIPAIS PROGRAMAS E PROJETOS OU INICIATIVAS

Em relação aos principais programas e projetos, a empresa concentrou suas ações no levantamento de informações sobre potenciais projetos de PPPs e concessões para o Estado de Alagoas, avaliando

diversas demandas dos órgãos estaduais e analisado a sua viabilidade enquanto projeto de PPP e concessão, em conjunto com a consultoria contrata para auxiliar nessa atividade.

Nesse mesmo sentido, parte da equipe realizou visitas técnicas a diversos Estados em que foram implantados projetos de PPPs similares aos potenciais projetos do Estado de Alagoas, para levantamento de informações sobre funcionamento, estrutura de contratação e processo de licitação.

4.2.1 AVALIAÇÃO DO CENTRO CULTURAL E DE EXPOSIÇÕES RUTH CARDOSO – CCERC

O centro cultural e de exposições Ruth Cardoso – CCERC foi inaugurado em 1996, possui uma área total de 48.000 m² e devido a sua modularidade atende às mais diversas necessidades de congressos, feiras, apresentações artísticas e culturais e exposições. Sua gestão é feita atualmente pela Secretaria de Estado do Desenvolvimento Econômico e Turismo – SEDETUR, e possui uma equipe própria de 03 pessoas e 50 terceirizados.

Pelo que se observa em outros estados da Federação, onde estes equipamentos são operados pelo ente público, os resultados financeiros geralmente não são satisfatórios, em virtude da grande quantidade de gratuidades concedidas, bem como a não utilização de todo potencial que um Centro de Convenções pode oferecer.

Foram realizadas reuniões entre a Alagoas Ativos, FGV e Superintendência do CCERC para coleta de informações, bem como visita técnica ao local para verificação pelos técnicos da FGV da estrutura e potencial do ativo, para subsidiar posterior relatório elaborado. Nesta visita foi constatado o bom estado de conservação e estrutura com salas e ambientes para diversos tipos de eventos.

Visando dar mais dinamismo ao espaço, através da intensificação de eventos genéricos, além da locação do espaço e estacionamento, únicas fontes do CCERC atualmente, foi elaborado relatório aprofundado com as alternativas, envolvendo todos os aspectos jurídicos e de mercado, indicando a concessão sem outorga inicial do Centro de Convenções e Exposições Ruth Cardoso – CCERC como a melhor alternativa para o Governo do Estado de Alagoas, deixando sua operação sob responsabilidade do privado.

4.2.2 AVALIAÇÃO DO ABATEDOURO DE VIÇOSA

Com o objetivo de ofertar a população carne inspecionada e fortalecer a cadeia produtiva da pecuária de corte de Alagoas, o Governo do Estado através da Secretaria da Agricultura, Pecuária, Pesca e Aquicultura lançou o programa de regionalização de abatedouros. Ele consiste na readequação e construção de novas unidades, a fim de que o rebanho do Estado seja abatido conforme à legislação sanitária e ambiental vigente.

Em virtude de funcionarem em condições sanitárias e estruturas físicas inadequadas, representando um grande risco à saúde pública, ocasionando a exposição da população a às zoonoses como tuberculose, brucelose e toxoplasmose, vários municípios estão sofrendo com o fechamento dos matadouros, acarretando em desemprego, retorno do abate clandestino, falta de produto nas feiras livres e aumento de preço dos produtos.

O Abatedouro de Viçosa está em construção e é objeto do Programa de Regionalização do Estado. Possui estrutura moderna, com 2.341 m² de área construída, composta por currais, área destinada à administração, caldeiras, vestiários, subestação de energia, blocos de abate, necropsia, pocilga, lagoas

tratamento e depósito para cascos e chifres e possui capacidade de produção projetada de 140 animais/dia, com possibilidade de expansão.

Após período de coleta de dados sobre este ativo e análise das possibilidades de um melhor aproveitamento do mesmo com eficiência, recomendou-se a concessão de uso da planta, sem outorga inicial com percentual da receita bruta como contrapartida do operador privado ao Estado, incluindo metas de desempenho e investimentos.

4.2.3 SUPERINTENDÊNCIA DE PARCERIAS E CONCESSÕES PIAUÍ - SUPARC

O Estado do Piauí é destaque nacional no programa de parcerias público privadas no Brasil, com 2 bilhões em investimentos de parceiros privados e mais 4 bilhões previstos para a implantação de 23 novos projetos que estão em estudo pela Superintendência de parcerias e concessões – SUPARC. Nesse sentido e alinhado ao objetivo da Alagoas Ativos S/A, realizamos visita técnica àquela Superintendência para discutirmos as práticas utilizadas, os projetos de interesse do Estado de Alagoas e a modelagem dos mesmos. Fomos recebidos pela Superintendente de PPPs do Piauí, Viviane Moura.

Na visita a Nova Ceasa, em Teresina, projeto de interesse ao Estado de Alagoas, pudemos identificar, em reunião com seu Presidente, Sr. James Andrade, os benefícios levados à população através da concessão ao parceiro privado daquele importante equipamento. O contrato com prazo de 30 anos, valor R\$ 84 milhões de reais, investimentos na ordem de R\$ 31 milhões de reais para expansão, reforma e modernização da Nova Ceasa, proporcionou significativas mudanças naquele equipamento como implementação de 04 novos estacionamentos, pavimentação asfáltica e recuperação de 3.000 m² de calçamento, modernização da iluminação e a implantação de projetos sociais como o forró na feira, saúde do feirante, projeto feira, arte e música, dentre outros.

4.2.4 COMPLEXO PRISIONAL PÚBLICO PRIVADO – CPPP – RIBEIRÃO DAS NEVES - MINAS GERAIS

Através de um convite feito pela Secretaria de Administração Penitenciária de Minas Gerais - SEAP, através da Secretaria de Estado de Ressocialização e Inclusão Social de Alagoas, realizamos em setembro de 2018 uma visita técnica ao primeiro presídio estruturado integralmente através de um contrato de PPP, o Complexo Prisional Público Privado. Nos reunimos com os representantes da concessionária, a GPA – Gestores Prisionais Associados e a Assessora Chefe da unidade de PPP e Cogestão, Luciana Lott.

Visitamos as instalações do presídio e também a sala de monitoramento. O complexo possui área total de 66 mil m² com cinco unidades, sendo duas unidades de regime semiaberto (cada cela com 18 m² para 6 presos), três unidades de regime fechado (cada cela com 12 m² para 4 presos) e uma célula-mãe composta de administração, lavanderia, cozinha e almoxarifado central. Das 5 unidades previstas, 3 já estão concluídas, sendo duas de regime fechado e uma de regime semiaberto. Cada unidade possui 1 escola com oito salas de aula, biblioteca e sala de informática, um centro de saúde equipados com consultórios médico e dentário, enfermaria, farmácia e seis galpões de trabalho visando a ressocialização do preso e reinserção na sociedade após o cumprimento da pena.

4.2.5 PAVILHÃO DE EXPOSIÇÕES PARQUE BARIGUI

Em visita à cidade de Curitiba, fomos até a sede do Grupo Positivo, onde fomos recebidos pelo Diretor Executivo Marcelo Franco. NA ocasião conversamos sobre o Expo Renault Barigui, o novo pavilhão de exposições do Parque Barigui. A concessão tem prazo de 25 anos, realizada por meio de processo de licitação pela Prefeitura de Curitiba. Como contrapartida foram realizadas obras de benfeitorias no Parque Barigui. Ao todo, foram investidos R\$ 28 milhões no espaço.

4.3 MONITORAMENTO DE METAS E JUSTIFICATIVAS PARA O RESULTADO

Objetivos Estratégicos	Indicadores Estratégicos	Meta Estratégica	Ações Estratégicas da Unidade	Status			Progresso da Meta
				Concluído	Em andamento		
					Iniciado	Não Iniciado	
Realizar a modelagem de concessões e PPPs	100% da modelagem da concessão pronta e entregue	Realizar a modelagem para a concessão do Centro de Convenções para fins de decisão da Secretaria Responsável até nov/2018			X		
Viabilizar garantias para as PPPs em curso no Estado	100% dos valores de garantia aceitos pela instituição que financia o consórcio	Viabilizar garantia hábil para a PPP de saneamento do consorcio SANAMA até set/2018			X		
Mapear os processos principais e operacionais da Alagoas Ativos adequando a ISO 9001:2015	100% dos processos mapeados e descritos	Mapear todos os processos principais e operacionais até agosto/2018	Elaborar mapa de perfil da empresa	X			100%
			Elaborar mapa dos processos	X			100%
			Descrever os processos principais e de apoio		X		50%
Capacitar tecnicamente a equipe	100% dos colaboradores capacitados	Viabilizar 2 cursos técnicos para cada colaborador até dezembro de 2018.	Elaborar plano de treinamento individual e por equipe para todos os colaboradores.	X			100%

Repór o capital social	100% do previsto em relação ao realizado	Reduzir 10% do gasto do orçamento até dezembro de 2018	Elaborar planilha de planejamento financeiro	X			100%
	100% do orçamento reestruturado de 2019, com base no orçamento de 2018.	Reestruturar 80% das contas orçamentárias para 2019, até dezembro de 2018	Elaborar a planilha orçamentária de 2019.	X			100%

Quadro 5 - Monitoramento de Metas

O ano de 2018 foi um ano peculiar, tendo em vista ter sido um ano em que a Alagoas Ativos se voltou para sua estruturação interna e para a captação de conhecimento suficiente para iniciar o desenvolvimento de seus principais processos e a consecução de seus objetivos estratégicos.

Na Perspectiva Aprendizado e Conhecimento, a empresa conseguiu cumprir seus objetivos estratégicos e todas as metas definidas, uma vez que criou um plano de capacitação para sua equipe e capacitou todos os colaboradores e diretores em suas atividades principais.

Na Perspectiva Processo Internos, a empresa cumpriu 50% das metas definidas, tendo conseguido mapear e padronizar boa parte de seus processos internos e também documentações essenciais para o andamento diário de suas atividades.

Em relação aos seus processos principais, a Alagoas Ativos buscou conhecimento em órgãos estatais e empresas similares em outros Estados para desenvolver os fluxos essenciais para suas atividades-fim, tendo conseguido, ao final de 2018, desenvolver fluxos padrão do processos de PPP e do mecanismo do Fundo Garantidor de Parcerias – FAP, que estão em avaliação e análise pelas outras partes interessadas, o que impediu a empresa de cumprir totalmente os objetivos estratégicos dessa Perspectiva.

Nesse mesmo sentido, ficou pendente em 2018 a consecução dos objetivos estratégicos da Perspectiva Clientes, uma vez que a empresa depende da finalização e formalização dos processos de PPP do Estado e do mecanismo de garantia dessas PPPs, que não foram realizados em 2018.

Por fim, na Perspectiva Financeira, a empresa passou por um ano atípico, tendo em vista ainda não possuir fluxo de receitas e por ter sido um ano de estruturação, com aquisição de bens e equipamento de uso diário, material de expediente e outros bens de uso comum para consecução de suas atividades rotineiras, realização de obra de sua sede definitiva, contratação de consultoria e gastos com visitas técnicas e capacitação da equipe técnica da empresa.

5. ALOCAÇÃO DE RECURSOS E ÁREAS ESPECIAIS DE GESTÃO

5.1 ESTRATÉGIAS PARA ALCANÇAR OS PRINCIPAIS OBJETIVOS DA UNIDADE

Os dois objetivos principais da empresa, que possuem relação direta com a sua missão institucional de “Garantir a qualidade da prestação dos serviços públicos em parceria com a iniciativa privada, atraindo investimentos para o Estado e fomentando um ambiente de negócios seguro e competitivo para o mercado” e com seus objetivos institucionais, são a estruturação do fluxo padrão de concessões e PPPs do Estado de Alagoas, de forma a realizar modelagens desses projetos, e a criação da criação do Fundo Alagoano de Parcerias – FAP, de forma a viabilizar garantias para as PPPs em curso no Estado. Todos os outros objetivos definidos em seu planejamento estratégico são de apoio para esses dois objetivos principais.

Pra alcançar ambos os objetivos, a empresa definiu estratégias, que envolvem tanto o ambiente interno, quanto partes relacionadas do ambiente externo. Dessa forma, uma das estratégias internas adotadas foi a capacitação técnica de sua equipe, que representou 8% do seu orçamento utilizado em 2018, tendo em vista não haver pessoal capacitado para se envolver com as atividades-fim da empresa.

Para auxiliar na conformação interna à legislação aplicável, a Alagoas Ativos contratou consultoria externa da Fundação Getúlio Vargas - FGV, que realizou Relatório Circunstanciado sobre a situação da empresa naquele momento e quais as estruturas e práticas internas necessárias para que a companhia se adeque às exigências legais. Essa contratação representou 34% do orçamento utilizado em 2018, o que se justifica pela importância que a consultoria teve na estruturação interna da empresa.

Ainda no âmbito interno, a empresa alocou 1% de seus recursos orçamentários de 2018 para a contratação de consultoria para implantação de programa de qualidade, que foi responsável pelo planejamento estratégico da empresa, mapeamento e padronização de processos internos e principais.

Entretanto, ambos os objetivos não puderam ser concretizados somente pela atuação institucional da Alagoas, dependendo fundamentalmente de outros órgãos que são partes interessadas na definição desses fluxos padrão do processo de PPPs e do mecanismo de garantia ao investido privado no Estado de Alagoas.

Dessa forma, e tendo em vista que tais processos ainda se encontram em processo de avaliação e validação por todas as partes interessadas, e, a despeito de todos os esforços internos da empresa, não foi possível concluir os referidos procedimentos ainda em 2018.

Por fim, no que se refere à pesquisa e desenvolvimento, firmou-se com a FAPEAL em julho de 2018 o Termo de Cooperação Técnica, Acadêmica e Financeira nº 04/2018, com vigência de 12 (doze) meses, com a finalidade de aprofundar a pesquisa no âmbito da Alagoas Ativos nos temas concernentes ao seu objeto social.

O objeto da cooperação foi a concessão de uma bolsa de desenvolvimento, fixação e capacitação de recursos humanos a pesquisadores e técnicos ligados aos subprojetos de pesquisa e extensão que trabalhem as necessidades identificadas pela Alagoas Ativos, em conformidade com o plano de trabalho. Plano este que tem como escopo a realização de pesquisas sobre Parcerias Público-Privadas, sua natureza e modelagem jurídica, bem como seu procedimento de licitação e concessão de serviços públicos à iniciativa privada, e ainda, estudos sobre fundos garantidores e toda a legislação tributária aplicada às garantias.

Paralelamente, e sem prejuízo da atividade realizada junto à Alagoas Ativos S.A., a bolsista utiliza os conhecimentos e informações disponíveis na empresa para a construção de seu projeto de pesquisa junto à FAPEAL, para o enriquecimento do conhecimento científico da sociedade sobre as Parcerias Público-

Privadas, Concessões de serviços públicos e os impactos econômicos e sociais da Alagoas Ativos no Estado de Alagoas.

5.2 GESTÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA

Em razão de sua natureza e como resultado de sua gestão, a empresa não sofreu nenhuma restrição ou aplicação de multas em decorrência de fiscalização de suas atividades, nem possui informações sobre precatórios. Nesse mesmo sentido, a empresa não é responsável ou gestora de fundos ou programas e não auferiu ou renunciou receitas, razão pela qual não há informações pertinentes a esse tema,

No que se refere a demandas judiciais e administrativas, a empresa não foi demandada, nem demandou em juízo ou na seara administrativa e, por esse motivo, não possui informações sobre indenizações a clientes em quaisquer das duas esferas. Por fim, também não realizou ou foi objeto de depósitos judiciais ou extrajudiciais.

5.3 GESTÃO DE PESSOAS

ANEXO II - QUADRO GERAL DA LOTAÇÃO DE VAGAS E FORÇA DE TRABALHO		
Lotação	Cargo	Qtde de Vagas
Diretoria-Geral	Diretor Presidente	1
	Diretor Executivo	1
	Diretor Financeiro	1
	Assessor Jurídico	1
	Assessor da Diretoria	1
Diretoria Executiva	Gerente Administrativo	1
Diretoria Financeiro	Gerente de Contabilidade	1
TOTAL DE VAGAS		
Total de Cargos Comissionados		
<i>Ocupados</i>	7	
<i>Cargos vagos</i>	1	

Quadro 6 - Quadro geral de lotação de vagas

Conforme se depreende pelo Quadro 6, a Alagoas Ativos possuiu em 2018 um quadro funcional reduzido, com apenas sete cargos, incluindo a Diretoria Geral, onde apenas um dos cargos estava vago.

O regime de trabalho é celetista, enquanto a forma de remuneração dos administradores e membros dos colegiados é definida em Assembleia Geral, que o fará anualmente, conforme dispõe o art. 11, do Estatuto Social da Alagoas Ativos, sendo modificada somente pela própria Assembleia:

Art. 11. A Assembleia Geral fixará o montante anual global ou individual de remuneração dos membros do Conselho de Administração, da Diretoria e do Conselho Fiscal, incluindo verbas salariais, remuneração variável, benefícios de qualquer natureza e verbas de representação, tendo em vista as suas responsabilidades, o tempo dedicado às suas funções, sua competência e reputação profissional e o valor dos seus serviços no mercado.

A empresa ainda não possui política em relação à participação de empregados e administradores nos resultados da entidade, assim como não possui política de participação acionária dos membros de colegiados da entidade.

5.4 GESTÃO DE LICITAÇÃO E CONTRATOS

Este relatório apresenta o desempenho administrativo da Alagoas Ativos S.A referente ao exercício do ano de 2018. O relatório dedica-se à exposição dos tipos de contratação efetuados pela Alagoas Ativos S.A.

Por meio dos Gráficos 11 e 12 observamos as contratações realizadas por esta Alagoas Ativos S.A através de inexigibilidade de licitação, conforme ditames do artigo 30 da Lei 13.303, de 2016.

Através da inexigibilidade de licitação é possível a contratação direta quando houver a inviabilidade de competição, e nas hipóteses previstas nos incisos I e II, do artigo 30 da Lei 13.303, de 2016.

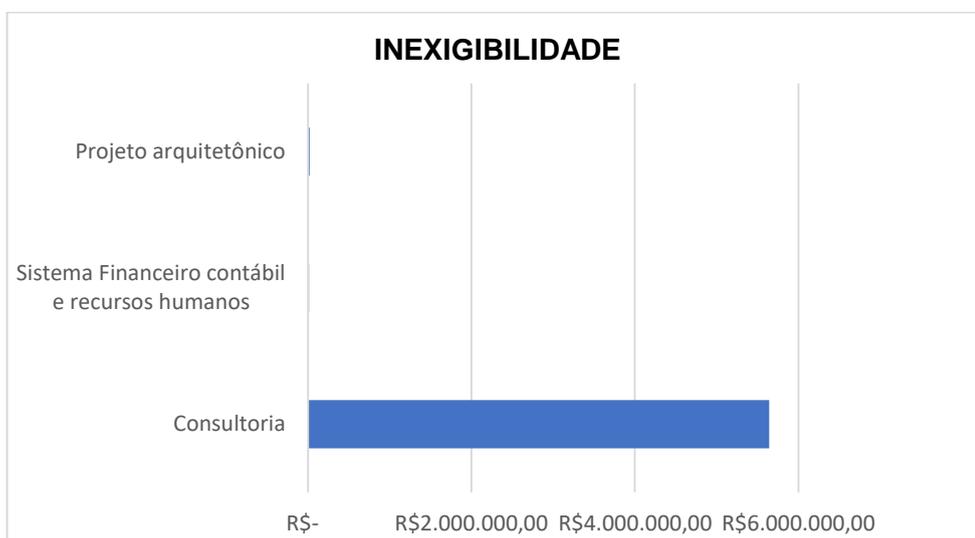


Gráfico 11 - Inexigibilidade

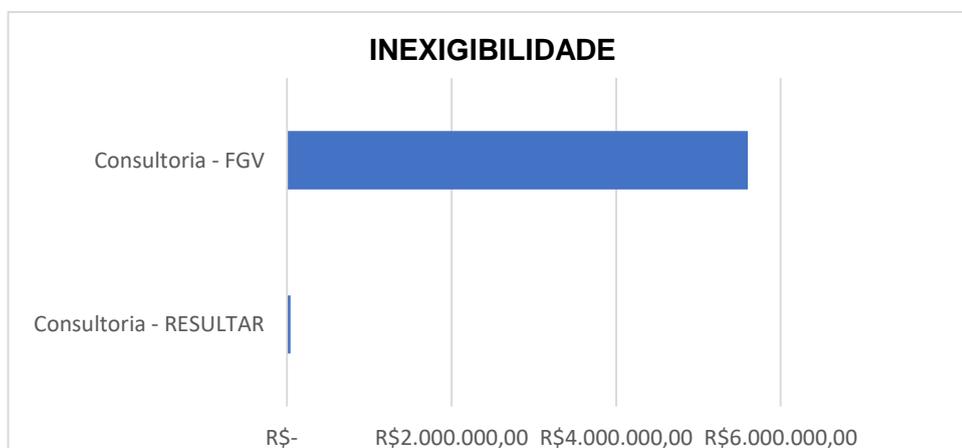


Gráfico 12 - Inexigibilidade

O artigo 29, inciso XV da Lei 13.303, de 2016 traz a possibilidade de contratação em situações de emergência, quando caracterizada a urgência de atendimento da situação emergencial, que possam ser concluídas no prazo máximo de 180 (cento e oitenta) dias consecutivos e ininterruptos.

A Alagoas Ativos S.A, tendo iniciado efetivamente suas atividades no ano de 2018, necessitou, em caráter de urgência, se utilizar de contratações emergenciais, vez que sem a utilização dos serviços podiam comprometer a execução de sua atividade institucional, dessa forma, se utilizou da contratação emergencial de serviços indispensáveis ao seu pleno e regular funcionamento, conforme Gráficos 13 e 14.

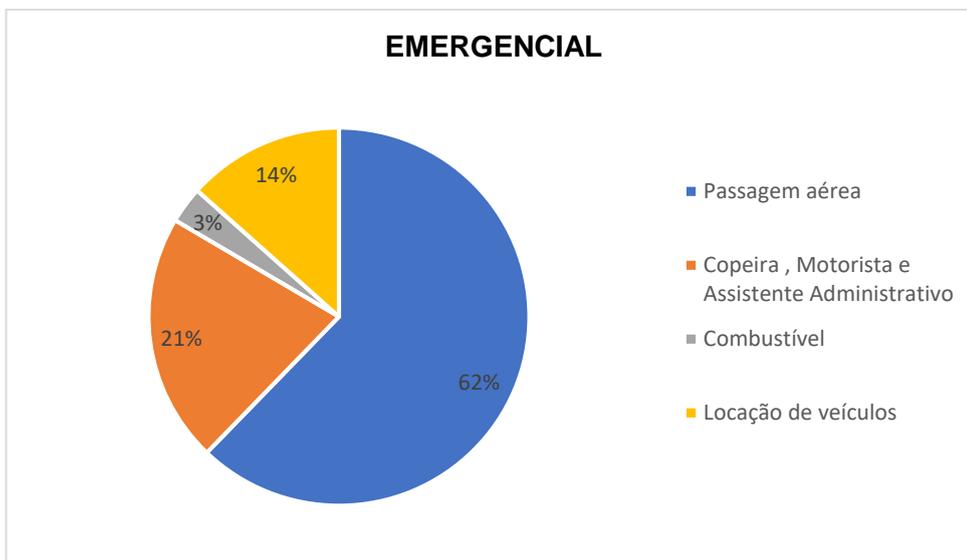


Gráfico 13 - Emergencial

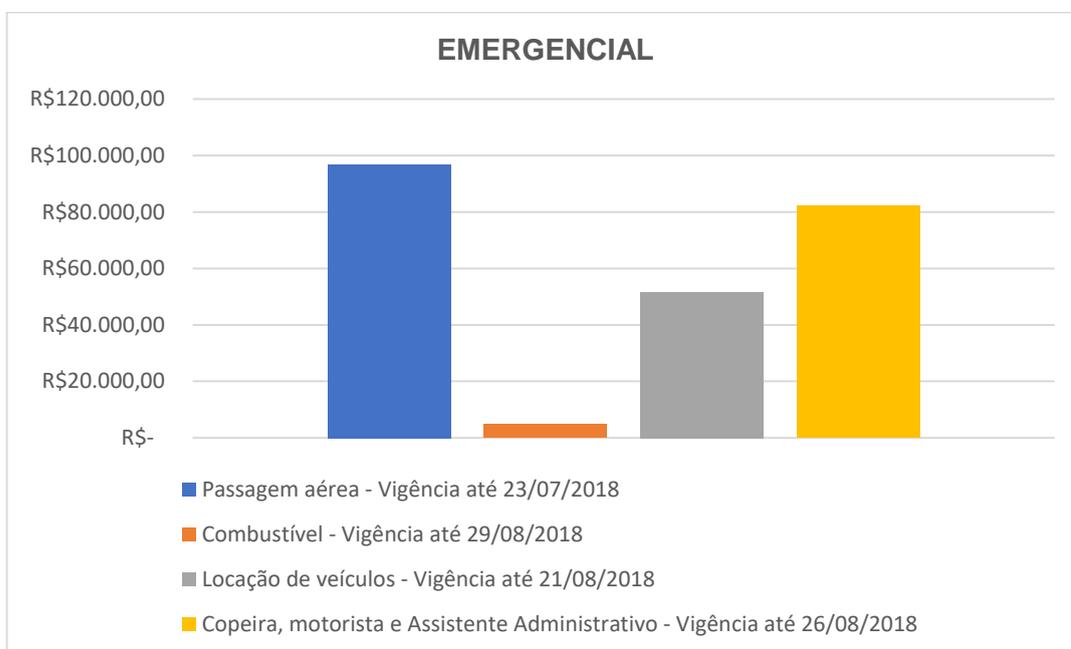


Gráfico 14 - Emergencial

A Alagoas Ativos S.A, através de adesão à ata de registro de preços, que é a possibilidade de um órgão ou entidade que não participou do procedimento licitatório aderir à ata e adquirir os bens e serviços

licitado por órgão diverso, solicitou a aquisição de bens como divisórias, móveis, cadeiras e poltronas, conforme Gráfico 15.

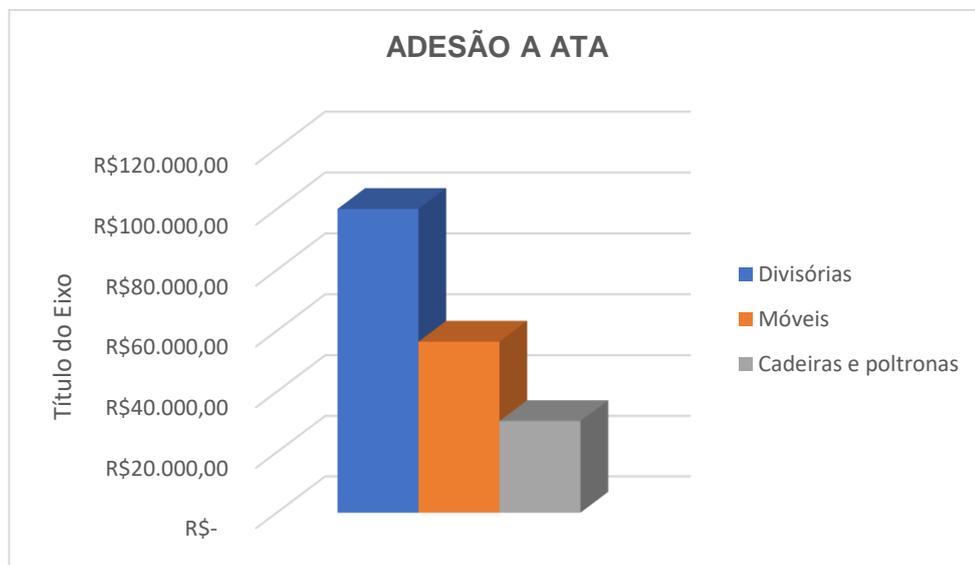


Gráfico 15 - Adesão à Ata

No ano de 2018 a Alagoas Ativos S.A realizou 3 (três) procedimentos licitatórios através da modalidade de licitação pregão presencial para contratação de serviços terceirizados, empresa para emissão de passagens aéreas e o gerenciamento de combustíveis da empresa, conforme Gráfico 16.

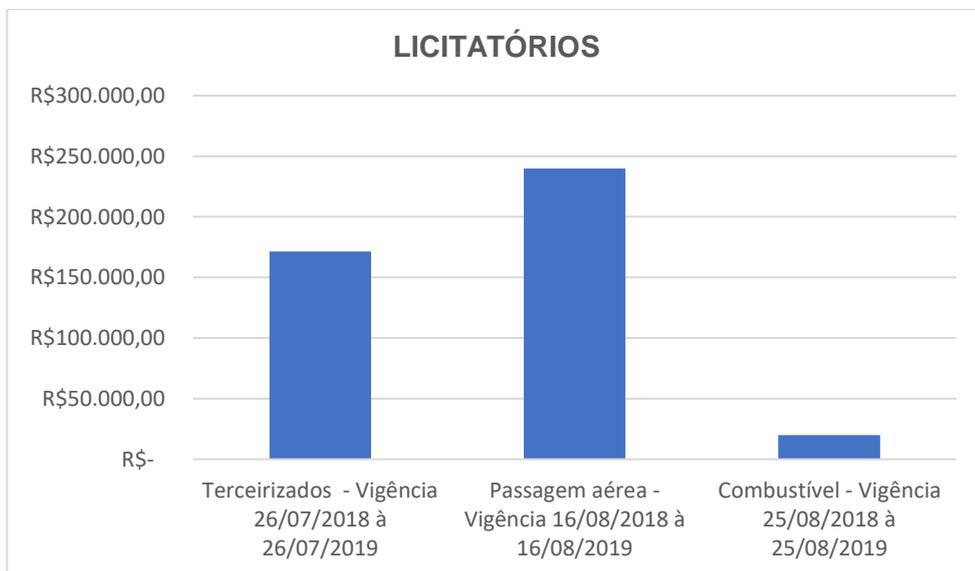


Gráfico 16 - Licitatórios

Também no que diz respeito à dispensa de licitação, a Lei 13.303, de 2016, excepciona sua utilização em relação ao procedimento licitatório, possibilitando sua aplicação em casos expressamente previstos em Lei.

A Alagoas Ativos S.A, através do artigo 29 da Lei 13.303, de 2016 se utilizou das possibilidades trazidas em lei, para formalização das contratações por dispensa de licitação, conforme elencadas no

Gráfico 17. Destarte, que não devemos confundir as hipóteses de contratação direta com ausência de procedimento por parte da Administração Pública, pois as contratações feitas no âmbito administrativo exigem procedimento prévio observando as formalidades etapas no que dispõe à Lei 13.303, de 2016.

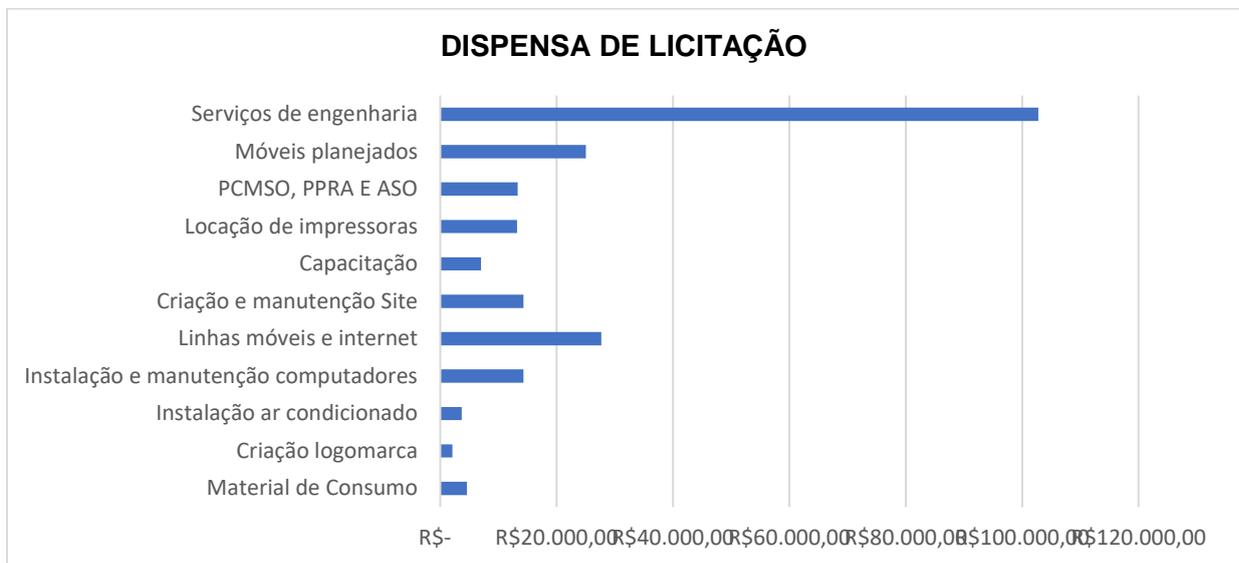


Gráfico 17 - Dispensa de Licitação

O artigo 29, inciso V da Lei 13.303, de 2016, dispensa a realização de licitação para a compra ou locação de imóvel destinado ao atendimento de suas finalidades precípuas, quando as necessidades de instalação e localização condicionarem a escolha do imóvel, desde que o preço seja compatível com o valor de mercado.

A Alagoas Ativos S.A, através do dispositivo legal mencionado, realizou a locação de dois imóveis. O primeiro localizado no Edf. Terra Brasilis, onde inicialmente deu início as suas atividades e o segundo contrato de locação no Edf. Delman Empresarial, onde atualmente exerce suas atividades, conforme Gráfico 18.

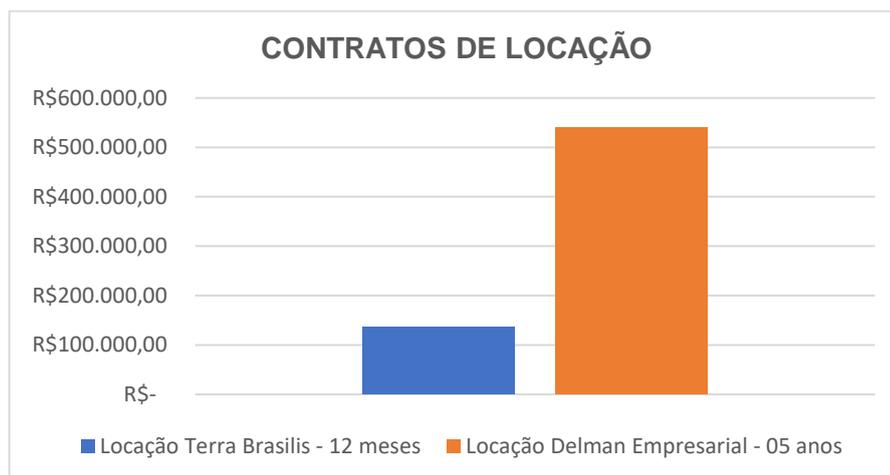


Gráfico 18 - Contratos de Locação

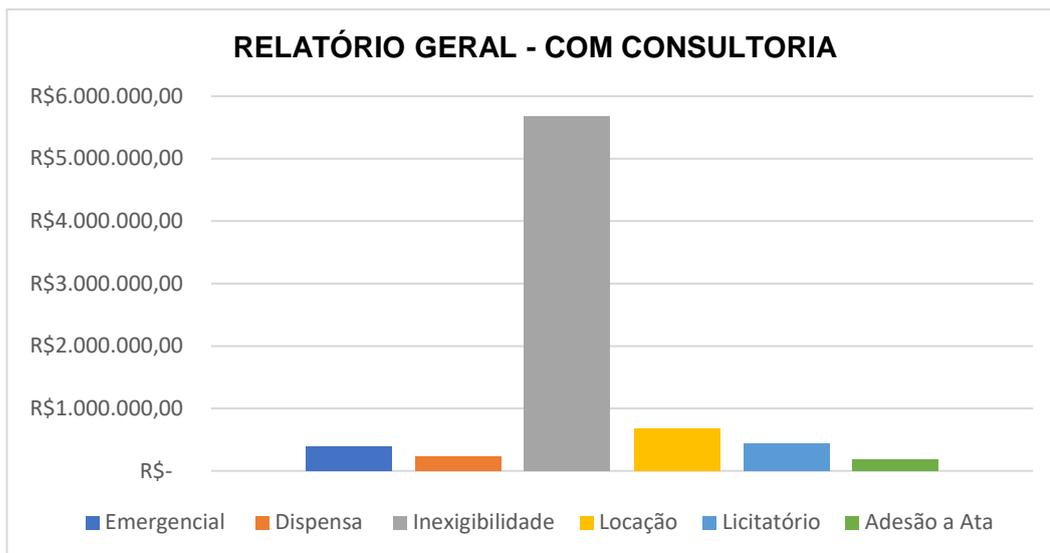


Gráfico 19 - Relatório Geral - Com Consultoria

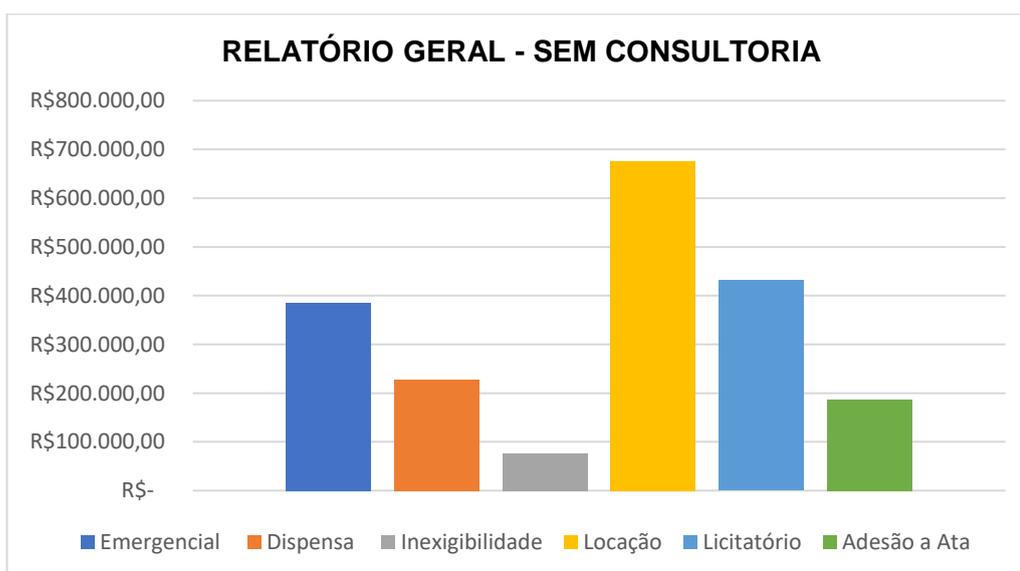


Gráfico 20 - Relatório Geral - Sem Consultoria

Por fim, a empresa não realizou contratações referentes à publicidade e propaganda, não havendo, portanto, informações ou dados referentes a essa modalidade de contrato.

5.5 GESTÃO PATRIMONIAL E INFRAESTRUTURA

A infraestrutura patrimonial da Alagoas Ativos envolve principalmente o imóvel em que está fixada a sede definitiva da empresa, a qual é locada de terceiros, dois veículos também locados, cuja contratação foi realizada através de licitação e bens e equipamentos de uso comum utilizados rotineiramente pela equipe.

Em relação à gestão imobiliária, a empresa não possui imóvel próprio, nem utiliza imóvel do Estado de Alagoas. Em 2018, passou onze meses em imóvel local provisório, enquanto organizava os trâmites administrativos da licitação para a obra do imóvel onde fixou sua sede definitiva.

Tanto a gestão do imóvel, quanto o andamento da licitação e da respectiva obra são de responsabilidade da Gerência Administrativa, que também é a esfera competente da empresa para realizar a manutenção preventiva e corretiva do imóvel e dos equipamentos e bens de uso habitual.

Quanto aos veículos, a empresa contratou, através de licitação, empresa especializada no fornecimento de dois automóveis pelo prazo de doze meses. A opção pela locação, ao invés de aquisição de veículos próprios, se deu pela comodidade em casos de manutenção, avarias e trocas dos veículos, que não são ficam sob a responsabilidade da Alagoas Ativos.

5.6 GESTÃO DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO

A gestão da tecnologia da informação é feita através de empresa terceirizada, que efetuou a instalação de todos o sistema de tecnologia da Alagoas Ativos e realiza a manutenção preventiva e corretiva do sistema de informática, servidores e provedores de internet.

Para maior segurança das informações e dados, a empresa possui servidor próprio em que hospeda seus documentos e também trabalha com e-mail corporativo próprio, para que não haja falha de segurança que possa prejudicar a empresa.

Pela sua estrutura mínima e por ainda não estar em pleno funcionamento de sua atividade-fim, a Alagoas Ativos não desenvolveu um plano diretor de tecnologia da informação que norteie suas atividades nessa área, o que será realizado a partir de 2019.

5.7 SUSTENTABILIDADE AMBIENTAL

A responsabilidade socioambiental é um dos valores da Alagoas Ativos, consubstanciado em ter atitudes e iniciativas quanto aos impactos ambientais. Tendo em vista que o seu negócio não impacta diretamente o meio ambiente com resíduos e atividades prejudiciais, a empresa ainda não possui uma política de gestão ambiental.

No entanto, toda a equipe é orientada a trabalhar diariamente com atitudes que minimizem ainda mais esses impactos, como redução no consumo de energia elétrica e água, exemplificados na aquisição de condicionadores de ar com função inverter, que são mais eficientes e otimizam o consumo de energia, além de a sede definitiva da empresa ter sido instalada em edifício com janelas amplas, em que é possível manter as luzes desligadas durante o dia na maior parte do imóvel.

Dessa forma, a equipe foi orientada em manter condicionadores de ar e luzes desligadas quando a sala não estiver em utilização, além de utilizar o mínimo de papel possível, preferindo o uso de arquivos digitais e comunicação virtual sempre que possível.

Nesse mesmo sentido, a empresa está em processo de implantação de sistema de pregão eletrônico, com o objetivo de tornar as licitações mais eficientes e ágeis e, para diminuir a utilização de papel nas movimentações dos processos administrativos, está em implantação do sistema SEI.

6. DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

6.1 OPINIÃO DOS AUDITORES EXTERNOS

A empresa contratada apresentou seu relatório com a seguinte opinião:

“Examinamos as demonstrações contábeis da Alagoas Ativos S.A. (“Companhia”), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2018 e as respectivas demonstrações do resultado do exercício, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes, notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, exceto quanto aos possíveis efeitos, se houver, do assunto mencionado no parágrafo “base para opinião com ressalvas”, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Alagoas Ativos S.A. em 31 de dezembro de 2018, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil”.

O Relatório completo dos Auditores Independentes consta do Anexo II.

6.2 DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

As Demonstrações Contábeis constam do Anexo III deste Relatório de Gestão.

6.3 NOTAS EXPLICATIVAS

6.3.1 NOTA 1 – BALANÇO PATRIMONIAL

1. Ativo Circulante: Compõe os demonstrativos de valores a curto prazo, relativo a bens e direitos adquiridos até a data do balanço patrimonial.

1.1 Disponibilidade: Composto pelo Fundo Fixo de Caixa, cujo saldo em moeda corrente representa os recursos com livre movimentação para aplicação em pequenos gastos, e pelas Aplicações Financeiras, representado valores originais aplicados acrescidos dos rendimentos pró-rata até a data do balanço.

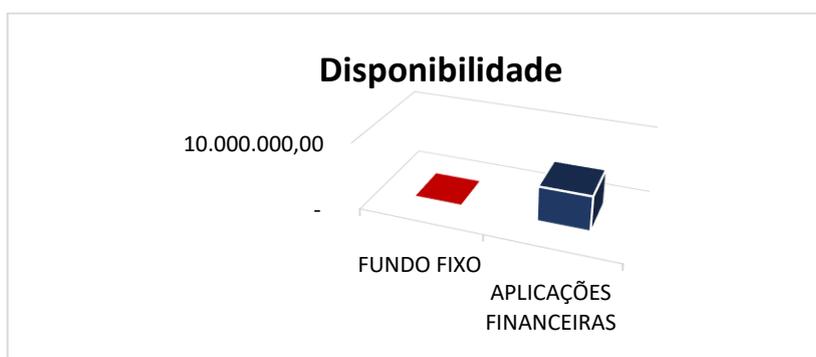


Gráfico 21 - Disponibilidade

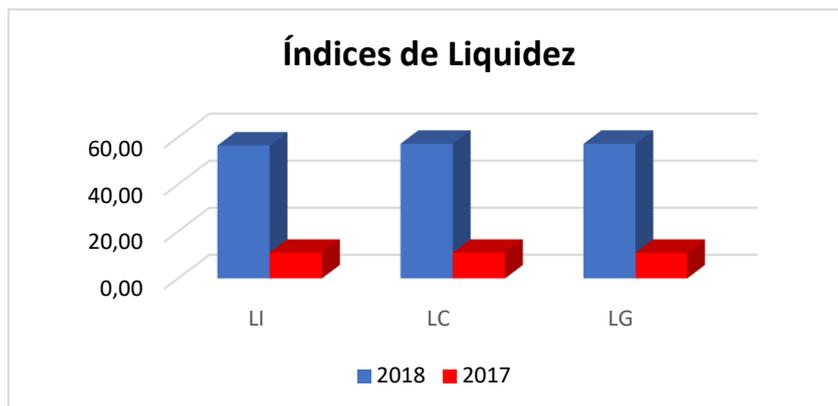


Gráfico 22 - Índices de Liquidez

Conforme se depreende do Gráfico nº 22, a Alagoas Ativos S.A. obteve expressivo crescimento na capacidade de honrar seus compromissos, tendo em vista demonstração de que para cada R\$1,00 (um real) a título de dívida possui o equivalente a, aproximadamente, R\$ 56,50 (cinquenta e seis reais e cinquenta centavos) para cumprir com as obrigações assumidas, evidenciando, dessa forma, uma excelente situação financeira.

1.2 Outros Créditos: Registra o valor referente a créditos originados de recuperação de impostos a serem futuramente compensados, composto pelo montante a título de IRRF sobre rendimentos de aplicação financeira.

1.3 Despesas Antecipadas: Registra as aplicações de recursos em despesas cujo benefício para a empresa ocorrerá no exercício seguinte, referentes ao aperfeiçoamento da direção executiva na área tributária.

2. Ativo não Circulante: Composto pelos demonstrativos de valores que serão realizados a longo prazo, relativo a bens, rendas e direitos de natureza duradoura e destinados ao funcionamento normal da empresa, adquiridos até a data do balanço patrimonial, composto pelos valores líquidos do Imobilizado e Intangível.

2.1 Imobilizado e Intangível: Aplicação, no exercício de 2018, de parcela significativa dos recursos da Alagoas Ativos na aquisição de bens de natureza tangível e de direitos respectivos, necessários à persecução de sua atividade no mercado Alagoano, tendo em vista o empreendimento de toda a reforma e aquisição do mobiliário de sua sede definitiva.

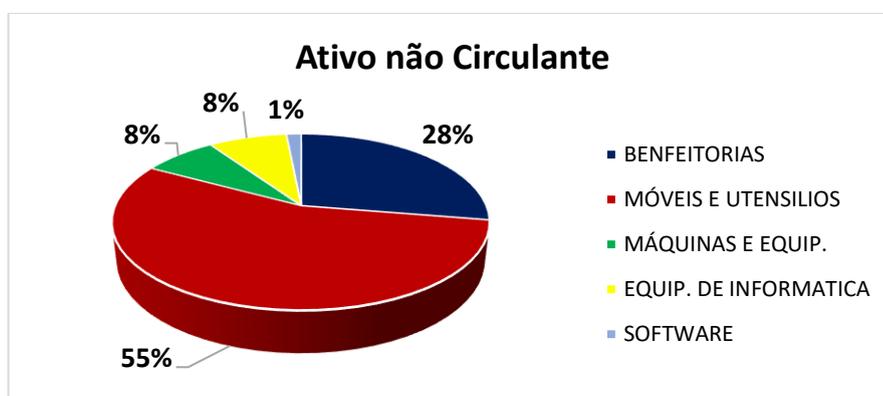


Gráfico 23 - Ativo não Circulante

Em análise do Gráfico 24, é possível constatar que, em 2018, os bens imobilizados da Alagoas Ativos passaram a equivaler a 10% do seu Patrimônio Líquido, percentual representado principalmente pela reforma de sua sede definitiva. No entanto, tal montante não configura uma parcela significativa do capital líquido da empresa.

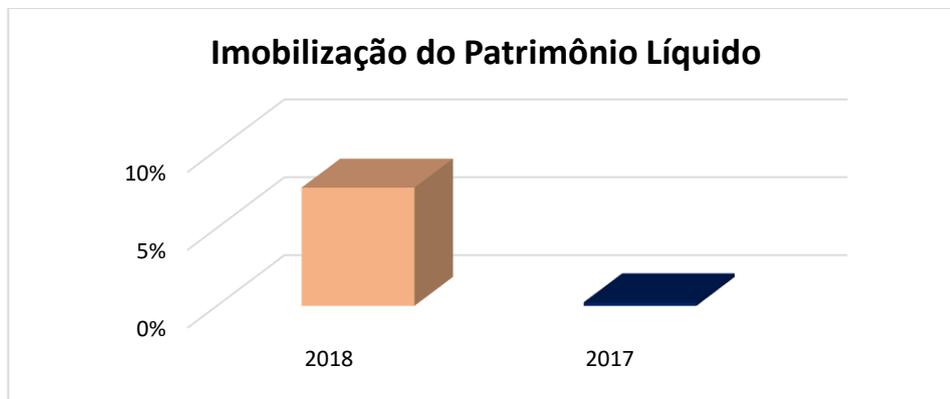


Gráfico 24 - Imobilização do Patrimônio Líquido

No que diz respeito ao tratamento do registro da depreciação, amortização e exaustão, a Alagoas Ativos utilizou as normas e procedimentos sugeridos pelo FISCO.

4. Passivo Circulante e Não Circulante: Os passivos circulantes e não circulantes são as obrigações da empresa em relação a terceiros, demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, que serão acrescidos, quando for o caso, dos correspondentes encargos incorridos até a data do balanço patrimonial, com base em taxas de juros que reflitam o prazo, a moeda e o risco de cada transação. – Provisões – Reserva de valor que visa atender uma despesa decorrente de um evento passado que originou um passivo, havendo a probabilidade desse montante ser requerido para saldar a obrigação. As provisões somente são registradas quando avaliadas como prováveis e com base nas melhores estimativas do risco envolvido.

4.1 Fornecedores: As obrigações registradas são representadas por valores vinculados às atividades e aos contratos firmados com o intuito de dar andamento ao funcionamento da empresa.

4.2 Obrigações Tributárias: Referem-se aos compromissos financeiros como recolhimento de todas as retenções exigidas pela legislação tributária a título de impostos, taxas e outras obrigações tributárias que tenham origem nos contratos de prestação de serviços.

4.3 Obrigações Trabalhistas e Previdenciária: Foram registradas todas as provisões de natureza trabalhista e previdenciária relativas à folha de pagamento, férias e 13º salário.

4.3.1 Provisão de Férias e Encargos: Foram provisionadas com base nos direitos referentes às férias adquiridas pelos empregados até a data do balanço.

4.3.2 Provisão de 13º Salário e Encargos: Foram provisionadas com base nos direitos relativos ao 13º salário adquiridos pelos empregados e baixados conforme o pagamento até a data do balanço.

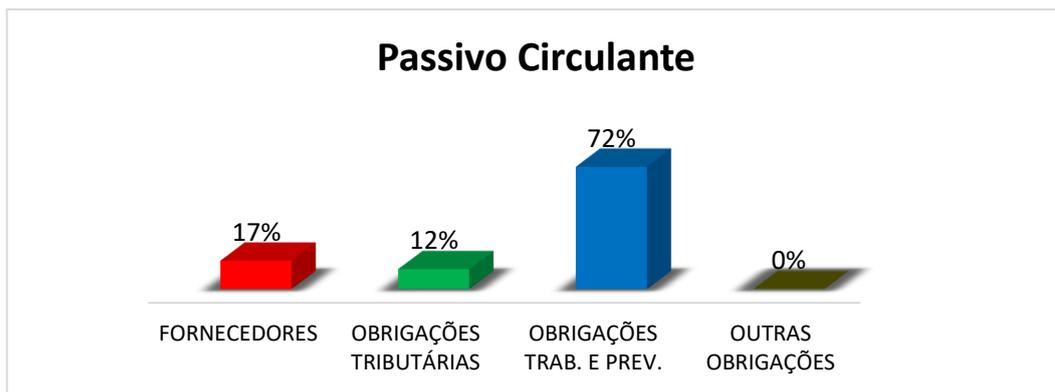


Gráfico 25 - Passivo Circulante

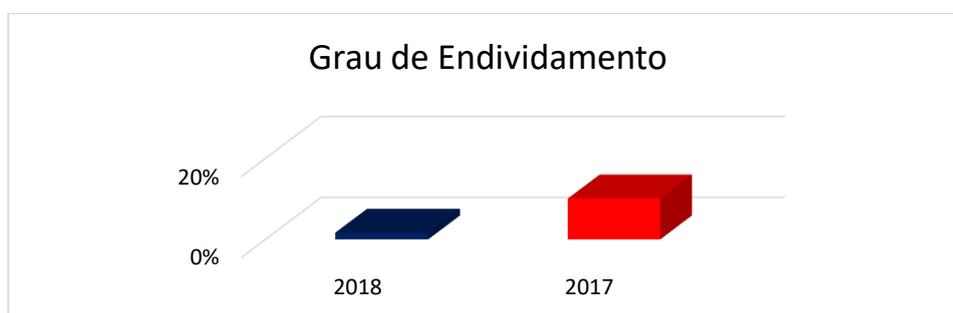


Gráfico 26 - Grau de Endividamento

Analisando os Gráficos nº 25 e nº 26, é possível constatar que o passivo da Alagoas Ativos com maior vulto é aquele referente às obrigações trabalhistas e previdenciárias, que representam as provisões de férias e respectivos encargos, e que fixam o grau de endividamento da empresa no exercício de 2018 em 2% (dois por cento), demonstrando segurança e confiabilidade em seu patrimônio.

5 Patrimônio Líquido: A Alagoas Ativos iniciou efetivamente suas atividades no exercício de 2018, que se caracterizou por ser um ano de planejamento e formatação de sua principal fonte de receita operacional, o Fundo Alagoano de Parcerias – FAP, juntamente com os órgãos estaduais relacionados a Parcerias Público Privadas – PPP’s e, principalmente, alinhado à Secretaria da Fazenda.

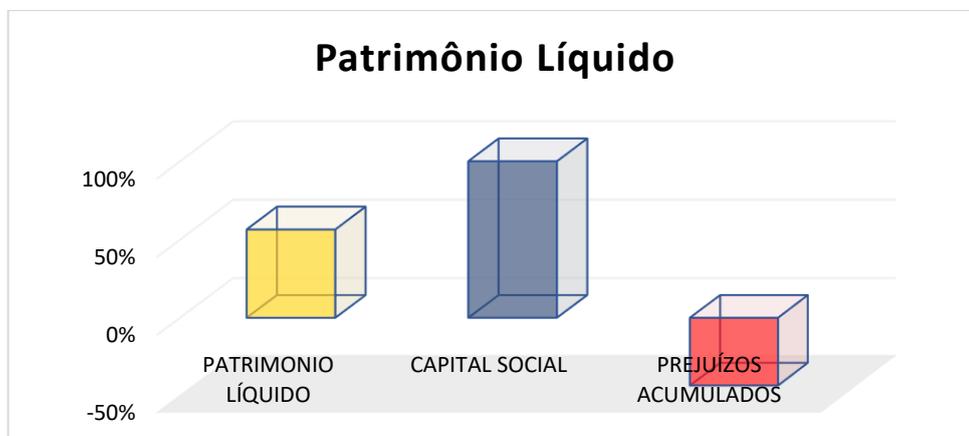


Gráfico 27 - Patrimônio Líquido

6.3.2 NOTA 2 – DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO DO EXERCÍCIO

6 As Despesas e as Receitas: Obedecem apropriadamente ao regime de competência.

6.1 Despesas Administrativas: Após análise dos gastos realizados no exercício, verifica-se que o percentual de maior representatividade se refere à consultoria e serviços de terceiros, valor este necessário para geração de informações fundamentais para o mapeamento das atividades desenvolvidas pela Alagoas Ativos.

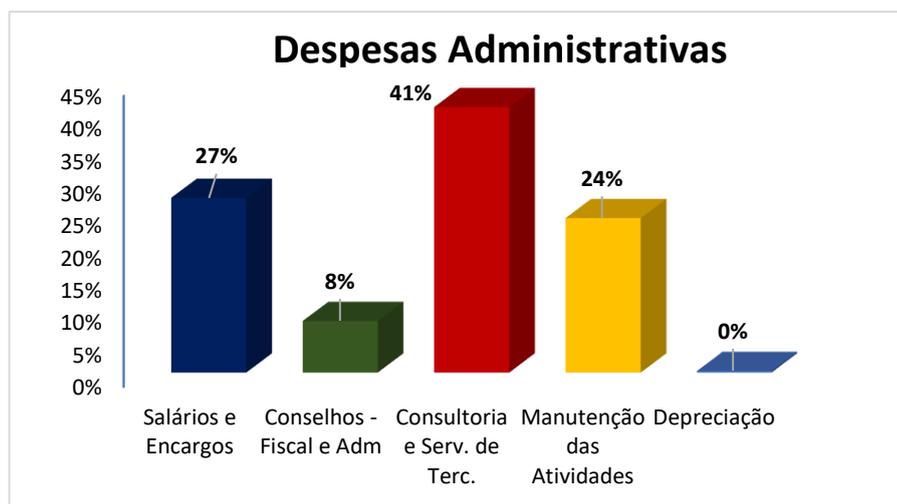


Gráfico 28 - Despesas Administrativas

6.2 Resultado Financeiro: O resultado financeiro positivo gerado no exercício foi consequência direta das boas práticas de gestão aplicadas aos recursos financeiros.

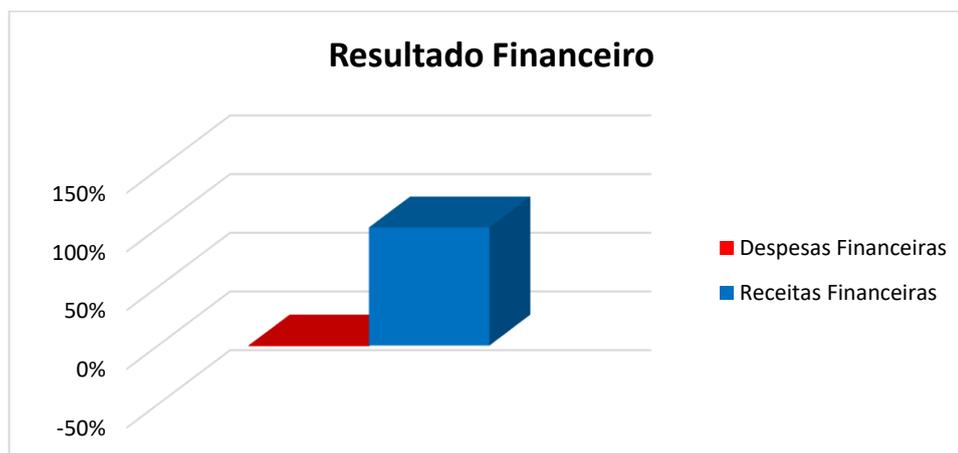


Gráfico 29 - Resultado Financeiro

6.3.3 NOTA 3 – DEMONSTRAÇÃO DO LUCRO E PREJUÍZO ACUMULADO

A Demonstração de Lucros e Prejuízos Acumulados, conhecida também como DLPA tem a finalidade de explicar e evidenciar as alterações entre o saldo inicial e final da conta Lucros ou Prejuízos Acumulados, contida no Patrimônio Líquido, e os motivos determinantes dessa variação. Segundo a Lei nº

6.404/76, a DLPA é de divulgação obrigatória para as sociedades limitadas e outras espécies empresariais, mas que pode ser substituída pela Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido, ou DMPL, desde que sejam efetivamente incluídas e divulgadas as referidas variações, tendo em vista ser uma demonstração mais abrangente, que mostra todas as demais contas do patrimônio líquido.

6.3.4 NOTA 4 – DEMONSTRAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA - DFC

A DFC tem o objetivo de demonstrar as entradas e saídas de recursos do caixa de uma empresa em um determinado período e os resultados desse fluxo, de forma a ajudar a entender e analisar a capacidade de uma empresa de gerar caixa e equivalentes, por meio dos seus pagamentos e recebimentos em dinheiro.

Esse relatório detalha qual a origem dos recursos obtidos por uma empresa e como eles foram aplicados, incluindo, além do fluxo de caixa propriamente dito, a demonstração de todas as outras contas do grupo do disponível, como contas bancárias e aplicações de liquidez imediata.

A elaboração da DFC é obrigatória para as sociedades de capital aberto ou com patrimônio líquido superior a R\$ 2 milhões, conforme determina a Lei nº 11.638/2007, que entrou em vigor em 2008.

A DFC permite identificar os períodos de sobra e de escassez de recursos, garantindo que haja dinheiro disponível para cumprir as obrigações da empresa dentro dos prazos de vencimento e ajudando na tomada de decisões sobre investimentos.

6.3.5 NOTA 5 – DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO

A Demonstração do Valor Adicionado - DVA é um demonstrativo contábil cujo objetivo é evidenciar a riqueza que foi gerada pela companhia em um determinado período de tempo e a forma como ela foi distribuída entre diversos setores envolvidos no processo.

O conceito de riqueza considerado para a elaboração da DVA corresponde à diferença de valores entre o que a empresa produziu e os bens e serviços que lhe foram fornecidos por terceiros.

A DVA é obrigatória para empresas de capital aberto, as chamadas S.A., por força da Lei nº 11.638, de 2007, regulamentada pelo pronunciamento técnico CPC nº 09, de 2008. Nas sociedades anônimas que negociam ações em bolsa, o demonstrativo costuma ser elaborado anualmente em conjunto com os demais relatórios de contabilidade. Entretanto, embora a legislação não obrigue sua publicação às demais empresas, elas podem fazê-lo para fins gerenciais, para medir a eficiência da empresa na transformação dos recursos em riqueza.

Em uma perspectiva social, a análise desse relatório também é útil para avaliar de que forma a organização contribui para a sociedade na qual se insere. Isso pode ser usado, por exemplo, para que a administração pública analise os benefícios que uma empresa pode trazer a uma comunidade.

7. CONCLUSÃO E APROVAÇÃO

A Alagoas Ativos foi criada em 2017 para ser a empresa responsável pela viabilização de projetos de alto potencial de impacto no Estado de Alagoas, lhe cabendo ser a entidade central na implementação de Concessões e Parcerias Público-Privadas junto aos órgãos interessados do Estado.

Nesse sentido, a empresa é responsável por oferecer garantias nos contratos de PPPs e concessões, atuando, também, como a gestora financeira do Fundo Alagoano de Parcerias – FAP, de forma a assegurar o adimplemento das obrigações financeiras contraídas pelo Estado de Alagoas e por entidades da sua Administração Indireta em contratos de Concessão e de PPPs, enquanto parceiros públicos.

A Alagoas Ativos é, ainda, responsável pela gestão patrimonial do Estado de Alagoas, atuando no auxílio da conservação e manutenção de seus bens, o que ocorrerá através de Fundo Imobiliário, cujos imóveis também servirão de garantia nos contratos de PPPs e concessões.

Em 2018, grande parte do trabalho da empresa se deu internamente, em sua formatação jurídica junto ao Banco Central, à CVM, ao Tesouro Nacional e outros entes interessados que pudessem intervir na melhoria da estrutura da empresa. Além disso, foi um ano de qualificação técnica do pessoal, capacitando e formando o corpo técnico da empresa para atuar tanto na atividade fim, quanto em suas áreas internas.

Quanto às metas finalísticas, a companhia realizou diversas visitas técnicas e de benchmarking, de forma a entender como é a estruturação e funcionamento de outras empresas que tem o mesmo objetivo e trazer para Alagoas as melhores práticas no que se refere a Concessões e PPPs, estruturação de fundos garantidores de parcerias e fundos imobiliários para gestão de ativos patrimoniais públicos.

Apesar de não ter havido geração de receitas, a empresa ganhou muito em conhecimento técnico, que será de extrema importância para a consecução de seus objetivos no ano de 2019.

O Conselho de Administração declara que aprovou nesta data o Relatório de Gestão referente ao exercício de 2018 apresentado pela Diretoria geral da Alagoas Ativos S.A.

Maceió, 06 de dezembro de 2019

GEORGE ANDRÉ PALERMO SANTORO
Presidente do Conselho de Administração

ANTÔNIO TENÓRIO CAVALCANTE NETO
Diretor Presidente
Membro Conselho de Administração

GABRIELA MAGALHÃES
Membro Conselho de Administração

JOSÉ ERNESTO DE SOUZA FILHO
Membro Conselho de Administração

8. ANEXOS E APÊNDICES

ANEXO I - CARTA DE POLÍTICAS PÚBLICAS E GOVERNANÇA CORPORATIVA

CARTA ANUAL
DE POLÍTICAS PÚBLICAS E
GOVERNANÇA CORPORATIVA

ALAGOAS ATIVOS S.A.

MACEIÓ/2019
ALAGOAS ATIVOS S.A.
CARTA ANUAL DE POLÍTICAS PÚBLICAS E GOVERNANÇA CORPORATIVA
EXERCÍCIO BASE 2018

Em conformidade com o artigo 8º, incisos I e VIII, da Lei nº 13.303, de 30.6.2016, o Conselho de Administração da Alagoas Ativos S.A. subscreve a presente Carta Anual sobre Políticas Públicas e Governança Corporativa referente ao exercício social de 2018.

I. IDENTIFICAÇÃO

Denominação da Sociedade: Alagoas Ativos S.A.

Sede: Maceió - AL

CNPJ: 29.218.037/0001-72

Tipo de Estatal: Empresa Pública

Acionista controlador: Estado de Alagoas

Tipo Societário: Sociedade Anônima

Tipo de Capital: Fechado

Abrangência de atuação: Estadual

Setor de Atuação: Administração Pública em geral

Telefones de contato: (82) 98873-0206

Endereço eletrônico: contato@alagoasativos.com

Sítio eletrônico: www.alagoasativos.com

Endereço: Rua Sampaio Marques, 25, Sala 608, Edf. Delman Empresarial, Pajuçara, CEP 57030-107, Maceió, AL

Diretor Presidente: Helder Gonçalves Lima

Auditores Independentes: BDO RCS Auditores Independentes - SS

Diretoria Geral:

Diretor Presidente - Helder Gonçalves Lima

Diretora Executiva – Emilly Leite Pacheco

Conselheiros de Administração subscritores da Carta de Políticas Públicas:

Presidente – George André Palermo Santoro

Conselheiro Membro - Helder Gonçalves Lima

Conselheiro Membro - José Ernesto de Souza Filho

II. POLÍTICAS PÚBLICAS

A Lei 13.303, de 30 de junho de 2016, em seu art. 8º, I, exige a elaboração de “carta anual, subscrita pelos membros do Conselho de Administração, com a explicitação dos compromissos de consecução de objetivos de políticas públicas pela empresa pública, pela sociedade de economia mista e por suas subsidiárias, em atendimento ao interesse coletivo ou ao imperativo de segurança nacional que justificou a autorização para suas respectivas criações, com definição clara dos recursos a serem empregados para esse fim, bem como dos impactos econômico-financeiros da consecução desses objetivos, mensuráveis por meio de indicadores objetivos”.

Segue informações detalhadas.

1. INTERESSE PÚBLICO SUBJACENTE ÀS ATIVIDADES EMPRESARIAIS

A Alagoas Ativos S.A., empresa pública constituída sob a forma de Sociedade por Ações de capital fechado, vinculada à Secretaria de Estado da Fazenda de Alagoas, com sede e foro em Maceió, com a missão de “Garantir a qualidade da prestação dos serviços públicos em parceria com a iniciativa privada, atraindo investimentos para o Estado e fomentando um ambiente de negócios seguro e competitivo para o mercado”.

Sua criação foi autorizada pela Lei Estadual nº 7.893, de 23 de junho de 2017, que, juntamente com seu Estatuto Social, instrumentalizado pelo Decreto Estadual nº 58.861, de 03 de maio de 2018, definem seu fim específico:

- I – Colaborar, apoiar e viabilizar a implementação do Programa de Parcerias Público-Privadas, e outras parcerias de interesse do desenvolvimento econômico e social e das finanças públicas do Estado de Alagoas;
- II – Gerir os ativos patrimoniais do Estado ou de entidades da administração indireta, ou que tenham sido adquiridos a qualquer título;
- III – Gerir os ativos financeiros, mobiliários, imobiliários e fiduciários que integrem o Fundo Alagoano de Parcerias – FAP; e
- IV – Estruturar e implementar operações para obtenção de recursos junto ao mercado de capitais.

Ambas as normas identificam os objetivos sociais da empresa, cujas atividades serão realizadas em nome próprio e por sua responsabilidade:

- I – Administrar e explorar economicamente ativos estaduais;
- II – Auxiliar o Tesouro Estadual na captação de recursos financeiros;
- III – Estruturar e implementar operações que visem à obtenção de recursos junto ao mercado de capitais;
- IV – Auxiliar o Estado na realização de investimentos em infraestrutura e nos serviços públicos estaduais em geral;

V – Auxiliar o Estado na atividade de conservação e manutenção de seus bens;

VI – Colaborar, apoiar e viabilizar os projetos de concessão, de parcerias público-privadas, de locação de ativos e de outros instrumentos similares podendo, para tanto, assumir obrigações ou prestar garantias;

VII – Participar de outras sociedades cujo objeto social seja compatível com suas finalidades; e

VIII – Realizar quaisquer atividades que sirvam de instrumento para a conquista dos objetivos enunciados nos incisos anteriores.

Além das referidas normas, a empresa também é regida pela Lei nº 13.303, de 30 de junho de 2016, pelo Decreto Estadual nº 52.555, de 14 de março de 2017, pela Lei nº 6.404, de 15 de novembro de 1976 e demais legislações aplicáveis.

2. POLÍTICAS PÚBLICAS

A Lei Estadual nº 6.972/08 dispõe sobre o Programa de Parceria Público-Privada – PPP - do Estado de Alagoas, com o intuito de promover, fomentar, coordenar, disciplinar, regular e fiscalizar as parcerias público-privadas no âmbito da Administração Pública Estadual, uma vez que as parcerias com a iniciativa privada tornou-se uma estratégia de desenvolvimento socioeconômico do Estado de Alagoas.

Nesse sentido, a Alagoas Ativos foi criada em 2017 com o objetivo de ser a entidade central de implementação das Parcerias Público-Privadas no Estado, de forma a auxiliar o Estado na realização de investimentos em infraestrutura e nos serviços públicos estaduais em geral e a viabilizar projetos de concessão e de Parcerias Público-Privadas junto às Secretarias de Estado interessadas.

A empresa pública também é responsável por constituir garantias nos contratos de PPPs e concessões, sendo a gestora do Fundo Alagoano de Parcerias – FAP, que tem como objetivo garantir o adimplemento das obrigações financeiras contraídas pelo Estado de Alagoas e por entidades da sua Administração Indireta em contratos de concessão e de PPPs, enquanto parceiros públicos.

A Alagoas Ativos também é responsável pela gestão patrimonial do Estado de Alagoas ou de entidades da administração direta, auxiliando na conservação e manutenção de seus bens, o que ocorrerá através de Fundo Imobiliário, cujos imóveis também servirão de garantia nos contratos de PPPs e concessões.

3. METAS RELACIONADAS AO DESENVOLVIMENTO DE ATIVIDADES QUE ATENDAM AOS OBJETIVOS DE POLÍTICAS PÚBLICAS

Em relação às metas que dizem respeito ao cumprimento de políticas públicas do Estado de Alagoas, a empresa definiu dois objetivos estratégicos principais: Realizar a Modelagem de

Concessões e PPPs e Viabilizar Garantias para as PPPs em curso no Estado, que tiveram como ações estratégicas visitas de benchmarking e a criação do Fundo Alagoano de Parcerias – FAP.

Apesar de ter cumprido ações e metas intermediárias, como visitas de benchmarking em empresas similares à Alagoas Ativos, a outros Estados que já possuem PPPs operacionais e fundos de garantia em funcionamento, tendo levantado informações relevantes para sua atuação, nenhum dos dois objetivos foram cumpridos em 2018, em face de fatores externos à empresa, e foram reprogramados para 2019.

No entanto, muita informação foi levantada pela equipe sobre a estruturação de PPPs e concessões, mecanismos de contraprestação e garantia para os investidores privados, funcionamento e remuneração da empresa, foram criados fluxos provisórios tanto da modelagem das PPPs do Estado, quanto do mecanismo de garantias desses projetos. Ao final de 2018, tiveram início discussões com os órgãos interessados do Estado de Alagoas sobre o fluxo padrão de concessões e PPPs, sendo concluído no primeiro semestre de 2019.

3.1. REALIZAR MODELAGEM DE CONCESSÕES E PPPS

Quando do início das atividades da Alagoas Ativos, identificou-se a necessidade de realização de benchmarking com órgãos que atuassem, dentro dos governos dos estados, na gestão de ativos públicos, bem como que realizassem trabalhos relativos à Parcerias Público-Privadas e concessões e estruturação de garantias para esses contratos.

As visitas técnicas se iniciaram nos Estados com maior know how nessas atividades, como o Estado da Bahia, que já possuía uma estrutura de garantias para Parcerias Público-Privadas e um case de sucesso em PPP na área da saúde, a cidade de Belo Horizonte com uma agência gestora de ativos e de estruturação de PPPs e Concessões, o Estado de São Paulo, dentre outros, onde já existem PPPs em andamento e uma carteira de projetos consolidada.

A partir de todas as informações e dados levantados nessas visitas técnicas, foi possível desenvolver um primeiro esboço do fluxo padrão de concessões e PPPs no Estado de Alagoas.

3.1.1. DESENBAHIA – SALVADOR - BAHIA

Em fevereiro, tiveram início as visitas técnicas em Salvador, na Agência de Fomento do Estado da Bahia – DESENBAHIA, que possui uma estrutura de garantias para contratos de PPPs semelhante à da Alagoas Ativos, o Fundo Garantidor Baiano de Parcerias – FGBP.

Foi apresentada a estrutura de garantias para PPPs e o mecanismo de fluxo de pagamento das contraprestações, quando necessárias, bem como os órgãos responsáveis pelo processo. Na ocasião, também houve uma visita técnica ao Hospital do Subúrbio, premiado internacionalmente como um dos melhores projetos de parcerias público-privadas e o primeiro do Brasil a funcionar através de PPP com modelo de gestão em que o setor privado projeta, constrói e assume a operação.

3.1.2. PBH ATIVOS – BELO HORIZONTE – MINAS GERAIS

Em Belo Horizonte, com o intuito de absorver as experiências em empresas públicas que estruturam projetos de PPPs e concessões, houve visita à PBH Ativos, empresa estatal constituída sob a forma de sociedade anônima de capital fechado, que oferece suporte técnico especializado ao Poder Executivo Municipal na execução das políticas públicas, por meio da estruturação de operações de captação de recursos e modelagens de concessões e PPPs, viabilizando projetos de infraestrutura nas áreas de saúde, educação, dentre outros de interesse da população.

Foi apresentada a modelagem das PPPs e Concessões, o processo de contratação e os reequilíbrios financeiros solicitados ao longo dos contratos, sobre a PPP de iluminação pública já em operação em Belo Horizonte, bem como da PPP do Hospital, também em operação. Realizou-se uma visita guiada pelas escolas que foram construídas e são geridas através de PPPs, em que os custos fixos são de responsabilidade do parceiro público e os investimentos de engenharia são assumidos integralmente pelo parceiro privado.

3.1.3. SECRETARIA DE ESTADO DE PLANEJAMENTO E GESTÃO - MINAS GERAIS

A fim de conhecer o funcionamento da PPPs das UAIS – Unidades de Atendimento Integrado - Centros de Atendimento ao Cidadão, no Estado de Minas Gerais, a Alagoas Ativos se reuniu com a equipe da SEPLAG/MG e das UAIS, onde expuseram que a referida PPP, realizada através de concessão administrativa, com implantação, gestão, operação e manutenção de seis Unidades de Atendimento Integrado (UAI), e prazo de concessão até o ano de 2030, com previsão legal de prorrogação da vigência do contrato até 2045.

3.1.4. SECRETARIA DA FAZENDA DE MINAS GERAIS – DIRETORIA CENTRAL DE GESTÃO DOS CONTRATOS DE PARCERIAS PÚBLICO-PRIVADAS - MINAS GERAIS

Foram realizadas duas visitas na Secretaria da Fazenda de Minas Gerais. A primeira ocorreu no início de abril de 2018 com o intuito de captar informações sobre o funcionamento das PPPs no Estado de Minas Gerais e seu mecanismo de pagamento. Já em outubro de 2018, a visita teve o objetivo de entender a administração dos ativos imobiliários pertencentes ao Estado de Minas Gerais.

3.1.5. COMPANHIA PAULISTA DE PARCERIAS – CPP

A visita à Companhia Paulista de Parcerias teve o objetivo de discutir sobre garantias para os contratos de PPPs no Estado de São Paulo e o Fundo Estadual Imobiliário que a empresa está estruturando a fim de otimizar e melhor gerir os ativos imobiliários do Estado. No Estado de São Paulo, os imóveis são patrimônio da SEPLAG, porém cada ente é responsável pela guarda e conservação dos imóveis sob sua utilização. No futuro, com o fundo de ativos

imobiliários estruturado, realizar-se-á a alienação desses imóveis diretamente para o Fundo, através de uma lei específica para a desafetação.

Por conta dessa expertise, a Alagoas Ativos e a CPP firmaram um Acordo de Cooperação Técnica em 11 de setembro de 2018 para o compartilhamento de informações e procedimentos necessários à contratação de serviços técnicos especializados para estruturação, administração, custódia e operação de fundo de investimento imobiliário, com vistas à gestão de parte dos imóveis de propriedade do Estado de Alagoas, nos moldes realizados pela CPP e o Estado de São Paulo, no âmbito do Pregão Presencial nº 02/2017, com vigência de quatro meses.

O Acordo deu origem a uma Grupo de Trabalho formado por dois técnicos da CPP e dois técnicos da Alagoas Ativos, que se encontram mensalmente a fim de analisar a documentação cedida pela CPP e direcionar os conhecimentos obtidos ao cenário do Estado de Alagoas, objetivando trilhar o melhor caminho para a gestão de ativos imobiliários e a estruturação de um Fundo de Imóveis, através das boas práticas já estabelecidas pela CPP.

Com o Acordo, A CPP compartilhou com a Alagoas Ativos os seguintes documentos:

- Modelo de convênio entre CPP e o Estado de São Paulo, que tem por objeto a junção de esforços para constituição do fundo de investimento imobiliário;

- Relatório da Consulta Pública realizada pelas secretarias de governo e da fazenda sobre as diretrizes para estruturação e seleção de prestadores de serviços do fundo de investimento imobiliário do Estado de São Paulo;

- Relatório de Respostas nº 1 aos pedidos de esclarecimentos ao edital de Pregão Presencial 02/2017;

- Relatório de Respostas nº 2 aos pedidos de esclarecimentos ao edital de Pregão Presencial 02/2017;

- Edital do Pregão Eletrônico nº 001.1/2018-SPP e seus anexos;

- Tabela para estabelecimento do cronograma e definição do plano de trabalho para a estruturação e implementação do fundo pela empresa vencedora do certame, SOCOPA;

- Estudo elaborado pelo consórcio SOCOPA TG CORE em atendimento ao item 1.1.1 (b) do termo de referência que integra o Anexo I do edital do Pregão Presencial nº 02/2017 (“edital”), promovido pela CPP, apresentando os principais aspectos jurídicos, tributários e econômico financeiro relacionados à estruturação do fundo imobiliário do Estado de São Paulo.

O encontro final do Grupo de Trabalho ocorreu em meados de janeiro de 2019 e foi emitido um relatório com toda a informação e documentação coletada e compartilhada. Com as reuniões realizadas, a Alagoas Ativos possui toda a documentação necessária a orientar a estruturação de um Fundo Imobiliário no Estado de Alagoas, caso venha a ser necessário.

3.1.6. SÃO PAULO PARCERIAS – SP PARCERIAS

A SP Parcerias S/A é uma sociedade de economia mista, vinculada à Secretaria Municipal de Desestatização e Parcerias da cidade de São de Paulo, que atua na estruturação e desenvolvimento de projetos de concessão, privatização e parcerias. A reunião tratou do Fundo Garantidor e da possibilidade deste ser formado pelas receitas das outorgas.

Foram apresentados projetos de PPPs em infraestrutura urbana, parques, ginásios e o projeto da PPP do Mercado de Santo Amaro, que, na época, já contava com lei e edital publicados. Também foi realizada a publicação das leis para a concessão do Mercado de São Paulo e do Mercado Kinju.

Uma experiência importante compartilhada foi a modelagem de concessão em “pacotes”, em que se combinam dois ou mais mercados, um com VPL maior, outro com VPL menor para equilibrar a conta e tornar o projeto atrativo.

A cidade de São Paulo já possui um Plano Municipal de Desestatização, cujos projetos de concessões prioritários foram elencados através de lei. Na reunião, foram apresentados o fluxo das PPPs, bem como o sistema de garantias utilizados para esses contratos, que são realizadas através da SPDA - Companhia São Paulo de Desenvolvimento e Mobilização de Ativos – ligada à Secretaria da Fazenda.

Em relação à gestão de ativos imobiliários, a SP Parcerias estava, à época, em processo de contratação, através de licitação, de empresa para estruturar um Fundo Imobiliário, realizar as pesquisas, matrículas e demais burocracias, e para indicar a viabilidade e a melhor destinação para cada imóvel. Após estudo inicial, já existe um bloco inicial de 390 imóveis, através de uma análise da SP Parcerias, dentro de um universo de imóveis apresentado pela SEPLAG, que será responsável pelo leilão desses imóveis.

3.1.7. GOIÁS PARCERIAS

Em reunião com o Diretor Financeiro e o Diretor Técnico, discutiu-se a gestão de ativos do Estado. Os ativos da GP hoje são ações do CEASA, da Cia. de Saneamento e de pequenas empresas, além de ativos imobiliários que o Estado quer se desfazer. Está em desenvolvimento um Programa de Desmobilização de Ativos do Estado de Goiás (PDEG), que conta com suporte de consultoria da FGV, que deve apresentar propostas para reordenamento da posição estratégica do Estado com relação a avaliação e modelagem de seus ativos e poderá ocorrer com a alienação de bens móveis e imóveis, concessões de serviços e obras públicas, Parcerias Público-Privadas ou fusão e extinção de empresas estatais.

3.1.8. MINAS GERAIS INVESTIMENTOS – MGI E EMPRESA MINEIRA DE PARCERIAS S/A – EMIP

Em reunião com o Diretor-Presidente, com o Gerente de Controladoria da MGI e com o Gerente de Imóveis, foram complementadas as informações obtidas na reunião com a Secretaria da Fazenda sobre a gestão dos ativos imobiliários do Estado e projetos de PPPs, realizados pela MGI.

Quanto à gestão imobiliária, foi informado sobre os acertos mensais dos ressarcimentos e os acertos semestrais sobre o êxito das vendas. São realizados pela MGI os serviços de gerência de administração imobiliária, convênios com municípios, recuperação de créditos da carteira de ativos dos bancos vendidos e emissão de debêntures. A gerência de imóveis é realizada através de contrato firmado com a Secretaria da Fazenda, e são remunerados de acordo com a taxa de performance por imóvel licitado, vendido ou não, para se trabalhar com perspectiva de liquidez.

3.1.9. ESCRITÓRIO DE PARCERIAS PÚBLICO-PRIVADAS DE BRASÍLIA-DF

A fim de conversar sobre a concessão do Centro de Convenções Ulysses Guimarães e demais projetos de PPP, realizamos reunião com o Chefe do Escritório de Parcerias Público Privadas e com seu Chefe de Gabinete.

O Distrito Federal contratou a UNOPS para o desenvolvimento de uma ferramenta para avaliação inicial de PPPs, a fim de verificar a viabilidade e impacto daquele projeto específico, que se reverte em maior embasamento e justifica o desenvolvimento da PPP, além de também estarem trabalhando na integralização da área urbana.

3.1.10. UNOPS – ESCRITÓRIO DAS NAÇÕES UNIDAS DE SERVIÇOS PARA PROJETOS

A UNOPS presta consultoria para PPPs em infraestrutura, visando melhorar a qualidade em infraestrutura urbana. Atuam com planejamento estratégico para os próximos 30 anos nas áreas de energia limpa e saneamento, com atuações no Rio de Janeiro em ações de prevenção à violência contra a mulher, junto aos IPHANS para melhores metodologias e práticas nos orçamentos, além de realizarem capacitações.

Com a UNOPS pretendemos firmar um Acordo de Cooperação Técnica para trocar informações acerca de projetos de PPPs em infraestrutura urbana, bem como deixamos alinhada a contratação do órgão para a realização de um workshop para o Governo de Alagoas, com o tema PPPs em infraestrutura.

A UNOPS também atua na modelagem de PPPs em conjunto com o órgão contratante, e está realizando junto ao Ministério do Planejamento uma pesquisa sobre como as unidades governamentais de PPP estão sendo estruturadas no Brasil.

3.1.11. NOVA CEASA – ESTADO DE TERESINA

O Estado do Piauí é destaque nacional no programa de Parcerias Público Privadas no Brasil, com R\$ 2 bilhões em investimentos de parceiros privados e mais R\$ 4 bilhões previstos para a implantação de vinte e três novos projetos que estão em estudo pela Superintendência de Parcerias e Concessões – SUPARC. Nesse sentido, e alinhado ao objetivo da Alagoas Ativos, realizamos visita técnica àquela Superintendência para discutir as práticas utilizadas, os projetos de interesse do Estado de Alagoas e sua modelagem.

Na visita à Nova Ceasa, em Teresina, projeto de interesse do Estado de Alagoas, pudemos identificar em reunião com seu Presidente, os benefícios levados à população através da concessão realizada. O contrato com prazo de 30 anos, no valor de R\$ 84 milhões de reais, investimentos na ordem de R\$ 31 milhões de reais para expansão, reforma e modernização da Nova Ceasa, proporcionou significativas mudanças, como implementação de quatro novos estacionamentos, pavimentação asfáltica e recuperação de 3.000 m² de calçamento, modernização da iluminação e a implantação de projetos sociais como o forró na feira, saúde do feirante, projeto feira, arte e música, dentre outros.

3.1.12. COMPLEXO PRISIONAL PÚBLICO PRIVADO – CPPP – ESTADO DE MINAS GERAIS

Em reunião realizada no Complexo Prisional Público Privado - CPPP, onde estavam presentes o Assessor da Diretoria da Alagoas Ativos, o Secretário Executivo de Gestão Interna da Secretaria de Estado de Ressocialização e Inclusão Social de Alagoas – SERIS, o Chefe Especial de Gestão Penitenciária da Secretaria de Estado de Ressocialização e Inclusão Social de Alagoas – SERIS, a Assessora Chefe da Unidade de PPP e Cogestão da PPP Prisional MG e demais membros do Governo do Estado de MG, o Presidente da Concessionária GPA – Gestores Prisionais Associados e demais membros da concessionária, discutiu-se inicialmente a parceria entre o Governo do Estado de Minas Gerais e a Concessionária, relativo ao contrato do Complexo Prisional Público Privado situado em Ribeirão das Neves – MG.

Em seguida, foram discutidas as diferenças entre o modelo de cogestão existente no presídio do Agreste, em Alagoas, e o modelo de PPP de Minas Gerais. O complexo possui área total de 66 mil m² com cinco unidades, sendo duas unidades de regime semiaberto (cada cela com 18 m² para seis presos), três unidades de regime fechado (cada cela com 12 m² para quatro presos) e uma célula-mãe composta de administração, lavanderia, cozinha e almoxarifado central. Das cinco unidades, três estão concluídas, sendo duas de regime fechado e uma de regime semiaberto. Cada unidade possui uma escola com oito salas de aula, biblioteca e sala de informática, um centro de saúde equipado com consultórios médico e dentário, enfermaria, farmácia e seis galpões de trabalho, visando a ressocialização do preso e reinserção na sociedade após o cumprimento da pena.

3.2. PRINCIPAIS PROGRAMAS E PROJETOS OU INICIATIVAS

Em relação aos principais programas e projetos, a empresa concentrou suas ações no levantamento de informações sobre potenciais projetos de PPPs e concessões para o Estado de Alagoas, avaliando diversas demandas dos órgãos estaduais e analisado a sua viabilidade enquanto projeto de PPP e concessão, em conjunto com a consultoria contratada para auxiliar nessa atividade.

Nesse mesmo sentido, parte da equipe realizou visitas técnicas a diversos Estados em que foram implantados projetos de PPPs similares aos potenciais projetos do Estado de Alagoas, para levantamento de informações sobre funcionamento, estrutura de contratação e processo de licitação.

3.2.1. AVALIAÇÃO DO CENTRO CULTURAL E DE EXPOSIÇÕES RUTH CARDOSO – CCERC

O centro cultural e de exposições Ruth Cardoso – CCERC foi inaugurado em 1996, possui uma área total de 48.000 m² e devido a sua modularidade atende às mais diversas necessidades de congressos, feiras, apresentações artísticas e culturais e exposições. Sua gestão é feita atualmente pela Secretaria de Estado do Desenvolvimento Econômico e Turismo – SEDETUR e possui uma equipe própria de três pessoas e cinquenta terceirizados.

Pelo que se observa em outros estados da Federação, onde estas estruturas são operadas pelo ente público, os resultados financeiros geralmente não são satisfatórios, em virtude da grande quantidade de gratuidades concedidas, bem como a não utilização de todo potencial que um Centro de Convenções pode oferecer.

Foram realizadas reuniões entre a Alagoas Ativos, Fundação Getúlio Vargas - FGV e Superintendência do CCERC para coleta de informações, bem como visita técnica ao local para verificação pelos técnicos da FGV da estrutura e potencial do ativo e subsidiar posterior relatório elaborado. Nesta visita foi constatado o bom estado de conservação e estrutura com salas e ambientes para diversos tipos de eventos.

Visando dar mais dinamismo ao Centro através da intensificação de eventos genéricos, além da locação do espaço e do estacionamento, únicas fontes de receita do CCERC atualmente, foi elaborado relatório aprofundado com as alternativas, envolvendo todos os aspectos jurídicos e de mercado.

3.2.2. AVALIAÇÃO DO ABATEDOURO DE VIÇOSA

Com o objetivo de ofertar a população carne inspecionada e fortalecer a cadeia produtiva da pecuária de corte de Alagoas, o Governo do Estado através da Secretaria da Agricultura, Pecuária, Pesca e Aquicultura lançou o programa de regionalização de abatedouros, que consiste na readequação e construção de novas unidades, a fim de que o rebanho do Estado seja abatido conforme a legislação sanitária e ambiental vigente.

Em virtude de funcionarem em condições sanitárias e estruturas físicas inadequadas, representando um grande risco à saúde pública, ocasionando a exposição da população às zoonoses como tuberculose, brucelose e toxoplasmose, vários municípios estão sofrendo com o fechamento dos matadouros, acarretando em desemprego, retorno do abate clandestino, falta de produto nas feiras livres e aumento de preço dos produtos.

O Abatedouro de Viçosa está em construção e é objeto do Programa de Regionalização do Estado. Possui estrutura moderna, com 2.341 m² de área construída, composta por currais, área destinada à administração, caldeiras, vestiários, subestação de energia, blocos de abate, necropsia, pocilga, lagoas tratamento e depósito para cascos e chifres e possui capacidade de produção projetada de 140 animais/dia, com possibilidade de expansão.

Após período de coleta de dados sobre este ativo e análise das possibilidades de um melhor aproveitamento do mesmo com eficiência, foi elaborado relatório com as alternativas, envolvendo os aspectos jurídicos e de mercado.

3.2.3. CRIAÇÃO E FORMATAÇÃO DO FUNDO ALAGOANO DE PARCERIAS – FAP

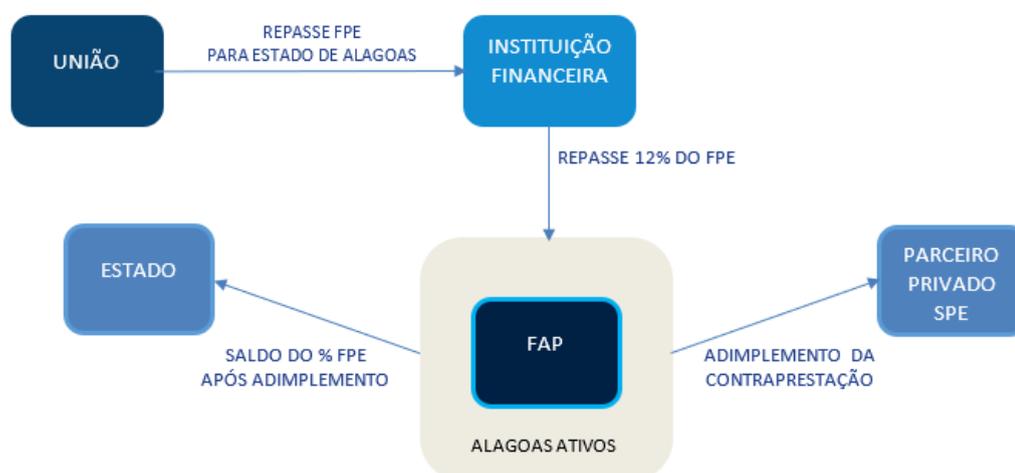
O surgimento da Lei nº 11.079/2004 trouxe o instituto das parcerias público-privadas, que harmoniza o interesse da administração pública em desenvolver projetos públicos com o interesse do setor privado em realizar investimentos seguros e rentáveis, indicando parâmetros para a obtenção desses recursos privados.

Uma grande preocupação da referida lei é oferecer ao parceiro privado a segurança necessária no intuito de atrair recursos e investimentos para setores de atuação de

responsabilidade do Estado. Essa segurança pode ser refletida de diversas maneiras, e uma delas é a criação de garantias conferidas pela administração pública aos parceiros privados, a fim de mitigar os riscos de inadimplemento das contraprestações assumidas pelo parceiro público.

Com este objetivo e no sentido de atrair investimentos com segurança para o parceiro privado, aliado à satisfação das necessidades de interesse público, foi apresentado relatório para estruturação do Fundo Garantidor de PPP com os ativos elencados pelo Estado de Alagoas, indicando sua composição de receitas e estudo econômico-financeiro, possibilidades de substituição de garantias anteriormente prestadas pelo FAP e os modelos de atos legais, societários e regulamentares.

Estes estudos culminaram na Minuta do Estatuto do Fundo Alagoano de Parcerias - FAP, seu Regulamento e nota técnica que fundamentou sua criação, assim como o seguinte fluxo provisório de funcionamento:



Insta salientar, no entanto, que, em face de decisão definitiva na Ação Declaratória de Inconstitucionalidade nº 553, proferida pelo Plenário do Supremo Tribunal Federal, o referido fluxo está em reavaliação, tendo em vista que a Corte Suprema declarou inconstitucional a vinculação de receita do Fundo de Participação dos Estado – FPE à fundos, justamente o mecanismo previsto para financiamento do Fundo Alagoano de Parcerias – FAP.

3.2.4. FORMATAÇÃO DO FUNDO IMOBILIÁRIO DE ALAGOAS

Com o intuito de melhorar a eficiência da gestão de patrimônio do Estado de Alagoas, reduzindo gastos e aumentando sua rentabilidade, a Alagoas Ativos, como empresa pública gestora dos ativos do Estado, iniciou em 2018 estudos sobre a formatação, constituição e gestão de Fundos Imobiliários.

Na consecução desse objetivo, em 2018 foram realizadas visitas técnicas à SP Parcerias e Companhia Paulista de Parcerias - CPP, em São Paulo, e à MGI, em Minas Gerais, com a finalidade de reunir informações e dados sobre o procedimento de formatação e constituição desses fundos.

A SP Parcerias informou que ao estruturar um Fundo Imobiliário, realização das pesquisas, matrículas, e demais burocracias, e indicação da viabilidade e melhor destinação para cada imóvel será realizada por empresa contratada através de licitação. Um bloco inicial de 390 imóveis já foi definido para comporem esse Fundo e a SEPLAG será responsável pelo leilão desses imóveis.

Em relação à CPP, é a empresa que possui o Fundo Imobiliário em estágio mais avançado, em fase de aprovação do seu registro na Comissão de Valores Mobiliários – CVM.

Quanto à MGI, a empresa é responsável pela gestão dos ativos imobiliários do Estado, sobre a qual informaram que presta os serviços de gerência de administração imobiliária, convênios com municípios, recuperação de créditos, gestão da carteira de ativos dos bancos vendidos e emissão de debêntures. A gerência de imóveis é realizada através de contrato firmado com a Secretaria da Fazenda e são remunerados de acordo com a taxa de performance por imóvel licitado, vendido ou não, para se trabalhar com perspectiva de liquidez. Informaram, também, sobre os acertos mensais dos ressarcimentos, e os acertos semestrais sobre o êxito das vendas.

Com essas informações, a Alagoas Ativos pode iniciar o planejamento da formatação e constituição do Fundo Imobiliário do Estado de Alagoas, que terá maior foco em 2019.

3.3. METAS PARA 2019

Para 2019, o Planejamento Estratégico da empresa foi revisado e foram traçadas novas metas para a empresa, das quais se destacam:

- Analisar estruturas das PPPs já existentes no Estado e avaliar a possibilidade de substituição das garantias fornecidas;
- Implementar novas PPP na área de saneamento básico, com o objetivo de universalizar a prestação dos serviços de água e esgoto no Estado;
- Implementar PPPs na área de educação;
- Implementar PPPs para criação de novos presídios;
- Estruturar e criar Fundo imobiliário para otimizar a gestão dos ativos patrimoniais do Estado de Alagoas;
- Realizar Estudos sobre novas PPPs no Estado para o aeroporto de Maragogi e rodovias através do Estado de Alagoas.

4. RECURSOS PARA CUSTEIO DAS POLÍTICAS PÚBLICAS

Enquanto empresa pública, a Alagoas Ativos não tem competência direta para executar políticas públicas, uma vez que, de acordo com sua lei de criação, tem atribuição de auxiliar a Administração Pública, através da prestação dos serviços elencados na sua lei de criação e no seu Estatuto Social a órgãos, entidades e outras empresas estatais do Estado de Alagoas.

Em 2017 e 2018 a empresa estava em estágio de pré-operação, não tendo gerado receitas próprias, se mantendo com o aporte inicial realizado quando da sua constituição.

A estrutura da Alagoas Ativos é reduzida, voltada para consultoria, assessoria e estruturação de projetos de PPPs e concessões em diversas áreas, e espera-se que, em 2019, os recursos para a viabilização desses serviços advenham da gestão do Fundo Alagoano de Parcerias – FAP, que será constituído por 12% do FPE, da gestão do Fundo Imobiliário e da outorga da concessão das garantias nos projetos de concessões e PPPs do Estado.

5. IMPACTOS ECONÔMICO-FINANCEIROS DE OPERACIONALIZAÇÃO DAS POLÍTICAS PÚBLICAS

Tendo em vista a missão da Alagoas Ativos de “garantir a qualidade da prestação dos serviços públicos em parceria com a iniciativa privada, atraindo investimentos para o Estado e fomentando um ambiente de negócios seguro e competitivo para o mercado”, e seus fins específicos, previstos em sua lei de instituição, os principais impactos, e considerando que a empresa ainda está em fase pré-operacional e não gera receitas, é possível elencar dois principais impactos que se espera quando da operacionalização das políticas públicas pela empresa.

O primeiro impacto é efetivamente gerar receitas, seja pela remuneração pela outorga de garantias concedidas nos projetos de concessões e PPPs, seja pela gestão do Fundo Imobiliário e do Fundo Alagoano de Parcerias – FAP.

O segundo impacto é a captação de investimentos para o Estado de Alagoas, através dos projetos de concessões e PPPS, que serão fontes de novos empregos, aumento do PIB e a melhoria na qualidade da prestação dos serviços públicos do Estado.

III. GOVERNANÇA CORPORATIVA

A Lei 13.303, de 30 de junho de 2016, em seu art. 8º, III e VIII, exige a elaboração “carta anual de governança corporativa, que consolide em um único documento escrito, em linguagem clara e direta, (...) informações relevantes, em especial as relativas a atividades desenvolvidas, estrutura de controle, fatores de risco, dados econômico-financeiros, comentários dos administradores sobre o desempenho, políticas e práticas de governança corporativa e descrição da composição e da remuneração da administração”.

1. ATIVIDADES DESENVOLVIDAS

A Estrutura da Alagoas Ativos está organizada, a partir do Conselho de Administração e da Diretoria Geral, composta por um Diretor Presidente, um Diretor Executivo e um Diretor Financeiro.

O Conselho de Administração é o órgão de deliberação colegiada responsável, juntamente com a Diretoria, pela administração da empresa, sob a fiscalização do Conselho Fiscal e tem por missão institucional principal cumprir e fazer cumprir o Estatuto e as deliberações da Assembleia Geral, além de competências gerenciais da empresa, como eleger e destituir os Diretores da Companhia Auditores independentes, aprovar regimentos, políticas e códigos internos da empresa e práticas de governança corporativa e de controle de orçamento, informações contábeis e financeiras da empresa, além de fixar a orientação geral dos negócios da Companhia e deliberar sobre as modelagens técnicas, econômico-financeiras e jurídicas dos projetos de Concessões e Parceria Público-Privadas, para posterior encaminhamento ao Conselho Gestor de Parceria Público-Privada, que se manifestará nos termos da legislação vigente.

O Diretor Presidente tem por competência conduzir a empresa para a realização dos objetivos e metas estabelecidos pela Lei Estadual nº 7.893, de 2017, e pelo Decreto Estadual nº 52.555, de 2017, seu Estatuto Social, Assembleia Geral e pelo Conselho de Administração; dirigir, supervisionar e coordenar as diretrizes definidas pelos acionistas e pelo Conselho de Administração; exercer a administração geral da empresa, coordenando o trabalho dos diretores, fazendo cumprir as normas internas e as decisões do Conselho de Administração; promover a estruturação executiva da Companhia, apresentando-a à aprovação do Conselho de Administração, nos termos do inciso XII do art. 19 deste Decreto; propor ao Conselho de Administração a criação de áreas de atuação para os membros das Diretorias; designar ocupantes para as funções e cargos de confiança; realizar a gestão de recursos humanos da empresa, em especial admitir, promover, designar, licenciar, transferir, remover, reenquadrar, alterar os salários e dispensar empregados, bem como, aplicar-lhes penalidades disciplinares e, ainda, delegar no todo ou em parte quaisquer dessas atribuições; convocar, instalar e presidir as reuniões da Diretoria; organizar a pauta da matéria a ser discutida e votada nas reuniões da Diretoria; encaminhar mensalmente ao Conselho de Administração, relatórios a respeito do andamento dos negócios sociais; solicitar a manifestação do Conselho de Administração, sempre que julgar necessário; assessorar o Presidente do Conselho de Administração na organização da pauta da matéria a ser discutida e votada nas reuniões desse mesmo Conselho; expedir as instruções normativas que disciplinam as atividades entre as diversas áreas da Empresa; definir as atividades que serão realizadas pelos Secretários da Diretoria Geral, Assessores Jurídicos, Gerentes e Assessores Administrativos; e submeter à deliberação do

Conselho de Administração as modelagens técnicas, econômico-financeiras e jurídicas dos projetos de Concessões e Parceria Público-Privadas.

O Diretor Executivo tem como responsabilidade tomar parte nas deliberações de competência da Diretoria e praticar os atos que lhe sejam especificadamente atribuídos pelo Estatuto Social; Gerir as atividades das áreas da Companhia para a qual estiver designado, praticando os atos administrativos necessários; Executar as disposições do Estatuto Social e as deliberações da Diretoria-Geral, do Conselho de Administração e da Assembleia Geral no que se refere à sua área de atuação; Auxiliar o Diretor Presidente quando for solicitado; Assessorar o Diretor Presidente nas relações institucionais com os agentes públicos e privados que mantém convênios, contratos e parcerias com a Companhia; Acompanhar a elaboração, operacionalização e execução de parcerias público-privadas, de locação de ativos, contratos, licitações e de outros instrumentos similares, que estiverem sob a gestão da Companhia; Auxiliar o Diretor Presidente na gestão interna da Companhia, no tocante à gestão administrativa, de planejamento e controle; Colaborar, apoiar e viabilizar os projetos de concessão, de parcerias público-privadas, de locação de ativos, contratos, licitações e de outros instrumentos similares; Zelar pelos princípios, valores e missão da Companhia; Ser responsável pela verificação de cumprimento de obrigações, conduta, integridade, gestão de riscos, prevenção de conflito de interesses e vedação de atos de corrupção e fraude; Cuidar da implementação e cumprimento do Código de Conduta e Integridade da Companhia.

Subordinada ao Diretor Executivo está a Gerência Administrativa, que tem por função dar apoio à Diretoria Executiva, cumprindo as obrigações diárias da empresa, como atividades administrativas, de logística e de suprimentos; gerenciar e avaliar os fornecedores de materiais, equipamentos e serviços; promover suporte técnico e comercial necessário ao regular encaminhamento dos processos licitatórios, entre outras atividades especificadas no regimento interno da empresa.

Ao Diretor Financeiro compete auxiliar o Diretor Presidente na gestão interna da Companhia, no tocante a gestão orçamentária e financeira; Auxiliar o Diretor Presidente na operacionalização e execução dos controles; Movimentar os recursos financeiros da Companhia emitindo cheques ou autorizações bancárias para pagamentos e movimentações financeiras sempre em conjunto com o Diretor Presidente ou seu eventual substituto; auxiliar na gestão dos ativos patrimoniais do Estado ou de entidades da administração indireta, ou que tenham sido adquiridos a qualquer título; auxiliar nos ativos financeiros, mobiliários, imobiliários e fiduciários que integrem o Fundo Alagoano de Parcerias – FAP; Estruturar e implementar operações para obtenção de recursos junto ao mercado de capitais; Auxiliar na administração e exploração econômica dos ativos estaduais; Estruturar e implementar operações que visem à obtenção de recursos junto ao mercado de capitais; Auxiliar o Estado na realização de investimentos em infraestrutura e nos serviços públicos estaduais em geral; participar de outras sociedades cujo objeto social seja compatível com suas finalidades; Realizar quaisquer atividades que sirvam de instrumento para a conquista dos objetivos enunciados nos incisos anteriores; Planejar, organizar, dirigir e controlar as atividades financeiras da empresa; Fixar políticas de ação acompanhando seu desenvolvimento, para assegurar o cumprimento dos objetivos e metas estabelecidos; Realizar o gerenciamento completo da área financeira da empresa, contemplando as atividades de planejamento financeiro, contas a pagar e conta a receber, cobrança, gestão do patrimônio da empresa; Coordenar as atividades da tesouraria e da controladoria; planejar, analisar e acompanhar as execuções orçamentárias, de custo e estudos econômico-financeiros; Gerir as áreas contábil, financeira e fiscal; Realizar análise e apuração de impostos; Acompanhar rotinas fiscais, contábil, obrigações trabalhistas e previdenciárias; Manter relacionamento com bancos e execução das operações financeiras, incluindo câmbio, hedge e derivativos; Dar suporte às áreas de negócios, com a criação e análise de relatórios

gerenciais e indicadores de performance; Realizar estudos de viabilidade econômica para novos projetos e produtos, mantendo Interação com o departamento jurídico.

Subordinada ao Diretor Financeiro está a Gerência de Contabilidade, responsável pelo planejamento, organização, gerenciamento e controle das atividades pertinentes às áreas de planejamento e controle contábil (custos, fiscal, patrimonial e geral) da Companhia, bem como pelos estudos de viabilidade econômica, geração e difusão de relatórios gerenciais, consistentes e confiáveis acerca das atividades da Companhia, visando subsidiar a tomada de decisões estratégicas da Diretoria-Geral, contribuindo, assim, para a obtenção dos resultados econômicos previstos.

Por fim, a empresa conta com uma Assessoria da Diretoria, que tem por atribuições apoiar os respectivos Diretores nas atividades de contatos externos e internos; apoiar e prestar suporte técnico, quando solicitado, às áreas que exijam seu conhecimento especializado e dar suporte na gestão da informação de projetos compartilhados; realizar o acompanhamento dos projetos desenvolvidos na Companhia, consolidando informações e indicadores; implementar e realizar o acompanhamento pós-implantação dos projetos desenvolvidos; elaborar relatórios dos trabalhos desenvolvidos, além das atividades decorrentes das competências de sua área; assessorar o respectivo Diretor na análise dos processos e ações da Companhia; apoiar a elaboração das atas da Diretoria-Geral; apoiar as demais áreas na elaboração e na aprovação de processos; elaborar relatórios dos trabalhos desenvolvidos, informando ao Diretor Presidente o status dos projetos atuais e de suas atividades; cumprir e fazer cumprir as diretrizes, normas e procedimentos técnicos, administrativos e financeiros adotados pela Companhia; cumprir e fazer cumprir todos os instrumentos normativos e programas de gestão da Companhia; além cumprir e fazer cumprir as responsabilidades por resultados e/ou tarefas específicas definidas na descrição dos cargos da área.

2. ESTRUTURAS DE CONTROLES INTERNOS E GERENCIAMENTO DE RISCOS

O Conselho Fiscal é o órgão competente para controlar e fiscalizar os atos da empresa, dos seus administradores e verificar o cumprimento dos seus deveres legais e estatutários, opinando sobre o relatório anual da administração e sobre as propostas dos órgãos da administração, a serem submetidas à Assembleia Geral, relativas a modificação do capital social, emissão de debêntures ou bônus de subscrição, planos de investimento ou orçamentos de capital, distribuição de dividendos, transformação, incorporação, fusão ou cisão, denunciar os erros, fraudes ou crimes que descobrirem, e sugerir providências úteis à Companhia e analisar, ao menos trimestralmente, o balancete e demais demonstrações financeiras elaboradas periodicamente pela companhia.

A Empresa conta, ainda, com uma Assessoria Jurídica diretamente vinculada à Diretoria Geral, que é responsável por assessorar a Diretoria-Geral e as áreas em relação aos aspectos jurídicos a serem observados ou considerados na condução dos negócios da Companhia; defender a Companhia em juízo ou perante autoridades administrativas, adotando as medidas legais e recursais cabíveis, gerenciando e controlando todos os processos, judiciais ou administrativos, em que a Companhia for parte ou tiver interesse; assessorar as áreas, nos assuntos cujas decisões envolvam matérias jurídicas; manter-se atualizado no que concerne a questões que possam influenciar ou afetar o desempenho da Companhia sugerindo, quando couber, suas respectivas ações; apreciar e manifestar-se, em instância interna hierárquica, sobre minutas de editais, contratos, convênios e acordos a serem firmados pela Companhia; acompanhar as ações necessárias relacionadas com a observância pela Companhia dos

aspectos exigidos pela Lei das Sociedades Anônimas; apreciar e manifestar-se sobre recursos administrativos hierárquicos; acompanhar as mudanças da legislação nacional que possam causar impacto na atuação da Companhia, mediante atualização, análise e interpretação das mudanças; emitir parecer jurídico; participar como representante jurídico de comissões de sindicância; assessorar na elaboração de contratos, convênios e outros documentos que resultem em obrigações, responsabilidades ou direitos da Companhia; assessorar a Diretoria-Geral na formulação de instrumentos legais que suportem novos negócios; elaborar e manter atualizados os documentos normativos da Assessoria Jurídica; ser responsável pelo atendimento das demandas das Assembleias Gerais e dos Conselhos de Administração e Fiscal, através da intermediação das relações destes com os Diretores e as demais áreas da Companhia; organizar e elaborar a convocação e as atas das reuniões dos órgãos colegiados de Administração e Direção-Geral; além das competências e atribuições acima descritas, cumprir e fazer cumprir as responsabilidades por resultados e/ou tarefas específicas definidas na descrição dos cargos da área.

Em relação à rotina operacional, cada unidade possui seus próprios controles internos em relação às suas atividades, como licitações, contratos, processos administrativos, pagamentos, fornecedores, entre outros.

Em 2019, além da criação dos cargos de Assessoria de Compliance e Auditoria Interna, deverá ser desenvolvida e implantada a Política de Gestão de Riscos, que tem o intuito de definir diretrizes para identificação, avaliação, priorização, tratamento, controle e monitoramento dos riscos institucionais da empresa, em conjunto com o Conselho de Administração e a Diretoria da Alagoas Ativos.

No que se refere à perspectiva de Processos Internos, a Alagoas Ativos estabeleceu o objetivo estratégico de Mapear os Processos Principais e Operacionais adequando a ISO 9001:2015 e, como estratégias, definiu a elaboração de mapa de perfil e de processo da empresa e a descrição dos processos principais e de apoio, com a meta de mapear todos os processos principais e operacionais até agosto, cujo cumprimento atingiu, em 2018, 50% do previsto, ainda faltando o mapeamento e a padronização dos processos principais da empresa.

A empresa também conta com auditoria independente que examinou suas demonstrações contábeis referentes ao balanço patrimonial e demonstrações de resultado do exercício de 2018.

No que se refere ao controle externo, a empresa está subordinada ao controle da sociedade, à Secretaria da Fazenda do Estado de Alagoas, a qual a Alagoas Ativos está vinculada, à Controladoria Geral do Estado de Alagoas e ao Tribunal de Contas do Estado de Alagoas, que são responsáveis pela fiscalização externa da Empresa.

3. FATORES DE RISCO

Para analisar o ambiente em que a Alagoas Ativos se encontra e substanciar seu planejamento estratégico, a empresa utilizou a ferramenta de gestão Análise SWOT, em que identificou as Forças, as Fraquezas, as Oportunidades e as Ameaças que podem interferir na definição de suas metas, diretrizes e ações voltadas para o cumprimento de seus objetivos estratégicos.

Conforme a Análise realizada, os fatores relevantes para a atuação da Alagoas Ativos foram:

	FATORES POSITIVOS	FATORES NEGATIVOS
FATORES INTERNOS	<p>FORÇAS</p> <ul style="list-style-type: none"> • Facilidade em adaptação • Comprometimento • Espírito de equipe; • Desenvolvimento pessoal; • Habilidades interpessoais; • Softwares contabilidade - Domínio; • Equipamentos modernos; * • Boa localização. • Divulgação de informações ao público; 	<p>FRAQUEZAS</p> <ul style="list-style-type: none"> • Capacitação técnica • Feedback; • Falta de planejamento; • Falta de organização; • Comunicação pouco eficaz dentro da empresa;
FATORES EXTERNOS	<p>OPORTUNIDADES</p> <ul style="list-style-type: none"> • Novos sistemas operacionais • Falta de Concorrência • Captação de recursos; • Interação entre o setor público e o setor privado; • Costumes e tradições da população; • Flexibilidade do processo do negócio; • Área de mercado novo 	<p>AMEAÇAS</p> <ul style="list-style-type: none"> • Volatilidade de mercado • Desconhecimento de mercado • Deterioração do quadro fiscal do Estado

Com base nesses fatores relevantes, a Alagoas Ativos pôde identificar os seguintes riscos:

- Volatilidade de mercado;
- Desconhecimento de Mercado;
- Deterioração do quadro fiscal do Estado.

4. DADOS ECONÔMICO-FINANCEIROS

No primeiro trimestre ocorreram gastos com bens para o aparelhamento da empresa e, a partir do segundo trimestre se iniciaram os gastos com a sede definitiva, com a contratação dos serviços e aquisições de bens necessários para adaptação do novo local. Após o encerramento do exercício de 2018, constatou-se a utilização de apenas 49% do orçamento aprovado, onde grande parte foi representada pela contratação de consultoria da Fundação Getúlio Vargas - FGV para viabilizar estudos sobre futuros projetos de concessões e PPPs.

Em relação ao custeio, os três primeiros trimestres tiveram suas variações mais atenuadas pelo fato de ter ocorrido pagamento à consultoria FGV.

Quanto ao gasto com capital, 2018 foi um ano atípico para a Alagoas Ativos, tendo em vista ter sido seu primeiro exercício financeiro e por estar, ainda, em fase pré-operacional, onde ocorreram mudanças e adaptações.

Neste primeiro ano de atividades, a Alagoas Ativos realizou a aplicação dos recursos, a qual teve suas variações de rendimentos no decorrer dos meses. Desta forma, foi possível verificar o comportamento ocorrido em nossas aplicações, Público Supremo e Público Absoluto, e de nossa disponibilidade financeira. Constatou-se um melhor resultado nos rendimentos devido ao estudo realizado durante o primeiro trimestre e, assim, foram obtidas melhores formas de aplicações de nossos recursos junto ao Banco do Brasil.

5. POLÍTICAS E PRÁTICAS DE GOVERNANÇA CORPORATIVA

A Estrutura de Governança da Alagoas Ativos é composta por um Conselho de Administração, integrado por quatro membros escolhidos pela Assembleia Geral, observados os requisitos constantes no art. 5º, do Decreto Estadual nº. 52.555, 2017, que regulamenta a Lei nº. 13.303/2016, e uma Diretoria Geral, constituída por três Diretores, sendo um Diretor Presidente, um Diretor Executivo e um Diretor Financeiro, eleitos pelo Conselho de Administração.

6. COMENTÁRIOS DOS ADMINISTRADORES

A Alagoas Ativos foi criada em 2017 para ser a empresa responsável pela viabilização de projetos de alto potencial de impacto no Estado de Alagoas, lhe cabendo ser a entidade central na implementação de Concessões e Parcerias Público-Privadas junto aos órgãos interessados do Estado.

Nesse sentido, a empresa é responsável por oferecer garantias nos contratos de PPPs e concessões, atuando, também, como a gestora financeira do Fundo Alagoano de Parcerias – FAP, de forma a assegurar o adimplemento das obrigações financeiras contraídas pelo Estado de Alagoas e por entidades da sua Administração Indireta em contratos de Concessão e de PPPs, enquanto parceiros públicos.

A Alagoas Ativos é, ainda, responsável pela gestão patrimonial do Estado de Alagoas, atuando no auxílio da conservação e manutenção de seus bens, o que ocorrerá através de Fundo Imobiliário, cujos imóveis também servirão de garantia nos contratos de PPPs e concessões.

Em 2018, grande parte do trabalho da empresa se deu internamente, em sua formatação jurídica junto ao Banco Central, à CVM, ao Tesouro Nacional e outros entes interessados que pudessem intervir na melhoria da estrutura da empresa. Além disso, foi um ano de qualificação técnica do pessoal, capacitando e formando o corpo técnico da empresa para atuar tanto na atividade fim, quanto em suas áreas internas.

Quanto às metas finalísticas, a companhia realizou diversas visitas técnicas e de benchmarking, de forma a entender como é a estruturação e funcionamento de outras empresas que tem o mesmo objetivo e trazer para Alagoas as melhores práticas no que se refere a

Concessões e PPPs, estruturação de fundos garantidores de parcerias e fundos imobiliários para gestão de ativos patrimoniais públicos.

Apesar de não ter havido geração de receitas, a empresa ganhou muito em conhecimento técnico, que será de extrema importância para a consecução de seus objetivos no ano de 2019.

7. REMUNERAÇÃO

A remuneração dos empregados e Administradores da sociedade não é afetada diretamente pelos indicadores de atuação da empresa. A empresa possui um quadro fixo de cargos e salários.

Os valores remuneratórios são norteados pelos padrões dos agentes públicos, servidores ou empregados, do Estado de Alagoas, apesar de a empresa ser independente do Tesouro Estadual.

Quanto aos membros do Conselho de Administração e do Conselho Fiscal, compete à Assembleia Geral fixar sua remuneração. O Conselho de Administração, por sua vez, tem a atribuição de definir os valores de remuneração da Diretoria Geral e dos empregados da empresa, em conformidade com as Leis Federais nº 6.404/76, 13.303/16 e Decreto Estadual nº 52.555/16.

O regime de trabalho é celetista, sendo assegurado aos Diretores eleitos Fundo de Garantia por Tempo de Serviço – FGTS, décimo terceiro salário, férias, inclusive indenizadas, e eventuais benefícios, sujeito, ainda, ao recolhimento previdenciário.

A remuneração dos administradores, conselheiros e empregados são divulgados no site institucional.

NOME	CARGO	REMUNERAÇÃO
George André Palermo Santoro	Conselheiro de Administração	R\$ 4.500,00
Helder Gonçalves Lima	Conselheiro de Administração	R\$ 4.500,00
José Ernesto de Souza Filho	Conselheiro de Administração	R\$ 4.500,00
Adrualdo de Lima Catão	Conselheiro Fiscal	R\$ 3.200,00
Renata dos Santos	Conselheira Fiscal	R\$ 3.200,00
José Ediberto de Omena	Conselheiro Fiscal	R\$ 3.200,00
Helder Gonçalves Lima	Diretor Presidente	R\$ 19.920,00
Emilly Leite Pacheco	Diretora Executiva	R\$ 9.950,00

8. MANIFESTAÇÃO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

O Conselho de Administração da Alagoas Ativos S.A. declara que aprovou nesta data a Carta Anual de Políticas Públicas e Governança Corporativa, referente ao exercício de 2018, em conformidade com o art. 8º, I, III e VIII, da Lei nº 13.303, de 30 de março de 2016.

Maceió, 17 de julho de 2019

GEORGE ANDRÉ PALERMO SANTORO

Presidente do Conselho de Administração

HELDER GONÇALVES LIMA

Membro Conselho de Administração

JOSÉ ERNESTO DE SOUZA FILHO

Membro Conselho de Administração

ANEXO II - RELATÓRIO DE AUDITORIA INDEPENDENTE

ALAGOAS ATIVOS S.A.

Relatório do auditor independente

Demonstrações contábeis

Em 31 de dezembro de 2018

ALAGOAS ATIVOS S.A.

Demonstrações contábeis

Em 31 de dezembro de 2018

Conteúdo

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações contábeis Balanço patrimonial

Demonstrações do resultado Demonstrações do resultado abrangente

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido

Demonstrações dos fluxos de caixa – método indireto

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Ao

Acionista e Administradores da

Alagoas Ativos S.A.

Maceió - AL

Opinião com ressalva sobre as demonstrações contábeis

Examinamos as demonstrações contábeis da **Alagoas Ativos S.A. (“Companhia”)**, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2018 e as respectivas demonstrações do resultado do exercício, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, exceto quanto aos possíveis efeitos, se houver, do assunto mencionado no parágrafo “base para opinião com ressalvas”, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da **Alagoas Ativos S.A.** em 31 de dezembro de 2018, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião com ressalva sobre as demonstrações contábeis

Auditoria dos saldos iniciais

As demonstrações contábeis da Companhia para o exercício findo em 31 de dezembro de 2017, apresentadas de forma comparativa às demonstrações contábeis para o exercício findo em 31 de dezembro de 2018, não foram examinadas por nós ou por outros auditores independentes. Consequentemente, não foi possível determinar se havia necessidade de ajustes sobre os saldos de 31 de dezembro de 2017, que estão sendo contemplados nessas demonstrações contábeis.

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis”. Somos independentes em relação a Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião com ressalva.

Outros assuntos

Conforme mencionado na Nota Explicativa nº 1, a Companhia iniciou suas operações em 27 de novembro de 2017 e, dessa forma, as demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa do exercício findo em 31 de dezembro de 2018 estão sendo comparadas com o período compreendido entre 27 de novembro de 2017 à 31 de dezembro de 2017. As demonstrações contábeis do exercício findo em 31 de dezembro de 2018 devem ser lidas nesse contexto.



Responsabilidades da Administração pelas demonstrações contábeis

A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais;
- Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia;
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração;
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional;
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

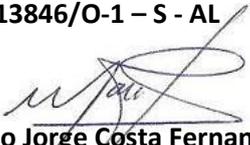


Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Maceió, 19 de março de 2019.



BDO RCS Auditores Independentes SS CRC 2
SP 013846/O-1 – S - AL



Mário Jorge Costa Fernandes
Contador CRC 1 PE - 011500/O-6 – S - AL

ALAGOAS ATIVOS S.A.**Balancos patrimoniais****Em 31 de dezembro de 2018 e 2017****(Em milhares de Reais)**

Ativo				Passivo e patrimônio líquido			
	Nota	31/12/2018	31/12/2017 (Não auditado)		Nota	31/12/2018	31/12/2017 (Não auditado)
Circulante				Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	3	5.248	9.912	Fornecedores	6	15	861
Adiantamentos a funcionários		11	-	Obrigações trabalhistas	7	67	23
		5.259	9.912	Obrigações tributárias	8	11	7
				Outras contas a pagar		-	19
Não circulante						93	910
Tributos a recuperar	4	56	-	Patrimônio líquido	10		
Imobilizado	5	422	21	Capital social		10.000	10.000
Intangível		7	-	Prejuízos acumulados		(4.349)	(977)
		485	21			5.651	9.023
Total do ativo		5.744	9.933	Total do passivo e do patrimônio líquido		5.744	9.933

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

ALAGOAS ATIVOS S.A.

Demonstrações do resultado

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018

e período de 27 de novembro a 31 de dezembro de 2017 (Em milhares de Reais)

	Nota	2018	De 27/11/2017 a 31/12/2017 (Não auditado)
(+/-) Despesas operacionais			
Despesas gerais e administrativas	12	(2.677)	(914)
Despesas com pessoal	12	(989)	(64)
Lucro operacional antes do resultado financeiro		(3.666)	(978)
Receitas financeiras	13	296	1
Despesas financeiras	13	(2)	-
(=) Resultado financeiro líquido		294	1
Prejuízo do exercício / período		(3.372)	(977)

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

ALAGOAS ATIVOS S.A.

Demonstrações do resultado abrangente

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018

e período de 27 de novembro a 31 de dezembro de 2017

(Em milhares de Reais)

	2018	De 27/11/2017 a 31/12/2017 (Não auditado)
Prejuízo do exercício / período	(3.372)	(977)
Outros resultados abrangentes	-	-
Total do resultado abrangente do exercício	(3.372)	(977)

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

ALAGOAS ATIVOS S.A.

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido

Exercício findo em 31 de dezembro de 2018

e período de 27 de novembro a 31 de dezembro de 2017

(Em milhares de Reais)

	<u>Capital social</u>	<u>(Prejuízos) acumulados</u>	<u>Total</u>
Integralização de capital em 08 de dezembro de 2018 (não auditado)	10.000	-	10.000
Prejuízo do período (não auditado)	-	(977)	(977)
Saldos em 31 de dezembro de 2017 (não auditado)	10.000	(977)	9.023
Prejuízo do exercício	-	(3.372)	(3.372)
Saldos em 31 de dezembro de 2018	10.000	(4.349)	5.651

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

ALAGOAS ATIVOS S.A.**Demonstrações dos fluxos de caixa****Exercício findo em 31 de dezembro de 2018****e período de 27 de novembro a 31 de dezembro de 2017****(Em milhares de Reais)**

	2018	De 27/11/2017 a 31/12/2017 (Não auditado)
Fluxo de caixa das atividades operacionais		
Prejuízo do exercício / período	(3.372)	(977)
Ajustes para reconciliar o prejuízo do exercício ao caixa: com caixa gerado pelas atividades operacionais:		
Depreciação	8	-
Provisões de férias	45	8
Rendimento sobre aplicações financeiras	-	(1)
	(3.319)	(970)
(Aumento) nos ativos operacionais		
Adiantamentos a funcionários	(11)	-
Tributos a recuperar	(56)	-
	(67)	-
Aumento/(diminuição) de passivos operacionais		
Fornecedores	(846)	861
Obrigações trabalhistas	(1)	15
Obrigações tributárias	4	7
Outras contas a pagar	(19)	19
	(862)	902
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais	(4.248)	(68)
Fluxo de caixa das atividades de investimento		
Aquisição de intangível	(7)	-
Aquisição de imobilizado	(409)	(20)
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento	(416)	(20)
Fluxo de caixa das atividades de financiamento		
Integralização de capital social	-	10.000
(Diminuição)/aumento líquido no caixa e equivalentes de caixa	(4.664)	9.912
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	9.912	-
Caixa e equivalentes de caixa no fim do exercício	5.248	9.912
(Diminuição)/aumento líquido no caixa e equivalentes de caixa	(4.664)	9.912

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

ALAGOAS ATIVOS S.A.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis

Em 31 de dezembro de 2018 e 2017

(Em milhares de Reais)

1. Contexto operacional

A Alagoas Ativos S.A “Companhia”, é uma empresa pública estadual constituída sob a forma de Sociedade por Ações de capital fechado, tendo como objetivo social colaborar, apoiar e viabilizar a implementação de projetos do Governo do Estado de Alagoas através do desenvolvimento de Parcerias Público-Privadas, gerir ativos patrimoniais do Estado ou de Entidades da Administração Indireta, ativos financeiros, mobiliários, imobiliários e fiduciários que integrem o Fundo Alagoano de Parcerias - FAP e estruturação e implementação de operações para obtenção de recursos junto ao mercado de capitais.

Na data das demonstrações contábeis findas em 31 de dezembro de 2018, a Companhia possuía como principais administradores, o Sr. Helder Gonçalves Lima (Presidente) e a Sra. Emilly Caroline Lisboa Leite Pacheco (Diretora Executiva).

Além do Código de Ética e Conduta implantado pela Administração, as legislações fundamentais observadas pela Companhia na orientação do negócio são:

- Lei 6.404, de 15 de dezembro de 1976 - Dispõe sobre as sociedades por ações;
- Lei 13.303, de 30 de junho de 2016 - Dispõe sobre o estatuto jurídico da empresa pública, da sociedade de economia mista e de suas subsidiárias, no âmbito da união, dos estados, do Distrito Federal e dos municípios;
- Decreto nº 52.555, de 14 de março de 2017 – Regulamenta, no âmbito do estado de Alagoas, a aplicação da lei Federal Nº 13.303, de 30 de Junho de 2016, para estabelecer regras de governança e gestão às suas empresas públicas e sociedade de economia mista, e dá outras providências;
- Lei nº 7.893, de 23 de junho de 2017 – Autoriza o poder executivo a constituir sociedade anônima sob o controle acionário do estado de alagoas, institui o fundo alagoano de parcerias-FAP, e dá outras providências;
- Decreto nº 58.861, de 03 de maio de 2018 – Dispõe sobre o estatuto social da empresa Alagoas Ativos S.A. e dá outras providências.

Em 31 de dezembro de 2018, a Companhia encontra-se em fase pré-operacional, a continuidade está condicionada ao fato da Alagoas Ativos S.A. vir a lograr êxito na celebração de Parcerias Públicos Privadas para o Estado de Alagoas, acionista único, que no decorrer desta fase, cobre as suas necessidades de caixa.

Os projetos de viabilização de futuras Parcerias Públicos Privadas estão sendo desenvolvidos pela Fundação Getúlio Vargas (FGV), por meio da prestação de serviços de consultoria. Tais projetos foram contratados em 12 de dezembro de 2017, e tem como objetivo principal a assessoria para adequação da gestão de ativos e desenvolvimento de modelo institucional, a adequação aos novos postulados da Lei 13.303/16, conforme Termo de Referência, datado de 13 de julho de 2017, incluso ao ofício GSEF nº 677/2017, de 14 de julho de 2017.

ALAGOAS ATIVOS S.A.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis

Em 31 de dezembro de 2018 e 2017

(Em milhares de Reais)

Até 31 de dezembro de 2018, a consultoria havia entregue a Administração da Companhia o resultado de cinco, do total de onze produtos contratados, sendo quatro deles, faturados durante o exercício auditado.

O valor orçado para pagamento dos serviços de consultoria desta natureza é de R\$ 5.600. Até a data das demonstrações contábeis, o contrato havia sido aditado por duas vezes, em 08 de agosto e 07 de dezembro de 2018, sem alteração no valor total.

2. Base de preparação

2.1. Declaração de conformidade

As demonstrações contábeis foram preparadas conforme as práticas contábeis adotados no Brasil, que compreendem as disposições da legislação societária, previstas na Lei nº 6.404/76 com alterações da Lei 11.638/07 e Lei 11.941/09, e os pronunciamentos contábeis, interpretações e orientações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (“CPC”), aprovados pela Comissão de Valores Mobiliários (“CVM”).

A preparação de demonstrações contábeis em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e também o exercício de julgamento por parte da administração da Companhia no processo de aplicação das políticas contábeis. As áreas que requerem maior nível de julgamento e possuem maior complexidade, bem como aquelas cujas premissas e estimativas são significativas para as demonstrações financeiras, estão divulgadas a seguir.

As demonstrações contábeis estão sendo apresentadas em reais, que também é a modela funcional da Companhia

Essas demonstrações contábeis foram aprovadas pelos Administradores da Companhia em 19 de março de 2019.

a) Base de mensuração

As demonstrações contábeis foram elaboradas com apoio em diversas bases de avaliação utilizadas nas estimativas contábeis. As estimativas contábeis envolvidas na preparação das demonstrações contábeis foram apoiadas em fatores objetivos e subjetivos, com base no julgamento da Administração para determinação do valor adequado a ser registrado nas demonstrações contábeis.

ALAGOAS ATIVOS S.A.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis

Em 31 de dezembro de 2018 e 2017

(Em milhares de Reais)

Itens significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem a seleção de vidas úteis do ativo imobilizado e de sua recuperabilidade nas operações e riscos para determinação de outras provisões, inclusive para contingências.

A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores significativamente divergentes dos registrados nas demonstrações contábeis devido ao tratamento probabilístico inerente ao processo de estimativa. A Companhia revisa suas estimativas e premissas pelo menos anualmente.

As políticas contábeis significativas adotadas pela Companhia estão descritas nas notas explicativas específicas, relacionadas aos itens apresentados, aquelas aplicáveis, de modo geral, em diferentes aspectos das demonstrações contábeis, estão descritas a seguir.

2.2. *Principais práticas contábeis adotadas*

As principais práticas contábeis que foram adotadas na elaboração das referidas demonstrações contábeis estão descritas a seguir:

2.2.1. *Ativos Financeiros*

2.2.1.1. Caixa e equivalentes de caixa

Os equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo, e não para investimento ou outros fins. A Companhia considera equivalentes de caixa uma aplicação financeira de conversibilidade imediata em um montante conhecido de caixa e estando sujeita a um insignificante risco de mudança de valor. Por conseguinte, um investimento, normalmente, se qualifica como equivalente de caixa quando tem vencimento de curto prazo, como por exemplo, três meses ou menos, a contar da data da contratação.

2.2.1.2. Imobilizado

Os itens do ativo imobilizado são apresentados ao custo, líquido de depreciação acumulada. Todos os custos de reparos e manutenção são reconhecidos na demonstração do resultado, quando incorridos. O valor residual e a vida útil estimada dos bens são revisados e ajustados, se necessário, na data de encerramento do exercício.

A depreciação é calculada de forma linear ao longo da vida útil do ativo, a taxas que levam em consideração a vida útil estimada dos bens.

ALAGOAS ATIVOS S.A.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis

Em 31 de dezembro de 2018 e 2017

(Em milhares de Reais)

Eventual ganho ou perda resultante da baixa do ativo (calculado como sendo a diferença entre o valor líquido da venda e o valor contábil do ativo) são incluídos na demonstração do resultado no exercício em que o ativo for baixado. O valor residual e vida útil dos ativos e os métodos de depreciação são revistos no encerramento de cada exercício e ajustados de forma prospectiva, quando for o caso.

2.2.1.3. Provisão para contingências

São provisionadas as contingências judiciais que apresentavam prognóstico de perda como “Provável” na referida data base (Nota explicativa nº 13).

2.2.1.4. Reconhecimento de receita

Conforme mencionado na nota explicativa nº 1, a Companhia encontra-se em fase pré-operacional. Por essa razão, durante o exercício não foram reconhecidas receitas operacionais no resultado. Contudo, quando as receitas forem reconhecidas no resultado, serão consideradas estimativas associadas com a transação por referência e o estágio de execução de seus serviços ao final do período de referência.

A receita de reembolso de projetos será reconhecida no resultado quando a Companhia for reembolsada pela aprovação e execução dos projetos. Estas receitas estão previstas nos orçamentos dos projetos que são parte integrante dos acordos contratuais.

2.2.1.5. Pronunciamentos novos ou aplicados pela primeira vez

Alguns pronunciamentos técnicos e interpretações emitidas pelo CPC foram revisados e/ou tiveram a sua adoção obrigatória a partir de 1º de janeiro de 2018. No entanto, na avaliação da Administração da Companhia, as referidas revisões não produziram impactos nas demonstrações contábeis.

CPC 47 - Receitas de contratos com clientes (Vigência a partir de 01/01/2018):

O CPC 47, Receita de Contrato com Cliente, foi emitida em maio de 2014, alterada em abril de 2016 e estabelece um modelo de cinco etapas para contabilização das receitas decorrentes de contratos com clientes.

De acordo com a alteração, a receita é reconhecida por um valor que reflete a contrapartida a que uma entidade espera ter direito em troca de transferência de bens ou serviços para um cliente. A nova norma para receita substituirá todos os requisitos atuais de reconhecimento de receita.

ALAGOAS ATIVOS S.A.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis

Em 31 de dezembro de 2018 e 2017

(Em milhares de Reais)

A aplicação retrospectiva completa ou a aplicação retrospectiva modificada passou a ser exigida para períodos anuais com início a partir de 1º de janeiro de 2018.

A Companhia realizou uma avaliação do CPC de forma mais detalhada, no entanto, a Administração da Companhia entende que a adoção do CPC 47 não deverá ter impacto na receita e no resultado da Companhia para estas operações. A Companhia espera que o reconhecimento de receita ocorra no momento em que o controle do bem é transferido para o cliente, geralmente por ocasião da entrega dos bens.

CPC 48 – Instrumentos Financeiros (Vigência a partir de 01/01/2018):

O CPC 48 inclui novos modelos para classificação e mensuração de instrumentos financeiros e a mensuração de perdas esperadas de créditos para ativos financeiros e contratuais, como também novos requisitos sobre a contabilização de hedge.

As exigências de classificação e mensuração substituem os atuais critérios de mensuração com as seguintes categorias: custo amortizado, valor justo por meio de outros resultados abrangentes (com e sem reciclagem) e valor justo por meio do resultado (FVTPL).

Os impactos do novo pronunciamento não afetam as operações realizadas pela Companhia. Não identificamos nenhuma alteração na forma de contabilização da Companhia e nas suas operações e nenhum outro impacto nos registros existentes.

CPC 06 – Operações de arrendamento mercantil (Vigência a partir de 01 de janeiro de 2018):

A Norma introduz um modelo único de contabilização de arrendamento no balanço patrimonial para arrendatários. Um arrendatário reconhece um ativo de direito de uso que representa o seu direito de utilizar o ativo arrendado e um passivo de arrendamento que representa a sua obrigação de efetuar pagamentos do arrendamento.

A Norma é efetiva para períodos anuais com início em ou após 1º de janeiro de 2019. A adoção antecipada é permitida somente para demonstrações contábeis de acordo com as IFRS e apenas para entidades que aplicam a IFRS Receita de Contratos com Clientes em ou antes da data de aplicação inicial da IFRS 16.

Não se espera que as novas normas tenham um impacto significativo nas demonstrações contábeis da Companhia.

ALAGOAS ATIVOS S.A.**Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis****Em 31 de dezembro de 2018 e 2017****(Em milhares de Reais)****3. Caixa e equivalentes de caixa**

	2018	2017 (Não auditado)
Caixa	-	1
Bancos – Aplicações financeiras	5.248	9.911
	<u>5.248</u>	<u>9.912</u>

As aplicações referem-se, substancialmente, a certificados de depósitos bancários em bancos de primeira linha, pode-se afirmar que estes, estão atrelados ao (CDI), com rendimentos pós-fixados, os rendimentos pós-fixadas rendem em torno de 103,07% e 101,51% do CDI.

4. Impostos a recuperar

	2018	2017 (Não auditado)
Imposto de renda retido na fonte	56	-
	<u>56</u>	<u>-</u>

Corresponde aos créditos de impostos a recuperar, retidos sobre os rendimentos de aplicações financeiras.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis

Em 31 de dezembro de 2018 e 2017

(Em milhares de Reais)

5. Imobilizado

	Benfeitorias em imóveis de terceiros	Móveis e utensílios	Instalações	Máquinas e equipamentos	Computadores e periféricos	Aparelhos celulares	Total
Saldos em 27 de novembro de 2017 (não auditado)	-	-	-	-	-	-	-
Aquisições	-	-	13	-	9	-	22
Saldos em 31 de dezembro de 2017 (não auditado)	-	-	13	-	9	-	22
Aquisições	118	132	95	33	21	10	410
Depreciação	-	(1)	(2)	(1)	(5)	-	(8)
Saldos em 31 de dezembro de 2018	<u>118</u>	<u>131</u>	<u>106</u>	<u>32</u>	<u>24</u>	<u>10</u>	<u>422</u>
Custo acumulado	118	132	108	33	29	10	431
Depreciação acumulada	-	(1)	(2)	(1)	(5)	-	(8)
Saldos em 31 de dezembro de 2018	<u>118</u>	<u>131</u>	<u>106</u>	<u>32</u>	<u>24</u>	<u>10</u>	<u>422</u>
Taxa de depreciação anual (%)	20	10	20	10	20	20	-

As quotas de depreciação são estabelecidas de acordo com a vida útil de cada bem.

ALAGOAS ATIVOS S.A.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis Em 31 de dezembro de 2018 e 2017 (Em milhares de Reais)

6. Fornecedores

	2018	2017 (Não auditado)
Fornecedores nacionais	15	861
	15	861

Conforme mencionado na nota explicativa n° 01, contexto operacional, os projetos de viabilização de futuras Parcerias Públicos Privadas estão sendo desenvolvidos pela Fundação Getúlio Vargas - FGV, através da prestação de serviços de consultoria. O custo com estes serviços de consultoria compreendem as principais obrigações da Companhia com fornecedores.

7. Obrigações trabalhistas

	2018	2017 (Não auditado)
Encargos a recolher (FGTS, INSS)	21	15
Provisões de férias	45	8
Total	67	23

8. Obrigações tributárias

	2018	2017 (Não auditado)
IRRF - a recolher	9	7
Outras obrigações tributárias	2	-
	11	7

9. Operações com partes-relacionadas

Honorários da administração

Não houve remuneração extraordinária dos administradores, conselheiros e diretores da Companhia no resultado do período de 1º de janeiro a 31 de dezembro de 2018.

10. Patrimônio Líquido

Em 31 de dezembro de 2018 e 2017, o capital social subscrito da Companhia é de R\$ 10.000 representado por 10.000 ações ordinárias sem valor nominal, totalmente integralizadas.

ALAGOAS ATIVOS S.A.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis

Em 31 de dezembro de 2018 e 2017

(Em milhares de Reais)

10.1. Reservas e distribuição de resultados

O Estatuto Social da Companhia determina através do Art. 32, que ao final de cada exercício social, proceder-se-á o inventário físico dos bens e ao balanço geral com observância do disposto no Artigo 176 da Lei 6.404/76 e, feita as necessárias amortizações, do lucro serão deduzidos:

- a) 5% (cinco por cento) para constituição do Fundo de Reserva Legal, até o limite de 20% (vinte por cento) do Capital Social;
- b) 25% (vinte e cinco por cento) para o pagamento de dividendos às ações, nos termos do artigo 202 da Lei nº 6.404/76.

O saldo ficará à disposição da Assembleia Geral, que decidirá a respeito de sua aplicação, mediante proposta do Conselho de Administração.

11. Instrumentos financeiros

Em 31 de dezembro de 2018, os valores contábeis dos instrumentos financeiros estão representados pelas contas de caixa e saldos de conta corrente de depósitos bancários.

11.1. Valorização dos instrumentos financeiros Caixa e

equivalentes de caixa

Os saldos em conta corrente mantidos em bancos têm seus valores de mercado conciliados aos saldos contábeis

Derivativos

As operações da Companhia não estão sujeitas a fatores de riscos envolvendo instrumentos financeiros derivativos durante o período de 1º de janeiro a 31 de dezembro de 2018 e 2017.

12. Despesas operacionais

	2018	De 27/11 a 31/12/2017 (Não auditado)
Aluguel	243	43
Conselheiros	292	18
Cursos e capacitações	109	-
Depreciação e amortização	8	-
Encargos sociais	208	15
Energia elétrica	13	2
Férias	82	5
Internet	6	-
Materiais de expediente	22	2

ALAGOAS ATIVOS S.A.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis

Em 31 de dezembro de 2018 e 2017

(Em milhares de Reais)

	2018	De 27/11 a 31/12/2017 (Não auditado)
Outras despesas	26	-
Salários	698	44
Serviços de consultoria	1.409	840
Serviços de terceiros	243	8
Sistemas operacionais	7	-
Telefone	4	-
Veículos	62	-
Viagens	233	-
	<u>3.666</u>	<u>978</u>

13. Resultado financeiro líquido

	2018	De 27/11 a 31/12/2017 (Não auditado)
<u>Receitas financeiras</u>		
Juros de aplicações	296	1
Subtotal	<u>296</u>	<u>1</u>
<u>Despesas financeiras</u>		
Despesas bancárias	(2)	-
Subtotal	<u>(2)</u>	<u>-</u>
Resultado financeiro líquido	<u>294</u>	<u>1</u>

12. Contingências

Com base em informações de seus assessores jurídicos e seguindo critérios de reconhecimento das provisões estabelecidos pelo CPC 25 - Provisão e Passivo e Ativo Contingentes, em 31 de dezembro de 2018 e 2017 a Companhia não possui questionamentos judiciais, de natureza tributária, trabalhista ou civil, que devessem ser reconhecidos uma provisão para prováveis desembolsos ou divulgações de causas classificadas com probabilidade perda possível, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

13. Eventos subsequentes

A Administração da Companhia informa que não foram identificados eventos subsequentes significativos ou transações que dariam origem a ajustes nos saldos contábeis demonstrados, considerou os eventos subsequentes à data de encerramento das demonstrações contábeis ocorridas em 31 de dezembro de 2018 até a data da conclusão das referidas.

ANEXO III – DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

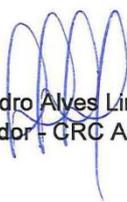
BALANÇO PATRIMONIAL

Encerramento em 31 de dezembro de 2018

	Valores Expressos em Reais		
	NE	2018	28/11 a 31/12/17
ATIVO		5.743.760	9.932.816
ATIVO CIRCULANTE	1	5.259.229	9.911.971
Disponível	1.1	5.248.439	9.911.966
Outros Créditos	1.2		4
Disp. Antecipada	1.3	10.790	0
ATIVO NÃO CIRCULANTE	2	484.531	20.846
RLP		55.887	0
Outros Créditos	2.1	55.887	0
IMOBILIZADO		422.144	20.846
Imóveis	2.2	118.273	0
Móveis e Utensílios	2.2	237.257	12.886
Máquinas e Equipamentos	2.2	32.306	0
Equipamentos de Informática	2.2	34.309	7.960
INTANGÍVEL		6.500	0
Software	2.2	6.500	0
PASSIVO		5.743.760	9.932.816
PASSIVO CIRCULANTE	3	92.892	908.689
Fornecedores	3.1	15.449	861.021
Obrigações Tributárias	3.2	10.856	7.282
Obrigações Trab. e Prev.	3.3	66.588	22.385
Outras Obrigações		0	18.000
PASSIVO NÃO CIRCULANTE	3	0	1.000
Outros Créditos		0	1.000
PATRIMÔNIO LÍQUIDO	4	5.650.868	9.023.128
Capital Social		10.000.000	10.000.000
Prejuízos Acumulados		(4.349.132)	(976.873)


 Heider Gonçalves Lima
 Diretor Presidente


 Emily Lisboa Pacheco
 Diretora Executiva


 Alexandro Alves Lins Leite
 Contador - CRC AL 5243



ALEXANDRO
ALVES LINS
LEITE

Assinado eletronicamente pelo(a)
ALEXANDRO ALVES LINS LEITE
CPF: 03.015.473-00
CNPJ: 07.040.000/0001-02
Data: 2018/12/31 11:54:12 -0300

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

Encerramento em 31 de dezembro de 2018

Contas	Capital Realizado Autorizado			Reservas			Lucros ou Prejuízos Acumulados	Total
	Capital Social	Capital a Integralizar	Ágio na emissão de Ações	Reserva de Capital	Reserva de Reavaliação	Reservas de Lucros		
Saldo em 31/12/2017	10.000.000	0	0	0	0	0	(976.873)	9.023.128
Ajuste do Exercício Anteriores	0	0	0	0	0	0	0	0
Aumento de Capital	0	0	0	0	0	0	0	0
Integralização de Capital e Ágio	0	0	0	0	0	0	0	0
Vendas de Ações em Tesouraria	0	0	0	0	0	0	0	0
Subvenções de Ações	0	0	0	0	0	0	0	0
Reavaliações	0	0	0	0	0	0	0	0
Reversão de Reservas	0	0	0	0	0	0	0	0
Lucro Líquido / Prejuízo	0	0	0	0	0	0	(3.372.260)	(3.372.260)
Transferência para Reservas	0	0	0	0	0	0	0	0
Dividendos Extraordinário	0	0	0	0	0	0	0	0
Dividendos Propostos	0	0	0	0	0	0	0	0
Saldo em 31/12/2018	10.000.000	0	0	0	0	0	(4.349.132)	5.650.868


 Helder Gonçalves Lima
 Diretor Presidente

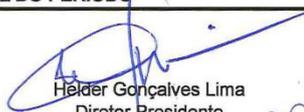

 Emily Lisboa Pacheco
 Diretora Executiva

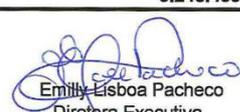
Alexandre Alves Lins Leite
 Contador - CRC AL 5243

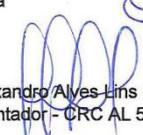
DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA

Encerramento em 31 de dezembro de 2018

	Valores Expressos em Reais	
	2018	28/11 a 31/12/17
ATIVIDADES OPERACIONAIS		
Valores pagos a fornecedores	(3.080.761)	(47.297)
Valores pagos a empregados	(854.099)	(35.044)
Impostos e Tributos pagos	(171.695)	0
Outros recebimentos (pagamentos) líquidos	(192.077)	1.893
CAIXA LÍQUIDO DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS	(4.298.632)	(80.448)
ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS		
Compra de Bens Móveis e Imóveis	(364.895)	(7.586)
Aquisição de ações/cotas	0	0
CAIXA LÍQUIDO DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS	(364.895)	(7.586)
ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO		
Integralização de capital	0	10.000.000
Pagamentos de lucros e dividendos	0	0
Empréstimos tomados	0	0
CAIXA LÍQUIDO DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTOS	0	10.000.000
RESULTADO DAS ATIVIDADES	(4.663.527)	9.911.966
SALDO INICIAL DO PERÍODO	9.911.966	0
SALDO FINAL DO PERÍODO	5.248.439	9.911.966


 Helder Gonçalves Lima
 Diretor Presidente


 Emily Lisboa Pacheco
 Diretora Executiva


 Alexandre Alves Lins Leite
 Contador - CRC AL 5243

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis

NOTA 1 - CONTEXTO OPERACIONAL

Denominação da Sociedade: Alagoas Ativos S.A.

Capital Social: R\$ 10.000.000,00 (dez milhões de reais)

Patrimônio Líquido:

Ações: 10.000 (dez mil) ações ordinárias nominativas, sem valor nominal, divididos em cabendo a cada uma o direito a um voto nas deliberações da assembleia.

Estrutura Jurídica e Objetivos

A Alagoas Ativos S.A. é uma empresa pública do Estado de Alagoas, vinculada à Secretaria de Estado da Fazenda, cuja criação foi autorizada pela Lei Estadual nº 7.893/2017 e regulamentada pelo seu Estatuto Social, instrumentalizado pelo Decreto Estadual nº 58.861, de 03 de maio de 2018.

Tem como missão institucional Garantir a qualidade da prestação dos serviços públicos em parceria com a iniciativa privada, atraindo investimentos para o Estado e fomentando um ambiente de negócios seguro e competitivo para o mercado.

Tem como finalidade específica colaborar, apoiar e viabilizar a implementação do Programa de Parcerias Público-Privadas, e outras parcerias de interesse do desenvolvimento econômico e social e das finanças públicas do Estado de Alagoas; gerir os ativos patrimoniais do Estado ou de entidades da administração indireta, ou que tenham sido adquiridos a qualquer título; gerir os ativos financeiros, mobiliários, imobiliários e fiduciários que integrem o Fundo Alagoano de Parcerias – FAP e estruturar e implementar operações para obtenção de recursos junto ao mercado de capitais.

NOTA 2 – BALANÇO PATRIMONIAL

1. Ativo Circulante: Compõe os demonstrativos de valores a curto prazo, relativo a bens e direitos adquiridos até a data do balanço patrimonial.

1.1 Disponibilidade: Composto pelo Fundo Fixo de Caixa, cujo saldo em moeda corrente representa os recursos com livre movimentação para aplicação em pequenos gastos, e pelas Aplicações Financeiras, representado valores originais aplicados acrescidos dos rendimentos pró-rata até a data do balanço.



Gráfico nº 01

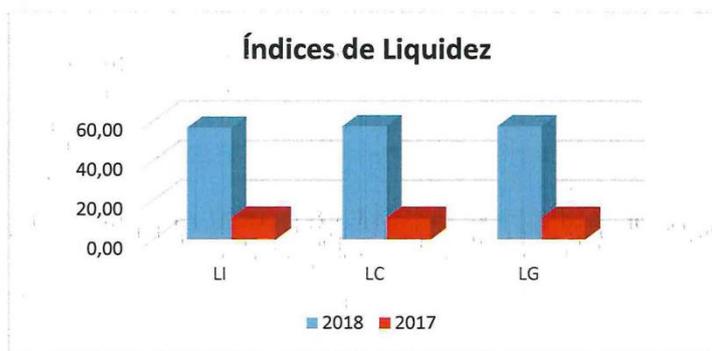


Gráfico nº 02

Conforme se depreende do gráfico nº 02, a Alagoas Ativos S.A. obteve expressivo crescimento na capacidade de honrar seus compromissos, tendo em vista demonstração de que para cada R\$1,00 (um real) a título de dívida possui o equivalente a, aproximadamente, R\$ 56,50 (cinquenta e seis reais e cinquenta centavos) para cumprir com as obrigações assumidas, evidenciando, dessa forma, uma excelente situação financeira.

- 1.2 Outros Créditos:** Registra o valor referente a créditos originados de recuperação de impostos a serem futuramente compensados, composto pelo montante a título de IRRF sobre rendimentos de aplicação financeira.
- 1.3 Despesas Antecipadas:** Registra as aplicações de recursos em despesas cujo benefício para a empresa ocorrerá no exercício seguinte, referentes ao aperfeiçoamento da direção executiva na área tributária.
- 2. Ativo não Circulante:** Composto pelos demonstrativos de valores que serão realizados a longo prazo, relativo a bens, rendas e direitos de natureza duradoura e destinados ao funcionamento normal da empresa, adquiridos até a data do balanço patrimonial, composto pelos valores líquidos do Imobilizado e Intangível.
- 2.1 Imobilizado e Intangível:** Aplicação, no exercício de 2018, de parcela significativa dos recursos da Alagoas Ativos na aquisição de bens de natureza tangível e de direitos respectivos, necessários à persecução de sua atividade no mercado Alagoano, tendo em vista o empreendimento de toda a reforma e aquisição do mobiliário de sua sede definitiva.






Gráfico n° 03

Em análise do gráfico n° 04, é possível constatar que, em 2018, os bens imobilizados da Alagoas Ativos passaram a equivaler a 10% do seu Patrimônio Líquido, percentual representado principalmente pela reforma de sua sede definitiva. No entanto, tal montante não configura uma parcela significativa do capital líquido da empresa.

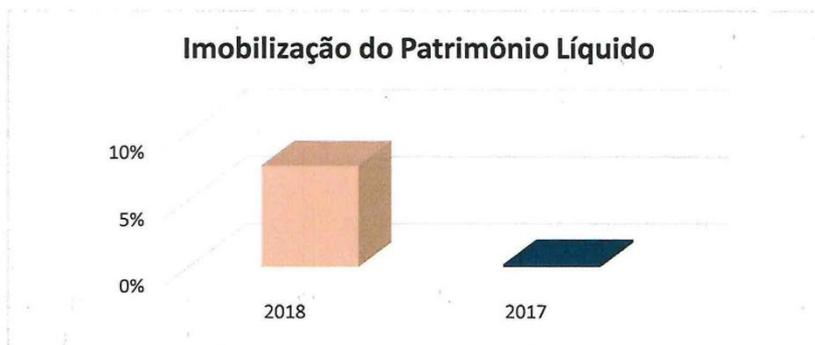


Gráfico n° 04

No que diz respeito ao tratamento do registro da depreciação, amortização e exaustão, a Alagoas Ativos utilizou as normas e procedimentos sugeridos pelo FISCO.

- 3. Passivo Circulante e Não Circulante:** Os passivos circulantes e não circulantes são as obrigações da empresa em relação a terceiros, demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, que serão acrescidos, quando for o caso, dos correspondentes encargos incorridos até a data do balanço patrimonial, com base em taxas de juros que reflitam o prazo, a moeda e o risco de cada transação. – **Provisões** – Reserva de valor que visa atender uma despesa decorrente de um evento passado que originou um passivo, havendo a probabilidade desse montante ser requerido para saldar a obrigação. As provisões somente são registradas quando avaliadas como prováveis e com base nas melhores estimativas do risco envolvido.

✓

✗

✗

4.1 Fornecedores: As obrigações registradas são representadas por valores vinculados às atividades e aos contratos firmados com o intuito de dar andamento ao funcionamento da empresa.

4.2 Obrigações Tributárias: Referem-se aos compromissos financeiros como recolhimento de todas as retenções exigidas pela legislação tributária a título de impostos, taxas e outras obrigações tributárias que tenham origem nos contratos de prestação de serviços.

4.3 Obrigações Trabalhistas e Previdenciária: Foram registradas todas as provisões de natureza trabalhista e previdenciária relativas à folha de pagamento, férias e 13º salário.

4.3.1 Provisão de Férias e Encargos: Foram provisionadas com base nos direitos referentes às férias adquiridas pelos empregados até a data do balanço.

4.3.2 Provisão de 13º Salário e Encargos: Foram provisionadas com base nos direitos relativos ao 13º salário adquiridos pelos empregados e baixados conforme o pagamento até a data do balanço.



Gráfico n° 05



Gráfico n° 06

Analisando os gráficos n° 05 e n° 06, é possível constatar que o passivo da Alagoas Ativos com maior vulto é aquele referente às obrigações trabalhistas e previdenciárias, que representam as provisões de férias e respectivos encargos, e que fixam o grau de



endividamento da empresa no exercício de 2018 em 2% (dois por cento), demonstrando segurança e confiabilidade em seu patrimônio.

- 5 Patrimônio Líquido:** A Alagoas Ativos iniciou efetivamente suas atividades no exercício de 2018, que se caracterizou por ser um ano de planejamento e formatação de sua principal fonte de receita operacional, o Fundo Alagoano de Parcerias – FAP, juntamente com os órgãos estaduais relacionados a Parcerias Público Privadas – PPP's e, principalmente, alinhado à Secretaria da Fazenda.

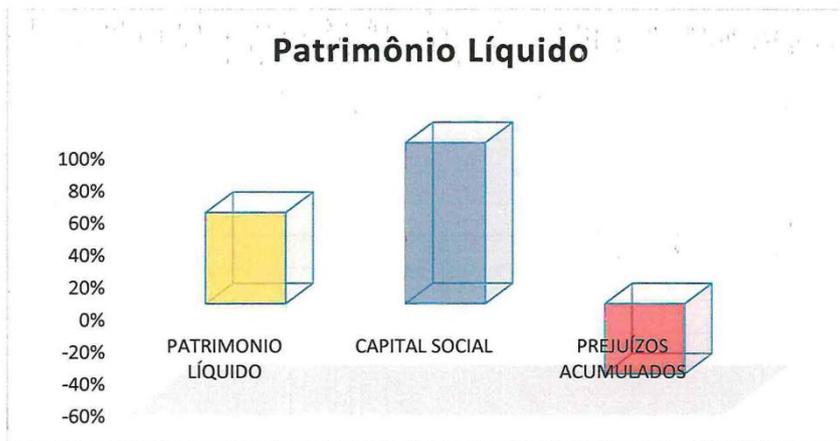


Gráfico n° 07

NOTA 3 – DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO DO EXERCÍCIO

- 6 As Despesas e as Receitas:** Obedecem apropriadamente ao regime de competência.

6.1 Despesas Administrativas: Após análise dos gastos realizados no exercício, verifica-se que o percentual de maior representatividade se refere à consultoria e serviços de terceiros, valor este necessário para geração de informações fundamentais para o mapeamento das atividades desenvolvidas pela Alagoas Ativos.

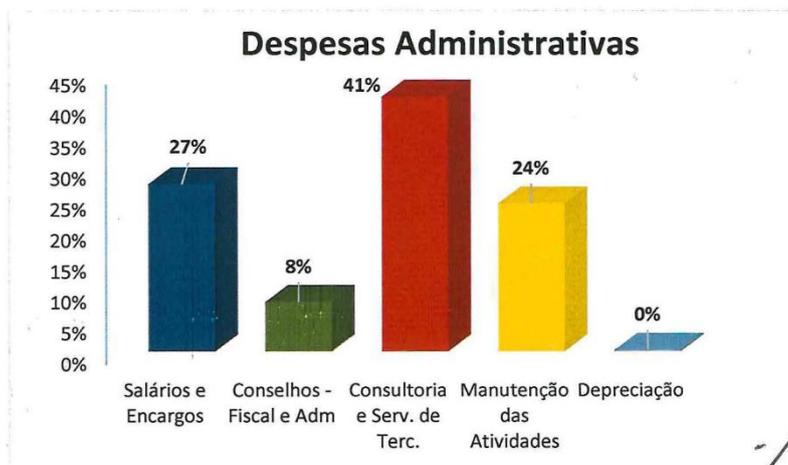


Gráfico n° 08

6.2 Resultado Financeiro: O resultado financeiro positivo gerado no exercício foi consequência direta das boas práticas de gestão aplicadas aos recursos financeiros.



Gráfico nº 09

NOTA 4 – DEMONSTRAÇÃO DO LUCRO E PREJUÍZO ACUMULADO

A Demonstração de Lucros e Prejuízos Acumulados, conhecida também como DLPA tem a finalidade de explicar e evidenciar as alterações entre o saldo inicial e final da conta Lucros ou Prejuízos Acumulados, contida no Patrimônio Líquido, e os motivos determinantes dessa variação. Segundo a Lei nº 6.404/76, a DLPA é de divulgação obrigatória para as sociedades limitadas e outras espécies empresariais, mas que pode ser substituída pela Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido, ou DMPL, desde que sejam efetivamente incluídas e divulgadas as referidas variações, tendo em vista ser uma demonstração mais abrangente, que mostra todas as demais contas do patrimônio líquido.

NOTA 5 – DEMONSTRAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA - DFC

A DFC tem o objetivo de demonstrar as entradas e saídas de recursos do caixa de uma empresa em um determinado período e os resultados desse fluxo, de forma a ajudar a entender e analisar a capacidade de uma empresa de gerar caixa e equivalentes, por meio dos seus pagamentos e recebimentos em dinheiro.

Esse relatório detalha qual a origem dos recursos obtidos por uma empresa e como eles foram aplicados, incluindo, além do fluxo de caixa propriamente dito, a demonstração de todas as outras contas do grupo do disponível, como contas bancárias e aplicações de liquidez imediata.

A elaboração da DFC é obrigatória para as sociedades de capital aberto ou com patrimônio líquido superior a R\$ 2 milhões, conforme determina a Lei nº 11.638/2007, que entrou em vigor em 2008.



A DFC permite identificar os períodos de sobra e de escassez de recursos, garantindo que haja dinheiro disponível para cumprir as obrigações da empresa dentro dos prazos de vencimento e ajudando na tomada de decisões sobre investimentos.

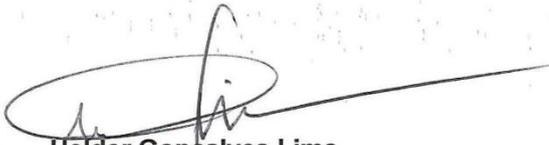
NOTA 6 – DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO

A Demonstração do Valor Adicionado - DVA é um demonstrativo contábil cujo objetivo é evidenciar a riqueza que foi gerada pela companhia em um determinado período de tempo e a forma como ela foi distribuída entre diversos setores envolvidos no processo.

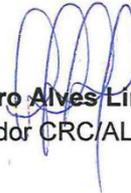
O conceito de riqueza considerado para a elaboração da DVA corresponde à diferença de valores entre o que empresa produziu e os bens e serviços que lhe foram fornecidos por terceiros.

A DVA é obrigatória para empresas de capital aberto, as chamadas S.A., por força da Lei nº 11.638, de 2007, regulamentada pelo pronunciamento técnico CPC nº 09, de 2008. Nas sociedades anônimas que negociam ações em bolsa, o demonstrativo costuma ser elaborado anualmente em conjunto com os demais relatórios de contabilidade. Entretanto, embora a legislação não obrigue sua publicação às demais empresas, elas podem fazê-lo para fins gerenciais, para medir a eficiência da empresa na transformação dos recursos em riqueza.

Em uma perspectiva social, a análise desse relatório também é útil para avaliar de que forma a organização contribui para a sociedade na qual se insere. Isso pode ser usado, por exemplo, para que a administração pública analise os benefícios que uma empresa pode trazer a uma comunidade.



Helder Gonçalves Lima
Diretor Presidente



Alexandre Alves Lins Leite
Contador CRC/AL 5243



Emily Leite Pacheco
Diretora Executiva